

**UNISINOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (DOUTORADO) EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

TIAGO PEREIRA LETE

**JUVENTUDE, ESPAÇO URBANO E VIOLÊNCIA: A REALIDADE JUVENIL NO
CONTEXTO DOS BAIRROS DE CASCAVEL – PARANÁ.**

**SÃO LEOPOLDO
2017**

TIAGO PEREIRA LETE

**JUVENTUDE, ESPAÇO URBANO E VIOLÊNCIA: A REALIDADE JUVENIL NO
CONTEXTO DOS BAIRROS DE CASCAVEL – PARANÁ.**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Prof. Orientador: Dr. Carlos A. Gadea.

**SÃO LEOPOLDO
2017**

RESUMO

A tese analisou as relações entre juventude, violência e espaço urbano. Partindo da identificação de um cenário de violências em nível nacional, que torna-se evidente nos altos índices de homicídios, analisou-se a situação de Cascavel, cidade do interior do Paraná, destacando que as principais vítimas são jovens na faixa etária dos 15 aos 24 anos e que se concentram nos bairros da região norte da cidade. Partindo dessa constatação, realizou-se um diagnóstico sócio territorial dos bairros da região norte indicando os principais desafios para as vivências juvenis e também as situações de acúmulo de carências materiais e simbólicas. Os resultados identificaram que além das altas taxas de violência, existe um conjunto de variáveis ligadas ao bairro que potencializam a exposição dos jovens às situações de violência. Procurando articular os dados concretos às perspectivas juvenis, foi aplicado um questionário a um conjunto de jovens dos bairros Floresta, Interlagos e Brasmadeira. Ali foram apresentados os sentidos e as valorações atribuídas pelos próprios jovens às suas vidas no bairro. Dentre as questões, destacaram-se aquelas com indicações sobre os desafios e os anseios para uma qualidade de vida maior no bairro: trabalho, cultura, educação e tecnologias. Na esteira das respostas dos jovens e do quadro concreto onde ocorrem as sociabilidades juvenis (bairros), indicamos nas considerações finais a perspectiva do urbanismo social como horizonte para se pensar políticas públicas de diminuição da violência, tendo a cidade como ponto de partida e o jovem como protagonista dos processos. No plano teórico, a tese utilizou a perspectiva da Escola Sociológica de Chicago, considerando que a forma de compreender a relação espaço urbano e indivíduo merece uma maior atenção no debate sobre violência. Quanto à metodologia, foi utilizado levantamento de dados estatísticos, criação de banco de dados a partir de planilhas fornecidas por órgão oficiais, incursões a campo nos bairros, bem como levantamento de materiais bibliográficos. O objetivo central da tese foi de estabelecer relações entre juventude e violência tendo o bairro de moradia como contexto e considerando aspectos concretos e simbólicos. Em um plano geral os resultados indicaram que a juventude nos bairros afetados por altas taxas de homicídios sofre violências de diversas ordens, inclusive como vítimas na própria família, e alimentam um constante desejo por deixar o bairro, o que desestabiliza os laços sociais e enfraquece o sentimento de pertença territorial. Uma política pública baseada no fortalecimento de vínculos e que favoreça identidades positivas junto ao bairro aparecem como possibilidade para diminuição do quadro de violências apontado na pesquisa.

Palavras-chave: Juventude; Violência; Cidade; Homicídios; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The thesis analyzed the relations between young, violence and urban space. Based on the identification of a scenario of violence at the national level, that becomes evident at homicides high numbers, it analyzed Cascavel city situation, located in the interior of Parana State, highlighting that the main victims of this situation, are the young people in the range age of 15 to 24 years old and they are concentrated in the neighborhood at north part of the city. Starting from this idea, it was done a territorial social diagnosis in north part of the city, indicating the mains challenges for the young lives experiences and the situations of materials and symbolic needing accumulation. The results identified that beyond the high numbers of violence, it has a set of variables linked to the neighborhood that potentiate the teen's exposition for the violence situations. Finding to articulate the concrete dates to the young perspectives, it was applied a questionnaire to the young people of Floresta, Interlagos and Brasmadeira neighborhood. In this document were showed the meanings and the values attributed by the young people themselves for their lives in that neighborhood. Among the questions, it were the principals the ones that indicates the challenges and the wishes of a better quality life in that place: working, culture, education and technologies. In the wake of answers from young people and the real framework where it happens the young sociability (neighborhood), it was indicated in the finals considerations the social urbanism perspective as horizon to thinking about public politics of decreasing of violence, having the city as the starting pointing and the young as the processes protagonist. In the theory plan, the thesis used the Chicago School of Sociology, considering that the way to understand the urban space and person relationship deserves one major attention in discussion about violence. About the methodology, it was used collections of statistical data, database creation from spreadsheets provided by official agencies and incursions to field in the neighborhoods, as the bibliographic materials making. The focus objective of this thesis, it was to determine the relations between young and violence, having the home neighborhood as the context and considering reals aspects and symbolic. In a general plan, the results indicated that the young in the neighborhoods affected by high levels of homicides, it suffers many kinds of violence, including as being victims in own family, and they have a constant wish to leave the place, that disorder the social connections and weakens the territorial presence feeling. A public politic based in the strengthening of links and that supports positive identities with the neighborhood, it appears that the possibilities for the framework violence decrease, showed in the research.

Key words: Young; Violence; City; Homicides; Public Politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Probabilidade de ser vítima de homicídio por idade e nível de escolaridade.....	57
Figura 2: Bairros de Cascavel.....	63
Figura 3: Taxa de satisfação com a infraestrutura e serviços urbanos.....	84
Figura 4: <i>Metrocable</i> – Santo Domingo Sávio – Medelin.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Total de homicídios 2010 a 2014 por faixa etária.....	67
Gráfico 2: Bairro.....	100
Gráfico 3: Gênero.....	100
Gráfico 4: Idade.....	101
Gráfico 5: Origem.....	102
Gráfico 6: Entrevistados que trabalham.....	103
Gráfico 7: Situação da ocupação.....	104
Gráfico 8: Como descrevem o bairro.....	105
Gráfico 9: Classificação dos principais problemas do bairro.....	108
Gráfico 10: Opções de lazer que existem no bairro.....	109
Gráfico 11: Contexto situacional da escola/colégio.....	110
Gráfico 12: Se frequenta ou já frequentou grupos de atividades diversas.....	112
Gráfico 13: Frequência das atividades.....	113
Gráfico 14: Computador em casa.....	114
Gráfico 15: Onde acessa internet.....	115
Gráfico 16: Participa de redes sociais.....	115
Gráfico 17: Finalidade da utilização da internet.....	116
Gráfico 18: Prioridade de políticas para a juventude.....	117
Gráfico 19: Acesso a bibliotecas ou centros culturais.....	119
Gráfico 20: Atividades que gostaria de realizar no Centro da Juventude.....	120
Gráfico 21: Deveria ser prioridade no Centro da Juventude.....	121
Gráfico 22: Atividades que gostaria de realizar.....	122
Gráfico 23: Opinião sobre a violência em Cascavel.....	129
Gráfico 24: Opinião sobre a violência no bairro.....	130
Gráfico 25: Situações de violência que presenciou no bairro.....	131
Gráfico 26: Situações de violência que já ocorreram com os entrevistados.....	132
Gráfico 27: Fatores que influenciam ou incentivam a violência.....	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Parâmetros comparativos entre país, estado e município.....	51
Quadro 2: HAF e Taxas Médias 2012-2014 de HAF (por 100 mil) nos 3.383 municípios com mais de 10.000 habitantes. Brasil. 2012-2014. Ordenamento por UF.....	55
Quadro 3: IHA por grandes regiões brasileiras – 2012.....	58
Quadro 4: Ranking dos vinte municípios com mais de 200 mil habitantes segundo o Índice de Homicídios na Adolescência – 2012.....	59
Quadro 5: Homicídios por bairros 2010 a 2014.....	64
Quadro 6: População de jovens entre 0 e 19 anos residentes em Cascavel.....	68
Quadro 7: Domicílios particulares permanentes segundo o sexo e a pessoa responsável pelo domicílio.....	72
Quadro 8: Domicílios particulares permanentes e o sexo da pessoa responsável.....	74
Quadro 9: Domicílios particulares permanentes chefiados por mulheres com rendimentos entre “sem rendimentos” até “um salário”.....	76
Quadro 10: Valor do rendimento médio mensal.....	77
Quadro 11: Valor dos rendimentos dos jovens.....	78
Quadro 12: Taxa de distorção e defasagem escolar nos colégios públicos: percentuais observados para o município de Cascavel e para os bairros Interlagos, Brasmadeira, Floresta, Brasília, Periolo, Morumbi e Cataratas – 2010.....	79
Quadro 13: Ranking de execuções MSE 2010 a 2014.....	89
Quadro 14: Ranking das execuções de MSE por tipo.....	92
Quadro 15: Ranking tipo de violação de crianças 2010 a 2014.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Crescimento populacional médio nas áreas urbanas dos Estados da Região Sul de 1950 a 2010 (em %)	40
Tabela 2: Número de municípios e população nos Censos Demográfico de 2000/2010 segundo as classes de tamanho da população	49
Tabela 3: Número e taxa (por 100 mil) de homicídios em Cascavel (população jovem)	54
Tabela 4: Número de homicídios nas unidades administrativas urbanas de Cascavel (2000-2008)	61
Tabela 5: Histórico de atendimentos CREAS I	86
Tabela 6: Casos de violência contra crianças e adolescentes atendidos pelo CREAS I (2008)	87
Tabela 7: Espacialização da violência em Cascavel	88

...

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E CIDADE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS-A ESCOLA SOCIOLOGICA DE CHICAGO COMO HORIZONTE.....	13
2.1 VIOLÊNCIA E JUVENTUDE.....	20
2.2 JUVENTUDE: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS.....	23
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E PERIFERIAS.....	28
2.4 CIDADES E PERIFERIAS.....	32
2.5 ESCOLA SOCIOLOGICA DE CHICAGO E OS ESTUDOS URBANOS.....	37
3 SITUAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS VIOLÊNCIAS: JUVENTUDE, FAMÍLIA, MORADIA E SUBJETIVIDADES.....	46
3.1 CONTEXTOS E PERSPECTIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA JUVENIL.....	46
3.2 CASCAVEL E A DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DOS HOMICÍDIOS POR BAIROS.....	60
3.3 SITUAÇÕES CONCRETAS E OS CONTORNOS DAS SOCIABILIDADES JUVENIS: OS BAIROS DA REGIÃO NORTE E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	68
3.4 CONFIGURAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DINÂMICAS JUVENIS NO CONTEXTO DE “RUA”.....	72
3.5 DELITOS E VIOLÊNCIA INTERSUBJETIVA: ATOS INFRACIONAIS NO CONTEXTO DAS IDENTIDADES JUVENIS.....	85
4 VALORAÇÕES E SIGNIFICADOS DAS VIVÊNCIAS JUVENIS: O QUE DIZEM OS JOVENS SOBRE SUA REALIDADE?.....	98
4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	100
4.2 BAIRRO.....	105
4.3 EDUCAÇÃO.....	110
4.4 ATIVIDADES REALIZADAS PELOS JOVENS.....	112
4.5 TECNOLOGIA.....	114
4.6 CONHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.....	117
4.7 VIOLÊNCIA.....	129
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	140

1 INTRODUÇÃO

No contexto das ciências sociais no Brasil, o tema da violência é estudado desde a consolidação da disciplina enquanto ciência. Ou seja, trata-se de um tema clássico tanto para sociologia quanto para antropologia ou ciência política. Minha aproximação ao tema articula-se mais a uma percepção de campo empírico que ao debate teórico propriamente dito.

Desde o mestrado que me interesse pelas práticas juvenis e pelos desafios que encontramos em compreender o jovem como sujeito em um contexto de mundo contemporâneo. Naquela ocasião, produzi uma pesquisa de cunho etnográfico, analisando as sociabilidades juvenis em contexto de esquina de bairro. No momento, aprofundi algumas questões referentes às construções de identidades juvenis; pertencimento territorial; hierarquia e solidariedade grupal; além de um olhar mais breve sobre as tensões e situações de conflito que se estabeleciam nas interações face a face com outros personagens da trama da cidade¹.

Como desdobramento da dissertação de mestrado, uma série de possíveis perguntas de pesquisa vieram à tona, com destaque para essa relação entre juventude e violência em cenários de periferia. A dúvida que alimentava minhas reflexões quando da formulação do projeto de doutorado era, o que existia por trás dos altos índices de homicídios apresentados pela cidade de Cascavel, e o que estaria relacionado com a concentração de tantos delitos e assassinatos nos bairros da região norte da cidade?

Em contato com jovens moradores de alguns desses bairros durante a pesquisa exploratória, percebi que muitos sentiam-se constrangidos sobre seu local de residência. Esse sentimento de vergonha apareceu nas conversas quando alguns diziam “mentir” sobre o lugar de moradia. Isso me provocou a pensar sobre o tipo de relação que esses jovens estabelecem com o bairro onde moram, pois conforme observei na pesquisa de mestrado, o enraizamento territorial fortalecido por laços de vizinhança antigos favorece um pertencimento territorial, fato que eu não observei entre os jovens da região norte de Cascavel.

Nesse sentido, organizei a pesquisa pensando em situar inicialmente o quadro das violências no contexto de Brasil, dando ênfase às taxas de homicídios por se tratar de um tipo de violência que causa um dano extremo a quem é vítima. Em seguida, identificar as principais vítimas desse tipo de violência: a população jovem.

¹ Para um aprofundamento sobre as dinâmicas de construção de identidades entre jovens em contexto de esquina veja Leite (2015).

Diante disso surgiu a necessidade de verificar a distribuição dos homicídios da população jovem por bairros de Cascavel, a fim de comprovar se existia, de fato, uma concentração destes eventos nos bairros da região norte², ou se era apenas um excesso da mídia local. Uma vez que comprovamos essa concentração de homicídios, passamos a uma caracterização da realidade concreta desses bairros, com informações gerais sobre a população e procurando identificar as situações de carências que aumentavam a exposição dos jovens às situações de violência.

Como desdobramento desse diagnóstico, decide-se ouvir os jovens sobre suas impressões da vida no bairro e também abordando assuntos diversos, a fim de construir uma relação entre as carências concretas caracterizadas objetivamente e os sentidos dessas carências em suas práticas cotidianas. As perguntas coletaram dados sobre educação, família, lazer, trabalho, expectativas de futuro, desafios encontrados nos bairros e o que gostariam de encontrar em uma política pública para juventude.

No plano das decisões metodológicas, a pesquisa seguiu a trilha apontada pelo objeto. Nesse sentido, inicialmente foram consultados documentos oficiais sobre o perfil da cidade de Cascavel, em seguida foi feito um levantamento junto ao IML (Instituto Médico Legal) para mapear os homicídios por bairro e faixa etária. No que se refere a caracterização dos bairros, a consulta foi feita no SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Para identificar os delitos cometidos e as violências sofridas pelos jovens, foram levantados dados junto à Secretaria de Assistência Social do Município de Cascavel. Por fim, para compreender as valorações e sentidos atribuídos pelos jovens às suas vidas nos bairros onde moram, foi aplicado um questionário com perguntas variadas. Os bairros selecionados para aplicação foram os que apresentaram os maiores índices de homicídios, de delitos cometidos por jovens e de violências sofridas por crianças e adolescentes: Interlagos, Floresta e Brasmadeira.

Além dessas atividades coordenadas para produção de dados concretos, realizamos incursões de campo aos sete bairros pesquisados, analisando os espaços e estrutura urbana dos bairros, bem como conversando com alguns jovens e moradores. Esses dados não aparecerem sistematicamente na pesquisa, mas servem de perspectiva para pensar e interpretar os resultados encontrados.

De maneira geral, a pesquisa procurou responder a seguinte questão: Quais relações podem ser estabelecidas entre os temas juventude, violência e espaço urbano? Os objetivos

² A região norte de Cascavel compreende os bairros Interlagos, Floresta, Brasmadeira, Brasília, Periolo, Morumbi e Cataratas.

foram identificar a situação concreta de violências e carências vivenciadas pelos jovens nos bairros de Cascavel; analisar a importância do espaço urbano e da concentração de violências na região norte da cidade; compreender o impacto de um contexto de privação para as valorações e significados da juventude em relação às violências e a vida no bairro; apontar possibilidades de políticas públicas mais eficientes, tendo a cidade como horizonte de articulação.

Esquemáticamente, no primeiro capítulo apresentamos os pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa. Ali exploramos a perspectiva da Escola Sociológica de Chicago e como ela pode contribuir ainda hoje para compreender a cidade em relação a juventude.

No capítulo segundo apresentamos a configuração do tema e do problema de pesquisa, identificando os elementos ligados a configuração socioespacial das violências em Cascavel, enfatizando aspectos ligados a moradia, família e subjetividades.

No terceiro capítulo, apresentamos as valorações e significados apresentados pelos jovens sobre suas vivências no bairro e a violência que experimentam. O conjunto de gráficos materializa os interesses, os desafios, desejos e as indicações sobre o que seria importante para o bairro desde o ponto de vista do jovem.

Nas considerações finais apresenta-se uma sistematização das questões levantadas e apontamos o horizonte das experiências praticadas em Medellín na Colômbia, como possibilidade de reflexão para pensar políticas públicas mais eficientes e que transformem a vida da juventude desde suas práticas na cidade.

A presente tese pretende contribuir em uma sociologia da juventude urbana e seus desafios, dentre os quais a violência, recuperando a importância da cidade como espaço urbano e simbólico, enfatizando o bairro como lócus de construções subjetivas. As carências que se observam nas periferias se articulam a um desejo juvenil por mais investimentos e fortalecimento de uma identidade positiva ao que apresentamos o urbanismo social como possibilidade para ações concretas desde a cidade e juventude.

2 JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E CIDADE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS - A ESCOLA SOCIOLOGICA DE CHICAGO COMO HORIZONTE.

Juventude, violência e cidade se articulam no campo das ciências sociais desde um longo caminho que se coloca a partir das grandes questões urbanas suscitadas ao final do século XIX. Destaca-se nesse contexto as experiências observadas nos Estados Unidos, particularmente o caso de Chicago, em que, com o estabelecimento de uma universidade, desdobram-se uma série de estudos sobre a questão urbana, que influenciou no mínimo três gerações de pesquisadores.

No entanto, ao iniciar essa apresentação dos pressupostos teóricos e metodológicos que orientaram as reflexões a partir da pesquisa de campo, interessa recuperar alguns aspectos que configuram o panorama desse debate teórico. Ou seja, a teoria ou pressupostos epistemológicos são apresentados nesta tese tendo com horizonte os dados concretos que configuram as experiências sociais dos jovens: nosso objeto de pesquisa. O reforço é por localizar a contribuição dos autores e encontrar o ponto que auxilie na compreensão dos fenômenos observados em campo. Note que embora na ordem de apresentação os pressupostos teóricos apareçam antes dos dados coletados, o capítulo foi construído em análise concomitante à problematização dos dados que aparecem no capítulo seguinte.

Assim, o ponto de partida é a identificação de uma curva ascendente nos índices de homicídios no Brasil, sobretudo quando consideradas cidades de pequeno e médio porte. A criminalidade violenta é marcada por uma relação visceral com o espaço urbano, mesmo porque, de acordo com o Censo 2010, chegamos à marca de 84,36% da população brasileira residindo em cidades. Para dimensionar a grandiosidade dos homicídios no Brasil, de acordo com o Mapa da Violência 2016 (que apresenta dados referentes ao ano de 2014), foram cometidos 59.627 assassinatos. Tal marca representa em números absolutos 10% do total de homicídios praticados no mundo todo. Se considerada a lista dos países mais violentos quanto à taxa de mortes por 100 mil habitantes. Em 2014, o Brasil seria o 12º da lista. Se considerado total de homicídios, o Brasil lidera a lista como o país que mais mata pessoas no mundo.

De alguma maneira, e com bastante cautela, podemos articular essa configuração de uma violência difusa e que se apresenta disseminada em todo país, como um desdobramento da urbanização desordenada que a maioria das cidades experimentou nos últimos anos. No entanto,

afirmar que o crime é um problema urbano não explica porque em algumas áreas (bairros, regiões) os índices são mais elevados, nem porque os jovens se envolvem (como agressor ou vítima) em eventos violentos. É necessário vislumbrar toda a polifonia de sentidos que a violência adquire quando situada no campo das ciências sociais e também todo potencial analítico que essa categoria comporta.

Nesse sentido, a categoria *violência* é um dos principais eixos analíticos que orienta a construção dessa tese. De acordo com Misse (2003), existe uma profusão de notícias e construções imaginárias sobre a violência que reforçam a ideia de uma unificação sobre o tema, concebendo-as como realidade homogênea. Essa constatação compromete as análises do fenômeno na medida em que ao se pensar a violência como acontecimento exterior ao sujeito, localiza-se no outro um objeto de acusação: “não faz sentido dizer de mim mesmo que sou violento, a não ser para expiar uma culpa. Antes de tudo, violento é o outro”. Assim, ocorre um esvaziamento do conceito quando dizemos “violência”, “violento” para o outro e para tudo, pois a categoria por si só não é descritiva (não se explica sozinha) e passa a ser acusatória na medida em que aquilo que é ou não violento se estabelece na posse do poder de quem o define. Quanto mais distante o outro estiver de mim, melhor para acusá-lo (MISSE, 2003, p. 20).

Enquanto definição conceitual, o termo violência é extremamente amplo e repleto de mal-entendidos. Essa dificuldade em relação ao tema, de acordo com Misse (2003), pode ser observada no tratamento que a mídia oferece ao tema, enfatizando o terror e produzindo o medo. Mas qual o problema em sentir medo da violência? Não seria natural nos protegermos de situações que possam violar nosso corpo?

De certa maneira não há problema em sentir medo, e de maneira alguma advogamos aqui que se naturalizem os fenômenos violentos, sobretudo no que se refere aos casos de homicídios. O fato é que quando se instala o terror, o esforço é por excluir a fonte geradora desse medo, e por decorrência perdem-se de vista os conteúdos sociais que atravessam o fenômeno da violência: é preciso aniquilar a violência, mesmo que não saibamos nada sobre ela.

É importante ponderar sobre isso a fim de esclarecer de qual lugar estamos pensando a violência e sua relação com a juventude. Trata-se de uma posição que parte da noção de conflito social, compreendida como elemento essencial para a dinâmica social. Antes de construir um discurso de combate à violência, é necessário compreender os conteúdos sociais que permeiam suas práticas, sobretudo entre os jovens.

Na perspectiva das teorias clássicas sobre o conflito social, e que conseqüentemente tratam das dimensões da violência na vida em sociedade, é possível retomar uma longa tradição sociológica que remete ao período da sistematização da sociologia enquanto disciplina científica.

Segundo Birnbaun, (1995, p. 256): “[...] de acordo com Weber, a luta é uma relação social na medida em que a atividade é orientada pela intenção de fazer triunfar sua própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros”. Assim, a principal contribuição de Weber reside no fato de inovar na questão da origem do conflito que, até então, era bem determinada: se originava nas relações de produção (Marx) e na divisão social do trabalho (Durkheim). Com Weber, o conflito social deixa de ser uma noção patológica e anormal, adquirindo uma nova dimensão analítica, sendo percebida como inerente ao mundo social e, portanto aplicável à compreensão de todo o sistema social (BIRNBAUN, 1995).

Aliado à perspectiva do individualismo metodológico de Weber, quem vai de fato formular uma teoria sociológica do conflito é Simmel, que considera o conflito como uma noção que perpassa toda atividade da vida social. Desde as formas mais elementares de sociação haveriam conflitos sociais baseando nas relações entre as pessoas:

[...] Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação [...] O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes [...] O conflito contém algo de positivo. Todavia, seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente. (SIMMEL, 1983, p. 122-123).

Esta perspectiva considera ainda, que a negatividade que costumeiramente se atribui à noção de conflito, culminando sempre no esforço por evitá-lo (paradigma do consenso), deve ser substituída por uma postura que procure compreender os conflitos e perceber os conteúdos das relações conflitivas, haja vista que jamais deixarão de existir na vida em sociedade. Na abordagem funcionalista, a violência é um elemento negativo, que paralisa o desenvolvimento social ou, que manifesta uma ruptura com a “civilidade”. Desdobramentos dessa perspectiva são os discursos que classificam as situações de violência como estágios inferiores no processo de civilização, deixando de questionarem-se sobre os significados sociais dessas situações de violência.

Partir da noção de conflito social para compreender as violências na sociedade supõe que a violência, para além de seus aspectos negativos (vale destacar que não se trata de excluir

do debate, as negatividades da violência, mas avançar e identificar outros conteúdos na relação conflitiva) é um importante elemento constituinte de sociabilidades.

Simmel (1983) ainda esclarece que a separação entre unidade e discordância é falsa, pois no nível do real é impossível um grupo absolutamente harmonioso em que os indivíduos se reconheçam identitariamente somente a partir dos pontos positivos e que lhes aproxima. Na realidade, o que se observa é a discordância e o conflito fundamentando e precedendo essa unidade. Perceber que a unidade, tanto individual quanto em grupo, depende das discordâncias é o que permite as mais diferentes formas de interação. O que de alguma maneira pode representar negativo na esfera individual, pode ser completamente diferente quando aplicada para uma dinâmica que contemple a totalidade das relações entre esses indivíduos:

Essa imprecisão é reforçada pelo correspondente duplo sentido de “discordância” ou “oposição”. Desde que a discordância mostra seu caráter negativo e destrutivo entre indivíduos particulares, concluímos ingenuamente que deve ter o mesmo efeito no grupo todo. Na realidade, todavia, algo que é negativo e prejudicial entre indivíduos, se considerado isoladamente, e visando uma direção particular, não tem necessariamente o mesmo efeito no relacionamento total desses indivíduos, pois surge um quadro muito diferente quando visualizamos o conflito associado a outras interações não afetadas por ele. Os elementos negativos e duais jogam um papel inteiramente positivo nesse quadro mais abrangente, apesar da destruição que podem causar em relações particulares (SIMMEL, 1983, p. 126).

É nesse sentido de relações mais abrangentes que a noção de conflito ajuda a lançar algumas luzes ao fenômeno da violência juvenil. Trata-se de observar as violências fundamentando ou possibilitando outras formas de construções subjetivas em contextos onde as discordâncias se evidenciam. Um olhar compreensivo que não busca encontrar as causas das violências, mas se interessa pelas interações sociais dos sujeitos nesses contextos de violência.

Gadea (2011), também procura ir além da violência como mera manifestação de ruptura com o pacto social, segundo ele:

O argumento central é evidenciar como a violência não deve ser negligenciada na hora de analisar o sentido e o significado das ações coletivas contemporâneas, já que é a partir de sua expressividade que se percebe o estabelecimento de uma “situação de conflito” que constituirá eventuais *experiências coletivas de conflito* (GADEA, 2011, p.77).

A violência seria responsável por criar um patamar, um espaço onde as partes podem encontrar-se em um mesmo plano situacional e, desta maneira, impor um nivelamento. A violência seria importante na medida em que age na “definição de uma situação” de conflito que, antes da prática violenta, não havia sido manifestada abertamente.

O retorno ao clássico Simmel, nesse sentido, pode oferecer a chave interpretativa para esse momento de crise e de reflexão atual sobre novas formas de compreensão da violência. No caso do Brasil, como cita Zaluar (1999), os trabalhos situados no modelo explicativo da sociabilidade violenta se concentraram na comprovação de que o conflito, e conseqüentemente a violência, se constituem em um campo de pesquisa extremamente fértil e capaz de explicar em muito os conteúdos culturais e simbólicos tanto das pessoas que sofrem violência quanto das que a praticam.

Nesse sentido, percebe-se que a perspectiva simmeliana do conflito como promotor de sociabilidades é capaz de suscitar novas possibilidades para os estudos sobre violência e ampliar o debate que até então se apresentou como unilateral. O convite é para uma reflexão sobre o lugar que ocupamos quando formulamos os discursos sobre violência. No caso da dimensão acusatória, o discurso é sustentado pela posse do poder de quem os unifica enquanto transgressão:

Por isso, a meu ver, é preciso afastar do tratamento desse tema qualquer ilusão de que haja um único e derradeiro sentido em todos esses eventos que encapsulamos na palavra “violência”, pois não há [...] A unificação imaginária de todos esses eventos resulta de seu núcleo acusatorial – todos esses eventos representam, para quem acusa, uma transgressão à lei ou à moral, à civilidade e ao bem público ou, simplesmente, ao seu poder. É enquanto uma representação de uma transgressão que todos esses eventos podem ser unificados como se fossem homogêneos ou como se derivassem de um mesmo complexo de fatores. Não há nada neles que os unifique objetivamente, exceto o fato de serem considerados transgressão por quem os unifica sob uma mesma designação (MISSE, 2003, p. 21).

No texto de Zaluar (1999, p. 11), essa perspectiva mais relativista não é considerada uma boa alternativa para o tratamento da violência no Brasil, pois os autores insistiriam “na recusa de condenar a violência urbana ou tratá-la como um problema a ser enfrentado”. A autora prossegue afirmando que:

Em nome, portanto, da existência e da importância do conflito, da desordem e do dissenso, compreendem e justificam as manifestações de violência na sociedade brasileira contemporânea, sem ficar claro se incluiriam nessa positividade também os homicídios cometidos pelos jovens entre si ou contra seus vizinhos, até mesmo seus pais (ZALUAR, 1999, p. 11).

No entanto, percebe-se que é necessária alguma ponderação quanto às conclusões críticas de Zaluar (1999), sobre os trabalhos que consideram a importância da centralidade do conflito, pois, não se trata de “justificar” as manifestações de violência, ou de construir um contra-discurso que legitime a prática da violência. Misse (2003, p. 26), é bastante claro ao

afirmar que “não se trata de substituir fatores, mas simplesmente, acrescentar e ver o peso de cada um nesse conjunto”. Não é necessário eliminar as contribuições formuladas dentro dos trabalhos que partem do paradigma do consenso (em oposição ao paradigma do conflito), mas avançar na problematização do tema e ir além da violência como problema social, ingressando no campo da violência enquanto objeto de pesquisa capaz de abranger a complexidade do tecido social contemporâneo.

Considerando uma noção de violência que se articula ao conflito social, destaca-se a contribuição de Thomas (2005) ao desenvolver a categoria de *definição de situação*, compreendida como a maneira que um dado grupo, ou indivíduo, interpreta a circunstância em que está inserido, para poder agir sobre ela. Essa definição de situação é extremamente importante, pois envolve uma disputa por significados morais capazes de qualificar uma situação como violenta, ou não.

Thomas (2005) explica que toda decisão refletida é antecedida por um estado de deliberação que define comportamentos e juízos e que constroem toda uma política de vida e personalidade a partir dessas definições. Isso significa que embora haja um condicionamento cultural, compreendido como a definição de situação estabelecida pelo grupo, os indivíduos são capazes de deliberar sobre si mesmos e realizarem uma definição de situação que contrarie o contexto do grupo estabelecido.

Existe, portanto, siempre una rivalidad entre las definiciones espontáneas de la situación hechas por un miembro de una sociedad organizada y las definiciones que la sociedad le ha proporcionado a él. El individuo tiende a una selección hedonista de la actividad, buscando primero el placer; la sociedad tiende a una selección utilitarista, buscando primeramente la seguridad. [...] Y la sociedad organizada busca también regular el conflicto y la competición inevitable entre sus miembros en la persecución de sus deseos (THOMAS, 2005, p. 29).

Sendo assim, as críticas que se formulam ao tratamento da violência enquanto categoria íntima à noção de conflito, podem ser ponderadas na medida em que invariavelmente o que está em questão é a *definição de uma situação* que se situa em termos de violência ou conflito, a depender da posição que se ocupa quando dessa definição.

Conforme Misse e Werneck (2012), essa disputa se situa no campo discursivo em que se busca a legitimidade da ação. Ou seja, a uma das partes em conflito é conferida a legitimidade do uso da violência (situação de conflito como distribuição desigual de poder); a outra é reservada o juízo moral sobre o ato: crime ou ato violento. Significa que o crime e o conflito são diferentes do ponto de vista jurídico, em que apenas um deles (crime) é moralmente reprovável e suscita reparação. Mas, do ponto de vista sociológico, conflito e violência, mesmo

tendo diferentes abordagens, constituem categorias sociais semelhantes, uma vez que não há uma essência no crime que comprove sua ilegalidade; há, pois, um processo que, juridicamente, o diferencia do conflito (ROSA, 2014).

Merece destaque as contribuições de Wieviorka (1997), no que se refere a encontrar elementos históricos que fundamentem um novo paradigma no tratamento da violência enquanto categoria social. O autor destaca que houve uma virada importante entre os anos 60 e 70, olhando desde a Europa, nas formas de manifestação da violência.

Observa-se um recrudescimento das práticas violentas objetivas devido a três elementos apontados pelo autor: a violência política regride devido ao esfacelamento das organizações terroristas vinculadas à extrema esquerda, bem como das lutas de extrema direita que buscavam tomar o poder do Estado e que passam a proteger o capital privado para fora do controle do Estado; as lutas de libertação nacional que assumiam feições de guerrilha passam a ter um apelo mais étnico e racial com vistas a proteger a economia e a pureza cultural; e por fim o declínio do movimento operário e a possibilidade de uma luta estrutural entre as classes antagônicas.

Não é mais a luta contra a exploração, a sublevação contra um adversário que mantém com os atores uma relação de dominação, e sim a não-relação social, a ausência de relação conflitual, a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial, que alimentam hoje em toda parte do mundo, inclusive na Europa ocidental, condutas amotinadoras ou uma violência social mais difusa, fruto da raiva e das frustrações (WIEVIORKA, 1997, p. 7).

Dessa forma, supera-se uma noção de uso da violência para fins eminentemente práticos e passa-se à uma fase em que os usos da violência aparecem carregados de simbolismos e representações. E mesmo nesse campo mais subjetivo, ocorrem mudanças. Wieviorka (1997) vai afirmar que a violência passa a ser o mal a ser combatido, que dos anos 80 para cá, o fantasma da violência se instala na vida em sociedade e não é permitido qualquer alusão a possíveis aspectos positivos associados às suas práticas. Tal constatação é percebida na negação do uso da violência para fins políticos, por exemplo.

O autor ainda destaca que é importante analisar as diferentes violências que ocorrem em um país e como elas são representadas, pois, o excesso de medo por um lado acaba por eleger um local de onde emana a insegurança, normalmente associado às camadas populares. E por outro lado uma carência de medo provoca negligência na percepção dos fenômenos violentos e na necessidade de estudo nesse campo. É o que ocorre no Brasil com relação à violência policial, que mesmo diante de dados estatísticos consistentes e manifestações de órgãos

internacionais permanece como tema marginal para o Estado; ao passo que nas periferias proliferam ações de controle das camadas populares.

Percebe-se que a função de classificar as violências como mais ou menos condenáveis articula-se diretamente com o poder que determinados grupos detém naquele contexto. Nesse sentido, o esforço dessa pesquisa por compreender a violência a partir da noção de conflito, pretende deslocar o olhar do fenômeno violência como um evento moralmente condenável, em favor da compreensão da violência como amálgama de significados e que de acordo com a perspectiva de análise adotada pode revelar-se essencial na compreensão das dinâmicas juvenis no mundo contemporâneo.

2.1 VIOLÊNCIA E JUVENTUDE

As pesquisas sobre violência juvenil tem se destacado nas ciências sociais, sobretudo quando pensadas como ponto de referência para implantação de políticas públicas, seja de combate à violência, seja na promoção de cidadania entre os jovens. No entanto, é preciso esclarecer essa relação entre violência e juventude, uma vez que a condição juvenil não se relaciona diretamente com a violência: ser jovem não significa ser violento.

Essa ressalva é comumente observada nas pesquisas, e serve para demonstrar que analisar a violência através do recorte da juventude, só tem sentido se considerada outras condições, como por exemplo, conforme observa Gadea (2012), considerar as situações de vulnerabilidade a que esses jovens são submetidos nas cidades contemporâneas.

De acordo com o autor, por um lado, aspectos como: falta de trabalho, políticas sociais de inclusão pouco eficientes e pouca expectativa em relação ao futuro; o que constitui um panorama de pouca esperança nos bairros populares. Em alguma medida o envolvimento dos jovens em pequenos furtos, tráfico de drogas e depredação do patrimônio público está associado a esse panorama de escassez.

Por outro lado, as pesquisas têm apontado o aumento constante do envolvimento dos jovens entre 15 e 25 anos como vítimas nas taxas de homicídios, demonstrando ainda um recorte racializado dessa violência, uma vez que as taxas de homicídio entre jovens negros em 2012 foram 146,5% maiores que entre jovens brancos. Essa perspectiva tem articulado a violência juvenil à condição de pobreza e ao racismo. (GADEA, 2012).

Assim, estamos considerando a relação entre juventude e violência por ter presente que é a população jovem que está mais vulnerável à violência. Sobretudo quando se parte do

contexto de situações de pobreza e sobreposição de carências. A situação de vulnerabilidade à violência é uma, entre várias possibilidades de abordagem da juventude.

Uma das questões problemáticas com relação a esse ponto de partida, é o risco de se criminalizar a situação de pobreza vivida pelos jovens. O fato de ser jovem em situação de pobreza não é a causa única dos altos índices de violência juvenil observados em bairros populares. Existe uma combinação de variáveis que culminam na exposição dos jovens a situações de violência:

Há uma combinação de variáveis que contemplam os níveis de exposição da população jovem à violência urbana ligados a problemas, fundamentalmente, da socialização primária (da família) e da socialização secundária, surgidos de carências materiais, educativas, de inserção no mercado de trabalho e de dispositivos socialmente integradores de diversas características (ligados ao lazer, ao esporte, a atividades lúdicas e etc.) (GADEA, 2013, p. 9).

Nesse sentido, a noção de violência intersubjetiva é pertinente para abordar a violência juvenil em contextos de carências econômicas e simbólicas, uma vez que expande a análise para além da disparidade de forças antagonistas em situação de conflito social. Não há uma explicação direta que culpabiliza um lado e absolve outro. O que existe é um conjunto de relações que envolvem tanto a vulnerabilidade a que os jovens são expostos (como vítimas), quanto à participação ativa em atos violentos (como autores), escapando do paradigma que trata violência unicamente da perspectiva do desvio. Existe um conteúdo simbólico nessas práticas que ultrapassa a noção pura e simples de que os jovens delinquem porque são desajustados socialmente.

Como bem se compreende, a “violência intersubjetiva” juvenil pode ser praticada por omissão, supressão ou transgressão dos direitos legais dos jovens, materializada em qualquer forma de opressão, mau trato, agressão física ou emocional, que contribui para o sofrimento do jovem. Trata-se de uma violência que fragiliza, dificultando a busca de auxílio, e a superação da lesão sofrida (GADEA 2013, p. 10).

O caráter intersubjetivo permite que se analise a vulnerabilidade social como uma variável que interfere diretamente no juízo sobre as práticas violentas em distintas circunstâncias, uma vez que considera tanto a violência praticada quanto a violência sofrida pelo jovem. Nisso, abre-se um amplo campo para tratar da violência como uma forma de linguagem, à maneira do que foi descrito sobre a noção de “definição de situação de conflito”: o uso da violência, no caráter intersubjetivo, pode ser tratado como uma forma de definição de situação de conflito.

A consolidação do modelo que se dedica a implantar políticas públicas direcionadas à juventude se constrói na perspectiva de que o período da juventude é marcado por tomadas de decisões e definição de papéis sociais que determinam o futuro dos sujeitos jovens. Uma vez que as sociedades modernas e democráticas se orientam por valores pautados na justiça e equidade, investir na juventude torna-se essencial para promoção de desenvolvimento humano e social.

Tanto no cenário político quanto nas ciências sociais, nos últimos anos estabeleceu-se um amplo debate sobre a condição juvenil e as respectivas políticas públicas pensadas para esse público. Conforme constata Gadea (2013), o que se destaca é a preocupação com o aumento nos casos de violência entre os jovens, seja no âmbito escolar ou nas relações intersubjetivas (família, bairro, cidade, grupo de iguais, etc.), culminando em ações de combate à violência.

Considerando a exposição à violência como um acontecimento de extrema importância sobre essa relação entre juventude e violência, Cardia (2003) levanta a necessidade de se pesquisar os impactos dessa exposição sobre as crenças e os valores da população jovem em relação à violência. A constatação da autora é no sentido de reforçar que não bastam estudos estatísticos que considerem apenas os números brutos como fonte para tratar o tema da violência entre jovens. É necessário ir além e investigar os significados construídos a partir da vivência em um cenário de múltiplas violências.

Assim sendo, importa perceber o quanto a exposição à violência promove determinados comportamentos. No texto de Cardia (2003), os efeitos que são visualizados de maneira mais fácil referem-se ao corpo mesmo:

Quais os principais efeitos que têm sido atribuídos à exposição a violência? Os efeitos variam de acordo com a faixa etária, e com o local onde se dá a exposição. Os efeitos mais intensos são observados entre as crianças e jovens expostos a violência mais grave na família e no bairro. A presença de violência dentro da família irá agravar em muito os efeitos da violência no bairro [...] Esta exposição provoca sintomas físicos em jovens como distúrbios do sono, ansiedade, depressão, falta de concentração que podem ou não afetar o desempenho acadêmico, constituindo o que Warner & Weist (1996) denominam de « fadiga do sobrevivente ». A exposição à violência também provoca muita frustração e preocupação com o bem estar pessoal e da família, e até mesmo fobias (Shakoor & Chalmers, 1991; Schubiner, 1993; Berman *et al.*, 1996). Estas consequências físicas e mentais podem alimentar diferentes processos de dessensibilização e de ampliação dos comportamentos de risco, de fuga ou de adaptação a situação (CARDIA, 2003, p. 301).

Outro aspecto que a autora destaca, é que o impacto da violência é maior quando observado dentro da família e do próprio bairro de residência. Essa proximidade potencializa a sensação de medo e insegurança, desencadeando processos como a dessensibilização, que

consiste em uma perda de empatia com a dor sofrida pela vítima de violência, fazendo com que em um movimento de adaptação haja a atribuição de culpa pelo que aconteceu à própria vítima. Ou seja, naturaliza-se a violência a ponto de se inverterm os valores morais. Esse comportamento permite que se “sobreviva” em contextos de violência pois, no imaginário juvenil, se a violência é culpa da vítima basta eu ter cuidado e não confiar em ninguém (CARDIA, 2003).

Essa constatação reforça nossa proposta de observar as inter-relações entre vítima e prática de violência, abarcada aqui na noção de *violência intersubjetiva*, uma vez que quanto mais se é vítima de violência (diretamente ou indiretamente) maior as chances de adotarmos a violência como prática também.

Nesse quadro de complexidade, que recoloca a violência como um elemento importante nas experiências juvenis nas cidades contemporâneas, sobretudo quando pontuadas por vivências em que a exposição à violência é alta, cabe se perguntar sobre qual a noção de “juventude” que se considera na formulação de políticas públicas? De qual jovem se fala quando o tema é violência? Enquanto categoria, qual percurso até se fundamentar como conceito amplamente utilizado nas ciências sociais?

2.2 JUVENTUDE: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

Tendo em vista um contexto de debate em que se busca “enquadrar” determinados indivíduos em um conjunto de características comuns, tradicionalmente a demografia é que se esforçou por definir a juventude enquanto grupo, tendo o recorte etário como parâmetro. Nesta abordagem, compreende-se que juventude é um grupo composto por indivíduos entre os 15 e 25 anos de idade. Na Europa e Brasil já se assume uma ampliação desse limite para os 29 anos, em decorrência, sobretudo, da falta de inserção dos jovens no mercado de trabalho e pela maior permanência dos filhos na residência dos pais.

Ainda que essa definição demográfica de juventude seja muito pertinente para as pesquisas de cunho quantitativo, com destaque para aquelas que visam implementar políticas públicas, a utilização do recorte etário como único marcador social empobrece as análises de cunho sociológico por não incluir em seu escopo aspectos históricos, sociais e simbólicos que permeiam o significado do que é ser jovem. Questões identitárias, de gênero, classe social e

raça/etnia são deixadas de lado permanecendo apenas o critério da idade como definidor de juventude³.

De acordo com Margullis (1996), a juventude na atualidade se apresenta como signo, engendrando o desenvolvimento de uma indústria dedicada a promover a juvenilização dos sujeitos, independentemente de sua faixa etária. O autor destaca ainda que mesmo considerando aspectos histórico-culturais na construção da categoria juventude, estes aspectos não se apresentam de maneira uniforme a essa porção estatística de sujeitos. Cabe ao pesquisador, para além da mera definição etária, elencar as variáveis e estabelecer limites na definição do que se entende por juventude.

Debert (2010) contribui nesse debate estabelecendo relações entre os processos de transformação sociais e suas interfaces com a maneira de mensurar e qualificar o tempo vivido. De acordo com a autora, existe um movimento que classifica o curso da vida em período pré-moderno: caracterizado por pouca importância à idade cronológica e reforço do papel da família no estabelecimento do que se entende por maturidade; período moderno: onde ocorre a cronologização da vida, apoiada por todo um reforço institucional de controle sobre o curso da vida; e período pós-moderno: no qual se destaca a desconstrução dos marcadores cronológicos enquanto signo de maturidade em favor de uma experiência de vida pautada na tecnologia e na coexistência geracional.

O curso da vida moderno é reflexo da lógica fordista, ancorada na primazia da produtividade econômica e na subordinação do indivíduo aos requisitos racionalizadores da ordem social. Tem como corolário a burocratização dos ciclos da vida, através da massificação da escola pública e da aposentadoria. Três segmentos foram claramente demarcados: a juventude e a vida escolar; o mundo adulto e o trabalho; e a velhice e a aposentadoria. O apagamento das fronteiras que separavam juventude, vida adulta e velhice e das normas que indicavam o comportamento apropriado aos grupos de idade é, segundo Moody (1993), o reflexo de uma sociedade pós-fordista, marcada pela informatização da economia, pela desmassificação dos mercados de consumo, da política, da mídia e da cultura, e pela fluidez e multiplicidade de estilos de vida, frutos de uma economia baseada mais no consumo do que na produtividade. (DEBERT, 2010, p. 61)

De certa maneira, no contexto de uma experiência pós-moderna, exige-se reavaliar as concepções da psicologia do desenvolvimento que tratam o tema da juventude e maturidade como uma evolução linear e cumulativa, onde cada estágio corresponde a características universais, não obstante as particularidades culturais e sociais dos grupos em que os sujeitos se inserem. A crítica pós-moderna permite que se recoloca o debate sobre juventude nessa linha

³ Para um aprofundamento maior a respeito dessa perspectiva demográfica de juventude recomenda-se a leitura de Nunes (1969).

que tenciona: juventude, vida adulta e velhice, uma vez que por considerar o contemporâneo como um espaço/tempo aberto e reflexivo, cada etapa ou tempo se reveste de significados os mais plurais.

O embaralhamento dos marcadores sociais sobre os ciclos de vida na pós-modernidade são indicativos dessas transformações que ocorrem substancialmente nas experiências individuais. De acordo com Debert (2010):

O curso da vida se transforma em um espaço de experiências abertas, e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada pelo indivíduo como uma crise de identidade, e o curso da vida construído em termo da necessidade antecipada de confrontar e resolver fases de crise. (DEBERT, 2010, p. 64)

É assim que se compreende a tendência contemporânea a juvenilização da vida adulta e até mesmo da velhice, pois os marcadores já não são mais os mesmos. Os arranjos familiares permitem que uma mulher se torne mãe aos 16 ou aos 45, da mesma maneira que o jovem pai continua sendo filho e dependente, mesmo que casado.

Historicamente as ciências sociais têm trabalhado para definir a juventude como uma categoria analítica. Em termos de produção teórica, os autores ligados à Escola Sociológica de Chicago podem ser considerados como marco inicial nesse processo de construção da juventude como categoria de sujeitos de interesse sociológico⁴. Os estudos funcionalistas, marcantes nas décadas de 1950 e 1960 com autores como Parsons (1964) e Merton (1968), também produziram algumas análises sobre juventude. A década de 1970 ficou marcada pela produção do *Centre for Contemporary Cultural Studies*, na Inglaterra, um dos núcleos centrais para a vertente de estudos conhecidos como estudos culturais, os quais ampliaram a análise sobre diversos temas das ciências sociais – juventude, inclusive – a partir de perspectivas mais abertas a questões políticas importantes, como o multiculturalismo e as chamadas “minorias”.

Em termos de definição conceitual, inicialmente a juventude foi tratada como fase de transição entre a infância e a vida adulta, demandando uma série de esforços das instituições socializadoras, tais como família, escola, comunidade, no sentido de formar sujeitos ajustados aos padrões esperados pela sociedade: pai de família, trabalhador, sem vícios. Essa perspectiva de análise considera a noção de “gerações” como eixo explicativo desse processo.

⁴ Podemos citar os textos de Shaw (1966), publicado originalmente em 1923; Thrasher (1963), com o original de 1927; e Foote White (2005), publicado em 1943.

Nesse sentido, de acordo com Eisenstadt (1968), a ordem social é mantida na medida em que as gerações se alternem na organização da sociedade. Assim a juventude é definida como a fase na qual o jovem é preparado para assumir as responsabilidades do mundo adulto.

Tendo como cenário as transformações ocorridas na família burguesa nos inícios do século XX, consolidou-se a noção de *moratória social* quando os jovens deixaram de ser treinados para o exercício da vida adulta entre os adultos, e passaram a ser separados em escolas para aprenderem as regras da vida em sociedade.

Restritos a esses locais e fora da esfera produtiva e das tomadas de decisão nos rumos da sociedade, os jovens foram suspensos da vida social (moratória), experimentando uma etapa de “treino” para a vida em sociedade, sendo tolerados os possíveis erros.

Karl Mannheim (1993), retoma as discussões sobre as gerações e sistematiza o conceito de “geração” do ponto de vista sociológico. Para o autor o surgimento de uma geração está ligado à capacidade de vivenciar os acontecimentos históricos de forma semelhante. Ter nascido em um mesmo tempo cronológico não assegura pertencer a uma mesma geração. Não há uma geração isolada da outra, elas interagem entre si. A juventude, portanto, vive a possibilidade de reformulação, ou não, da herança da geração adulta.

De acordo com Cardoso e Sampaio (1995), na obra *Bibliografia sobre Juventude*, é possível identificar em meio aos diversos trabalhos produzidos, duas vertentes teóricas sobre o conceito de juventude. A primeira que procura uma noção genérica, homogênea de juventude, estando associada aos estudos geracionais. A segunda, que destaca a heterogeneidade da juventude, está ligada inicialmente à Escola Sociológica de Chicago e à noção de cultura juvenil⁵.

Mais recentemente, os esforços teóricos têm sido na direção de combinar essas duas vertentes, observando a diversidade da experiência juvenil (cada um faz uma experiência do que é ser jovem) sem perder de vista a dimensão geracional que é marcada por aspectos estruturais da vida em sociedade.

⁵ O desenvolvimento da sociologia da juventude no Brasil está vinculado à perspectiva geracional de juventude. A década de 1960 foi decisiva para os teóricos do assunto, pois os movimentos juvenis surgiram com força e ganharam características questionadoras da ordem social e política do país. A geração dessa década ficou conhecida como “juventude engajada”, tipificando o jovem como questionador “por natureza”. O movimento estudantil apareceu como emblema dessa juventude que tinha a discussão política como tônica de sua experiência juvenil. Os trabalhos de Octavio Ianni (1968) e Marialice Foracchi (1972) são pioneiros no Brasil e destacam a importância da juventude politizada e transformadora. Vale destacar que essa abordagem desqualificou uma série de estudos seguintes sobre outras manifestações juvenis (na perspectiva das subculturas juvenis) considerando-as como manifestação de uma juventude alienada.

Autores como Rezende (1989), Novaes (1998), Carrano (2000), Abramo e Branco (2005) vêm trabalhando no sentido de destacar que na atualidade é pertinente falar de “juventudes”. Em meio às determinações econômica, social e cultural existem, igualmente, diversas maneiras de viver o período da juventude.

Castro e Abramovay (2003, p. 17), também consideram a dificuldade em definir um único conceito para “juventude”:

[...] definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos, vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicações, participação, consumo, gênero, etc. Na realidade, essa transversalidade traduz que não há apenas um grupo de indivíduos em um mesmo ciclo de vida, ou seja, uma só “juventude”.

Assim a noção de “juventudes” remete a um imbricado processo sociocultural e econômico que se expressa por meio de várias desigualdades, objetivas e subjetivas. Qualquer referência à juventude – no singular – só é possível se considerada a transversalidades dessas questões que dizem respeito à multiplicidade de experiências juvenis.

De acordo com Gadea (2013, p. 4), os fundamentos da vida social dos jovens não podem ser buscados somente nas suas decisões individuais, (conforme a perspectiva das culturas juvenis) mas articuladas às limitações estruturais da vida em sociedade: “as trajetórias juvenis devem ser contempladas pela perspectiva de um processo de individualização estruturada sob os condicionamentos e limitações que nos impõe a vida coletiva”.

Esse amadurecimento no tratamento teórico da juventude, principalmente a compreensão de que a juventude é muito mais que uma etapa preparatória para a vida adulta, permite a conclusão de que nessa perspectiva de juventudes plurais, a juventude passa a ter importância em si mesma, por suas características diferentes em relação à infância e vida adulta (MELUCCI, 1997).

Um desdobramento dessa mudança teórica é a reformulação das políticas públicas para juventude no Brasil. Até então, as ações governamentais não enxergavam o jovem como um ator no processo de construção da sociedade, sendo definido por suas incompletudes (jovem como quem deixou de ser criança, mas ainda não é adulto) e desvios (jovem como incapaz de seguir normas do mundo adulto). Quando a juventude é vista como importante em si mesma, o jovem passa de “sujeito desviante” para “sujeito de direitos”, com necessidades e especificidades próprias (ABRAMO; BRANCO, 2005).

Nesse contexto, é que se podem abordar as políticas públicas para juventude no Brasil, sobretudo aquelas direcionadas aos jovens moradores em bairros periféricos, uma vez que esses

espaços concentram os mais variados tipos de carências. Juventudes marcadas pela vulnerabilidade à violência e que, muito mais que desviantes da norma estabelecida, são sujeitos de direitos e oportunidades.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E PERIFERIAS

Conceitualmente, existe uma grande dificuldade em definir o termo políticas públicas, uma vez que não há consenso quanto ao real objeto a que ela se dedica. De acordo com Souza (2006), uma possibilidade é definir política pública como esforço por resolver os problemas sociais. Por outro lado, a crítica dessa abordagem sustenta que ao focar nos problemas, perdem-se de vista os embates em torno dos interesses e ideias que sustentam as ações políticas.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, e Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

Mesmo que se destaque uma pluralidade de entendimentos como ponto de partida no debate sobre políticas públicas, o que sobressai na maior parte das abordagens é a compreensão de que o lócus onde se concentram os embates de ideias, interesses e preferências, são os governos. É na análise da ação dos governos que se compreende o sentido das políticas públicas: “[...] política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. (SOUZA, 2006, p. 26).

Essa perspectiva permite que se relacione com aquilo que Elias (1993), define por ser característico dos governos, ou seja, de que acima de tudo deve garantir serviços relacionados às funções básicas. É nesse sentido que os governos democráticos colocam em ação suas plataformas políticas por meio de programas que provoquem mudanças no mundo real.

Considerando essa característica de garantia de serviços, as políticas públicas são desenhadas e formuladas, desdobrando-se em planos, programas, projetos, pesquisas. Depois de implementadas, ficam submetidas a várias formas de avaliação de seu impacto no mundo

real. Esse dinamismo das políticas públicas, ao contrário do que possa parecer, não é unânime quando se considera a sua formulação, resultando em uma série de conflitos e disputas.

Na análise de Rua (1998), as políticas públicas são consideradas respostas às demandas da sociedade. Atender ou não a essas demandas depende do nível de pressão social que cada setor consegue exercer sobre o governo. As questões que não são tratadas na esfera pública permanecem como “estado de coisas”, ou seja, uma situação de insistente incomodo, injustiça e insatisfação que afeta de maneira diversa amplas parcelas da população, sem que, no entanto, se mobilizem governos, atores e agentes políticos.

Para que, de fato, se constitua problema político, é necessário que: a) mobilize ação política de grupos, ou atores individuais estrategicamente situados; b) constitua uma situação de crise, calamidades ou catástrofes; c) constitua uma oportunidade para atores politicamente relevantes para conduzir a formação da agenda – primeira fase das políticas públicas. (SILVA; LOPES, 2009, p. 94).

Quando uma questão se consolida em problema político é que se inicia o processo de construção das políticas públicas efetivamente. Mas como os governos definem suas agendas? De acordo com Souza (2006) o recorte que parte dos problemas políticos é uma das três opções apresentadas pela autora. Quando se assume que é necessário fazer algo para resolver determinados problemas, isso acaba por definir as agendas políticas dos governos.

A segunda explicação coloca que as agendas são formuladas a partir de uma tomada de consciência política em relação a determinado problema. Parece redundante, mas a diferença reside no fato de que, quando o ponto de partida para política pública é dado pela consciência política, o consenso se estabelece por barganha, ou seja, existe um amplo espaço para negociação. Ao passo que quando o ponto de partida é dado pelos problemas, o consenso é estabelecido pela persuasão, ou seja, é a pressão de grupos que definem a agenda, restando pouco espaço para barganhas entre os políticos.

A terceira explicação refere-se aos participantes da política pública, que podem ser visíveis ou invisíveis. Segundo esta perspectiva, os participantes visíveis (partidos, grupos de pressão, mídia) definem a agenda e os invisíveis (acadêmicos e burocracia), as alternativas.

No que se refere às políticas públicas para juventude, Sposito (2003), considera que até a década de 1990 a juventude foi tratada como “estado de coisas”, não recebendo nenhuma ação específica. Nesse período os jovens eram contemplados com políticas públicas sociais direcionadas a todas as demais faixas etárias.

Em termos de América Latina, Sposito (2003), citando as reflexões de Abad (2002), reforça que a definição das agendas para o tratamento das questões da juventude foi pensada a partir de um conceito de juventude como problema social:

Em linhas gerais, a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelo problema de exclusão dos jovens e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Ressalvando a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino americanos, esse autor sintetiza contribuição de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000) (SPOSITO, 2003, p. 18).

Esse destaque é importante, pois corrobora o entendimento de que, mesmo diante de políticas públicas voltadas especificamente para os jovens, o conteúdo simbólico que define a juventude como etapa problemática e o jovem como um risco para a sociedade, faz com que as ações adquiram um caráter tutelar e muitas vezes coercitivo, no sentido de preservar a harmonia social em detrimento de uma juventude ameaçadora.

A partir dos anos 1990 houve um avanço significativo nas políticas públicas específicas para juventude, uma vez que até então os jovens não faziam parte da agenda de ações do governo. No entanto, a base para formulação dessa agenda foram os inúmeros problemas que afetavam parcela significativa da população jovem, tais como saúde, segurança pública, trabalho e educação. Essa combinação de situações problemáticas foi sintetizada na noção de *risco social*, que na visão dos governos começa a ser enfrentada com diversos programas esportivos, culturais e de trabalho, destinados quase que exclusivamente a jovens moradores dos bairros periféricos das grandes cidades. A característica comum dos programas nesse período era o controle social do tempo livre dos jovens.

Diógenes (2009), realiza uma interessante análise sobre as formas como as políticas públicas vêm sendo pensadas no Brasil nos últimos anos. Utilizando-se dos conceitos de “estratégias” e “táticas”, emprestados de Michel de Certeau (1994), a autora desenvolve o argumento que as experiências juvenis (ser jovem) têm passado ao largo do ideário de participação política aos moldes tradicionais (partidos, associações, parlamento), isso devido a um descompasso entre as estratégias e as táticas na construção de políticas públicas para juventude.

A distinção entre os dois conceitos reside principalmente no tipo de operação que se pode efetuar. Enquanto as estratégias referem-se ao cálculo (ou manipulação) das relações de forças circunscritas a um ambiente próprio de poder, a tática é a arte do mais fraco, sendo o “mais fraco” aquele que não está circunscrito a um espaço formal e instituído de poder (DIÓGENES, 2009, p. 275).

Tendo em vista essas dinâmicas de poder, as políticas são pensadas nesse tensionamento constante entre poder político e sociedade civil, tendo como desdobramento somente a dimensão formativa da juventude, ou, desconsiderando o conjunto de experiências do público jovem, bem como suas representações sobre o que é participação. No que se refere às táticas, são os elementos que os jovens articulam para ressignificar a condição juvenil, sendo responsável por afirmar a polifonia de sentidos para as juventudes. O descompasso está justamente nesses rearranjos (táticas) juvenis que com muita facilidade deslocam/desqualificam os conteúdos das políticas públicas pensadas como estratégias de poder.

A autora assegura que é no campo das experiências não materiais (enquanto táticas) que surgem demandas efetivamente novas para políticas públicas para juventude, a partir dos próprios jovens: “Desse modo, uma política pública para juventude deve levar em conta aspectos que recortam o conjunto de suas experiências, suas formas de sociabilidade e as marcas e os códigos de linguagem que balizam suas linhas de comunicação e produzem um reconhecimento entre seus pares” (DIÓGENES, 2009, p. 278).

O que se observa, no entanto, ao invés de políticas públicas inovadoras, são ações restritas que visam a profissionalização e inserção no mercado de trabalho, banalizadas pela perspectiva do mundo adulto: “O mote dessas políticas é o tema da exclusão social da juventude de periferia e a produção de novas oportunidades no mundo do trabalho” (DIÓGENES, 2009, p. 278).

A concepção que está nas entrelinhas dessa relação entre periferia e geração de renda é aquela que associa diretamente pobreza e delinquência, ou seja, considera-se como única alternativa para o jovem morador de bairros periféricos (que é considerado a priori como em situação de risco) ser inserido na lógica do mercado de trabalho adulto. No ponto de vista das estratégias, as políticas públicas para juventude pensadas nesse mote do trabalho para consumir, pretende que a juventude de periferia reduza suas frustrações acessando bens materiais básicos para uma existência medíocre.

Isso sem mencionar o fato de que reforçar unicamente a dimensão econômica desqualifica as infinitas outras necessidades que os jovens vivenciam (experiências não materiais, por exemplo) e as várias dinâmicas simbólicas encontradas no espaço da periferia. Periferia não é só em relação à ordem material, mas também periferia de ordem simbólica.

Nesse ponto chega-se a um aspecto importante e que merece destaque: que tipo de conteúdos simbólicos essas políticas estão produzindo entre os jovens? O questionamento é razoável na medida em que consideramos as constatações de Diógenes (2009) que reforça o uso das *táticas* enquanto artifício para resolver os problemas práticos da vida cotidiana dos jovens. Ou seja, esse movimento juvenil que se estabelece na espreita, ou nas margens das relações de poder instituídas, resiste às iniciativas governamentais ligadas ao trabalho (como por exemplo os diversos cursos profissionalizantes para garçom, padeiro, jardineiro, profissões de baixa remuneração) envolvendo-se em atividades delitivas de pequeno impacto (na região de Cascavel é comum jovens praticarem contrabando de equipamentos eletrônicos do Paraguai, por exemplo), mas que lhes conferem um rendimento muito maior.

Compreende-se, portanto, que, ser eficaz uma política pública para juventude exige muito mais que estratégias de ordem concreta pautadas em relações de poder. Com muita facilidade os jovens escapam à essa dinâmica e taticamente se estabelecem nas franjas do simbólico. Isso corrobora a noção de que o tratamento das questões que se relacionam com os modos de vida na periferia requer um enquadramento teórico conceitual que leve em conta os imaginários e representações locais.

2.4 CIDADES E PERIFERIAS

As reflexões sobre o processo de constituição das periferias estão contidas no contexto do surgimento das cidades, logo, uma longa tradição teórica poderia ser retomada, haja vista que as cidades fazem parte da história humana desde a antiguidade. Partindo de uma perspectiva sócio antropológica, os trabalhos realizados pelos autores ligados à Escola Sociológica de Chicago são emblemáticos, pois foi um efetivo marco nas pesquisas sobre questões urbanas. Os estudos posteriores foram profundamente influenciados por essa abordagem, seja no sentido de confirmá-la ou no sentido de negá-la⁶. Acompanhando de perto o crescimento urbano das cidades industriais americanas, desenvolveram estudos que culminaram na elaboração da noção de cultura urbana. De acordo com Frugoli Jr. (2005, p. 136):

Em linhas gerais, a noção de cultura urbana formulada pela Escola de Chicago, fruto de um conjunto amplo de pesquisas, pode ser creditada principalmente a três autores: Robert Park, que concebeu a cidade como um campo de investigações da vida social, influenciando várias pesquisas da época; bem como, numa segunda etapa, os contrapontos entre os estudos de Louis Wirth, que culminaram no conceito de

⁶ Para um estudo sobre a Escola de Chicago e seus pressupostos teóricos, cf. Coulon (1995). Ver também Becker (1996).

urbanismo enquanto modo de vida – com base em variáveis como tamanho, densidade e heterogeneidade – e Robert Redfield, assentados em pequenas localidades – que originou os “estudos de comunidade” –, cujo desenvolvimento levaria presumidamente a processos de urbanização, sintetizados no conceito de *continuum folk-urbano*⁷.

Ainda de acordo com o autor, a Escola Sociológica de Chicago recebeu influências dos sociólogos clássicos da virada do século XIX para o XX, sobretudo Weber, Durkheim e Simmel. Deles foi derivada a noção que apreendia a cidade como uma “variável independente” onde as práticas culturais desenvolvidas pelos atores eram o foco privilegiado de análise. Conjuntamente a isso havia um forte apelo prático nas pesquisas, ou seja, buscava-se por meio delas amparo científico para realizar intervenções no sentido de sanar os “problemas urbanos” encontrados nas cidades.

Posteriormente, essa abordagem foi questionada por sociólogos ligados ao marxismo que se desenvolveu na França a partir da década de 1960. Para esses autores a cidade deveria ser aprendida sob o prisma da macroestrutura, estando subordinada às determinantes da política e economia. Neste sentido, estes autores criticaram duramente o culturalismo da Escola Sociológica de Chicago como pouco explicativo, considerando que a cidade era uma “variável dependente” da estrutura social (FRUGOLI JR, 2005).

No contexto brasileiro, a discussão ganhou notabilidade entre as décadas de 1970 e 1980 sob influência da sociologia urbana marxista francesa. Os principais estudos se concentraram em São Paulo, onde se observou, nesse período, um crescimento vertiginoso dos bairros afastados do centro da cidade. Esse fenômeno foi possibilitado pelo modelo de industrialização promovido pelo governo militar da época. Assim, o elemento estrutural nesse processo de crescimento urbano era a industrialização da cidade de São Paulo, que atraía milhares de pessoas para o trabalho nas fábricas.

Nesses bairros, o que se observava eram casas autoconstruídas, falta de equipamentos públicos e todo tipo de carências imagináveis. Logo surgiu uma ampla gama de movimentos sociais reivindicando melhorias urbanas nos bairros: asfalto, iluminação, transporte coletivo, postos de saúde. Foram esses movimentos sociais que chamaram a atenção dos pesquisadores que logo relacionaram esses fenômenos ao referencial teórico do marxismo, compreendendo que o crescimento urbano da cidade estaria submetido ao processo de reprodução da força de trabalho. Não ampliar os serviços públicos que serviriam como base de sustentação da mão de

⁷ Neste sentido, cf. os estudos clássicos destes autores: Park (1987), Wirth (1987), Redfield (1974). Cf., também, o texto de Hannerz (1980), onde ele apresenta um balanço teórico dos estudos de sociologia urbana desenvolvidas pela Escola de Chicago.

obra era parte do plano para extração máxima de mais valia dos trabalhadores. Esse processo de “espoliação urbana” seria o motor dos movimentos sociais contestatórios, atribuindo à questão urbana um referencial político militante muito marcante (KOWARICK, 1979).

Nesse contexto, a definição de periferia estava intrinsecamente ligada à noção de centralidade, ou seja, define-se periferia por oposição ao centro. No centro estariam concentradas as atividades comerciais, de serviços, de consumo bem como aparelhos públicos. Na periferia, ao contrário, seria o lugar da escassez, do desleixo do poder público, onde os pobres se apinhavam em casas mal construídas e bem longe do centro. Nessa relação centro-periferia, a elite habitava o centro e os pobres, a periferia. As relações sociais tinham como base a ideologia, enquanto instrumento de dominação da elite sobre a classe trabalhadora.

Há que se considerar, inclusive, que a definição de periferia nesse contexto também reforçava a noção de um espaço culturalmente fraturado, em que a noção de civilidade era precária. Tanto do ponto de vista da elite estabelecida, que associava o aumento da violência ou qualquer outro problema da cidade aos modos de vida dos sujeitos residentes nesses bairros; quanto das ações públicas que consideravam que era necessário levar cultura a esses locais, como forma de assegurar alguma “evolução” e integração às normas sociais pautadas em valores bastante claros aos moradores do centro (elite).

Mesmo que essa noção de periferia enquanto distância geográfica do centro esteja presente no senso comum, na teoria (principalmente na perspectiva antropológica) ela já foi revisada e melhor problematizada. Desde os anos 1980 estudos vêm apontando o surgimento de novas formas de ocupação do espaço urbano, bem como novas configurações sociais no contexto das periferias.

Quanto à ocupação do espaço urbano, Frúgoli Jr. (2000), discute o surgimento de várias centralidades no tecido urbano da cidade de São Paulo, apresentando o histórico dos movimentos de mudança da centralidade do setor antigo para Avenida Paulista e mais recentemente, da Paulista para Avenida Roberto Marinho/Marginal Pinheiros, no sentido sudoeste. Por sua vez, Spósito (2001), apresenta alguns elementos que auxiliam na compreensão dessa nova forma de relação centro-periferia e os impactos da policentralidade na organização do espaço urbano.

A primeira observação desta autora diz respeito à flexibilidade das indústrias em separar o setor produtivo do setor administrativo. Assim, a linha de produção passou a se instalar nas periferias enquanto os escritórios administrativos permaneceram na região central. Em torno dos galpões das fábricas novas centralidades se desenvolvem principalmente pelo aparato que

é necessário para manter os trabalhadores, desde conjuntos habitacionais no entorno, até aparelhos ligados ao consumo e lazer.

A segunda observação se refere aos condomínios em locais distantes do centro, financiados na maioria pela iniciativa privada, mas que necessitam de toda uma infraestrutura fornecida pelo poder público, tais como vias de acesso, saneamento básico, segurança. A terceira observação destaca a instalação de aparelhos de consumo e serviços como *shopping centers* e hipermercados que ocupam áreas não loteadas, promovendo assim a especulação imobiliária e formação de novos núcleos.

Assim, considerando a morfologia do espaço urbano é pertinente falar de periferias – no plural. Segundo Kowarick (2000), a periferia deve ser considerada no plural por que:

[...] são milhares de Vilas e Jardins. Também porque são muito desiguais. Algumas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico; outros verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias básicas. Mas, no geral, com graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, favelas ou o aluguel de um cubículo situado no fundo de um terreno em que se dividem as instalações sanitárias com outros moradores: é o cortiço da periferia. Zonas que abrigam população pobre, onde se gastam várias horas por dia no percurso entre a casa e o trabalho (KOWARICK, 2000, p. 43).

Mesmo o tema da pluralidade da periferia estando presente desde os anos 1980 na discussão antropológica, atualmente ela se refere ao grau de consolidação desses bairros periféricos, medido pelo acesso ou não aos equipamentos públicos de promoção social, decorrente principalmente da mobilização comunitária por melhorias no bairro e no atendimento pelo Estado dessas demandas.

De acordo com Caldeira (2000), mesmo diante dessas novas dinâmicas o que caracteriza o crescimento da malha urbana das cidades continua sendo a segregação socioespacial. Na esteira da consolidação de diversas periferias, os setores médios e dominantes se instalaram em condomínios fortemente protegidos, coabitando o mesmo espaço periférico com as camadas populares, mas não fazendo parte dele. Esses “enclaves fortificados” formam o que a autora chamou de “cidade de muros”, onde moradores se escondem com medo da violência, imperando a vigilância e a discriminação social.

No que se refere aos conteúdos culturais das periferias, a mudança operada foi em direção de compreender a periferia para além do espaço geográfico, destacando a dimensão social do espaço físico que comporta uma série de dinâmicas manifestas em diferentes práticas discursivas, deixando claro que a periferia é um processo, que envolve projetos de longo prazo e organização da comunidade no plano político buscando sempre melhoria de vida. A periferia

passou de um lugar que, na perspectiva marxista, era marcada pela exploração e alienação, para um lugar significativo onde ocorrem formas variadas de sociabilidades e representações simbólicas.

Nesse sentido, a periferia deve ser abordada nos estudos sociológicos e antropológicos sob o prisma de uma polifonia de significados, sabendo que alguns elementos contribuem para sua unificação enquanto conceito homogêneo e outros destacando as especificidades presentes principalmente nas narrativas sobre os sentidos de viver na periferia. Sobre isso Frugoli Jr. (2005) destaca:

Cabe assim diferenciar, no plano analítico, a periferia como área urbana específica e sujeita a distintos graus de segregação (ou, num sentido inverso, de consolidação), como fenômeno social (que, nas últimas décadas, tem envolvido um projeto familiar e comunitário de inserção na cidade, mas com certas rupturas introduzidas por diversos fatores), como um conjunto polifônico de representações nativas (cujas predominâncias tipológicas cabe definir caso a caso), bem como uma série de narrativas (FRUGOLI JR, 2005, p. 148).

Assim, as periferias podem ser analisadas a partir das mais variadas possibilidades, uma vez que compreendem aspectos geoespaciais e também a produção de saberes e epistemologias localizadas. Vale destacar que não são perspectivas excludentes, não se trata de abandonar as formulações que tratam das periferias a partir de um referente geográfico e contrastivo (em oposição ao centro), mas de incluir na análise a variável imaterial, que diz respeito a um tipo de sociabilidade e modo de organização que não se remete diretamente à ideia de um centro irradiador de poder.

Gadea (2012), ao tratar do significante negro entre haitianos residentes na periferia de Miami, compreende a periferia como “modelo de sociabilidade” permitindo uma análise que retira o conteúdo antitético da periferia e sua relação com o “centro”, ou seja, enquanto modelo de sociabilidade não faz sentido reforçar essa relação (centro x periferia), mas atentar para as ambiguidades contidas nos processos de identificações na contemporaneidade.

Compreender a ambiguidade das periferias permite que se recupere o conceito de tática apresentado anteriormente, para demonstrar que as dinâmicas sociais nas periferias são negociáveis e muitas vezes não se caracterizam por estabelecer um conflito com o poder instituído (centro), mas agem na espreita, na ausência de poder, ressemantizando significados construídos sobre a periferia, fora do marco que estabelece um a priori do mundo.

Nesse sentido, é possível compreender o pouco sucesso das políticas públicas para a juventude das periferias, uma vez que se sustentam em referenciais do mundo do poder institucionalizado, ao passo que a experiência de ser jovem é ambígua e matizada pela vivência

da periferia, o que favorece um modelo de sociabilidade que se afasta do ideário tradicional de integração social via trabalho e educação.

2.5 ESCOLA SOCIOLOGICA DE CHICAGO E OS ESTUDOS URBANOS

Conforme apontado no item anterior, a produção dos autores ligados à Escola Sociológica de Chicago é de capital importância para os estudos focalizados nas dinâmicas das cidades contemporâneas, sobretudo o estudo de regiões periféricas.

Por “Escola Sociológica de Chicago” compreende-se o conjunto de pesquisas sociológicas, realizadas por alunos e professores do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, entre os anos de 1915 e 1940. Traçar uma linha histórica sobre a Escola Sociológica de Chicago necessariamente nos remete às origens da sociologia nos Estados Unidos, uma vez que o departamento de sociologia e antropologia da Universidade de Chicago foi o primeiro em terras norte-americanas.

De acordo com Becker (1996), a universidade foi fundada em 1895, a partir de uma doação do milionário do petróleo John D. Rockefeller. Nessa ocasião, Chicago era a terceira maior cidade dos Estados Unidos, junto à Nova Iorque e Filadélfia, contando com pouco mais de um milhão de habitantes. Em números absolutos, nada fora do padrão. No entanto, quando se considera o Censo de 1840, no qual constam apenas 4.470 habitantes e que em 1930 chegaria a mais de três milhões de habitantes, percebe-se a grandiosidade do processo de crescimento urbano em Chicago. Essa configuração vai influenciar diretamente os trabalhos do recém-criado Departamento de Sociologia.

A principal característica da sociologia de Chicago vai ser o trabalho empírico. Antes do aparecimento desse tipo de pesquisa, as investigações possuíam um caráter moralista e se apresentavam muito mais como jornalismo investigativo, que pesquisa social comprometida com a produção de conhecimentos úteis aos problemas da cidade (COULON, 1995).

Esse comprometimento com os problemas reais deve-se, em grande medida, ao perfil dos primeiros professores de Chicago: pastores protestantes, a exemplo do primeiro reitor William Harper (ex-pastor batista) e o primeiro chefe de Departamento de Sociologia Albion Small (teólogo). Gradualmente, o impulso de fazer caridade aos mais necessitados cedeu lugar a uma postura embasada em pressupostos filosóficos muito consistentes.

A sociologia alemã esteve presente em Chicago desde o início. Small (viveu entre 1854-1926), estudou sociologia na Alemanha sendo colega de Simmel, fato que marcou sua trajetória

intelectual. Posteriormente, estudou história e filosofia em Leipzig, concluindo seu doutorado em 1889, nos Estados Unidos. A postura que marcou sua atuação como professor e pesquisador foi o incentivo à pesquisa empírica, sobretudo as que adotavam a cidade de Chicago como laboratório:

Sublinhando a importância do habitat para as relações sociais, estimulou os estudantes a observar as comunidades em que viviam, analisar esse “mosaico de pequenos mundos”, estudar a sua história e levantar mapas de suas características. Por outro lado, propôs a seus colegas do departamento de sociologia usar a cidade de Chicago como objeto e como campo de pesquisa (COULOUN, 1995, p. 15).

Junto a essa iniciativa de pesquisas empíricas, Small deu início à primeira revista de sociologia dos Estados Unidos: *American Journal of Sociology*, em que eram divulgados os resultados das pesquisas realizadas no departamento, promovendo visibilidade aos trabalhos, uma vez que a revista passou a circular em várias outras instituições. Destaque-se também as traduções de sociólogos alemães, sobretudo Simmel, que antes de 1900 já tinha vários textos traduzidos na revista.

De acordo com Couloun (1995), os trabalhos de pesquisa desenvolvidos por Small não se constituíram em marcos para a disciplina. Sua atuação foi muito mais efetiva no encaminhamento dos jovens para a pesquisa de campo e também à ampla visão institucional, que fizeram da Universidade de Chicago o principal centro de estudos sociológicos dos Estados Unidos desde os anos 1900 até o pós-guerra.

No que se refere aos trabalhos de pesquisa, quem exerceu maior influência foi William Thomas. O departamento cresceu em nível de produção teórica e de pesquisas tendo a direção de Thomas. Sua obra mais importante, ainda sem tradução para o Brasil é *The Polish Peasant in Europe and America*, na qual reconstrói, por meio de histórias de vida e várias entrevistas, a trajetória de imigrantes poloneses desde a Europa até sua fixação nos Estados Unidos. Um longo trabalho que permitiu compreender os processos de desagregação dos laços comunitários e a importância disso para os casos de delinquência e criminalidade.

Um segundo personagem igualmente importante para o desenvolvimento das pesquisas em Chicago foi Robert Park:

Park nasceu em Omaha, Nebraska, no centro dos Estados Unidos e fazia parte de uma família de ricos comerciantes. Estudou, se não me engano, na Harvard University e depois foi para Heidelberg, onde estudou com Simmel. Logo nos primeiros anos deste século, voltou de Heidelberg com um doutorado cuja tese era um ensaio sobre as massas e o público como formas diferentes de organizar a sociedade de larga escala. De volta a Harvard, lecionou filosofia durante alguns anos (BECKER, 1996, p. 180).

Após esse período, Park deixa a academia e passa a se dedicar ao jornalismo investigativo, sendo editor chefe de vários jornais de Detroit. Envolveu-se com a militância negra, tornando-se secretário executivo da Organização para a Libertação do Congo Belga. É nesse contexto de uma vida repleta de atividades que Park chama atenção de Thomas, que o convida a ser professor de sociologia na Universidade de Chicago.

Já em Chicago, Park se destaca pelo dinamismo e pelas ações de organização do departamento de sociologia. Sua formação em sociologia alemã, e principalmente por ter sido aluno de Simmel, fazem com que Park se dedique à cidade de Chicago e a veja como um excelente laboratório de pesquisa empírica:

Logo em seus primeiros tempos em Chicago, Park escreveu um ensaio sobre a cidade, encarando-a como um laboratório para a investigação da vida social. Ele tinha uma ideia central sobre a história do mundo naquela época, sobre o que estava ocorrendo, ideia que resumiu ao dizer: “hoje, o mundo inteiro vive na cidade ou está a caminho da cidade; então, se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo”. Assim, Park organizou seus alunos para esse empreendimento. O ensaio que resultou desse trabalho é muito interessante: consiste em uma série de tópicos, quase todos constituídos de perguntas cujas respostas se desejava conhecer e que só podiam ser encontradas por meio de pesquisa empírica. Cada uma dessas questões poderia por si mesma, servir de base para toda uma subárea de pesquisa sociológica – aliás, muitas se tornaram exatamente isso (BECKER, 1996, p. 180).

Ao menos três gerações de cientistas sociais foram formadas sob a orientação de Thomas e Park, levando as ideias e principalmente a maneira de fazer pesquisa em Chicago para várias outras universidades dos Estados Unidos.

Evidentemente, existem vários outros autores, tão importantes quanto Thomas e Park para a Escola Sociológica de Chicago, no entanto, considerando o contexto dessa pesquisa, os referidos autores são essenciais, uma vez que formulam conceitos que permitem articular várias dinâmicas, tendo a cidade como referência. De Thomas retomaremos brevemente os conceitos de “definição de situação” e “desorganização social” e de Park os conceitos de “homem marginal” e “ecologia humana”.

De modo mais amplo, a sociologia de Chicago foi influenciada pelo pragmatismo filosófico (representado por John Dewey) e pelo Interacionismo Simbólico (representado por George Herbert Mead).

Na visão do pragmatismo, a filosofia deve ter uma influência sobre a realidade, estando atrelada aos problemas sociais e desenvolvendo referências teóricas para o enfrentamento desses problemas concretos:

Isso porque, segundo o pragmatismo, o filósofo está envolvido com a vida de sua cidade, interessa-se por seu ambiente, pela ação social que tenha por fim a transformação social [...] O pragmatismo é na verdade uma filosofia da ação, mas também pode ser chamado de filosofia da intervenção social. (COULOUN, 1995, p. 18).

Partindo do pragmatismo filosófico, Mead vai desenvolver o interacionismo simbólico destacando a importância da natureza simbólica da vida social. Contrariando a tradição durkheimiana que considera as interpretações dos fatos sociais pelos sujeitos como “ambíguas” e não pertencentes ao campo da sociologia, o interacionismo simbólico vai afirmar que são essas construções simbólicas sobre o mundo social, realizadas pelos agentes, o objeto essencial da pesquisa sociológica.

Essa perspectiva de análise, pela primeira vez na sociologia, vai reforçar a importância do agente social enquanto interprete do mundo, deslocando a primazia de características estruturais como definidoras do social. Metodologicamente, as pesquisas passam a se orientar tendo como referência a perspectiva dos agentes, ou seja, o conhecimento sociológico deve estar apoiado na prática dos indivíduos. De acordo com Couloun (1995):

Acima de tudo, essas tendências reformadoras deram um impulso decisivo à sociologia: o de se voltar para o trabalho de campo, para o conhecimento da cidade e a resolução de seus problemas sociais, não para uma sociologia especulativa, mas, ao contrário, para uma sociologia da ação (COULOUN, 1995, p.23).

Essa ênfase nas ações dos sujeitos vai influenciar na maneira como Thomas (2005) formula a noção de “definição de situação”. O que está implicado nessa formulação é a relação entre indivíduo e sociedade, pois o indivíduo age de acordo com uma determinada percepção sobre o ambiente que o rodeia. Nesse sentido existe um eterno conflito entre as situações que são definidas pela ordem social, externas ao indivíduo, e aquelas situações que são definidas pelo próprio indivíduo, tendo em vista suas experiências anteriores.

Quando os sociólogos de Chicago reforçam a importância de escutar aquilo que os agentes definem como uma situação, pretende-se que em última análise, o indivíduo definindo uma situação como real ela se torna real em suas consequências. Ou seja, independentemente dos diversos juízos que possam ser formulados sobre a definição de situação realizada pelo indivíduo, tais como: ausência de informação; alienação; falta de bom senso; ou qualquer outro argumento que busque desqualificar aquela situação definida, ainda assim ela se torna real em suas consequências, e é exatamente isso que interessa a Thomas e a Sociologia de Chicago.

De acordo com Gadea (2011), esse “estado de deliberação” que antecede as ações dos indivíduos permite que se tome ciência de si mesmo e da pertença a uma comunidade, pois ao definir uma situação como real, o sujeito reflete e escolhe como agir. Nesse processo reflexivo entra em questão o conflito com as instâncias de controle social, na medida em que a “sociedade organizada” normatiza as ações dos indivíduos através de outras situações.

O relevante é considerar que, através das suas análises, é possível compreender a existência de uma diversidade de “agentes definidores” e que, no seu entrecruzamento, o próprio indivíduo terá uma experiência coletiva particular e uma “definição de uma situação” que o incluirá numa comunidade também particular (GADEA, 2011, p. 79).

A contribuição de Thomas em relação à noção de definição de situação vai além do reforço da ação individual como local do social. Enquanto se preocupa com esse “estado de deliberação”, o autor procura localizar os espaços onde o controle social dos indivíduos ocorre e, reconhece que é na comunidade de pertença onde se regula o comportamento dos seus membros. No entanto, como visto anteriormente, isso não ocorre de maneira estática, mas envolve conflitos e negociações. Como veremos nos capítulos seguintes, comunidade desestruturada não oferece controles sociais, ao que esse estado de deliberação ao definir uma situação fica prejudicado em relação aos imperativos morais e suas sanções. Uso da violência pode ser recorrente por conta da falta de controle social.

Nesse âmbito é que se insere a segunda noção importante elaborada por Thomas: a “desorganização social”. Em conjunto com Znaniecki, ambos escreveram o livro clássico *The polish peasant in Europe and America*, publicado em 1918. Ali os autores analisam os processos de imigração e estabelecimento de poloneses que saíram da Europa até os Estados Unidos. O conceito de desorganização social é sistematizado nessa obra⁸. De acordo Couloun (1995, p. 34), a própria divisão da obra é explicativa dos objetivos de Thomas: “1- A organização do grupo primário; 2- Desorganização e reorganização na Polônia; 3- Organização e reorganização na América; 4- História da vida de um imigrante”.

Percebe-se que há um esforço por entender as dinâmicas da vida em comunidade quando os poloneses ainda estavam no país de origem e posteriormente quando já instalados nos

⁸ É importante destacar que ao utilizar a categoria desorganização social não estamos considerando que exista uma forma mais ou menos adequada de se organizar socialmente. Não há juízos de valor aqui, o que se observa é que em função de mudanças nos instrumentos de controle social utilizados por uma determinada sociedade, os laços sociais tendem a se enfraquecer e adquirir novas configurações que, quando comparados aos anteriores, podem ser considerados desorganizados. Não supomos que exista uma maneira de “reorganizar” as pessoas e suas relações. O esforço é por identificar e compreender essas dinâmicas naquilo que elas interferem nas relações entre as pessoas.

Estados Unidos. Ao longo da obra, Thomas analisou três gerações identificando mudanças em cada uma delas. O argumento central é que a comunidade deixa de ser a principal instância de controle social sobre os indivíduos, fazendo com que, ao longo do processo de imigração, os indivíduos definam suas situações em termos distintos do da comunidade de origem.

Uma organização social é um conjunto de convenções, atitudes e valores que se impõem sobre os interesses individuais de um grupo social. Ao contrário, a desorganização social, que corresponde a um declínio de influência dos grupos sociais sobre os indivíduos, manifesta-se por um enfraquecimento dos valores coletivos e por um crescimento e uma valorização das práticas individuais (COULOUN, 1995, p. 34).

O autor identifica que na sociedade polonesa a desorganização social inicia quando os indivíduos passam a definir sua situação em termos econômicos, religiosos e intelectuais, em vez de definirem em termos sociais, tal qual o valor divulgado pela comunidade, deslocando a estabilidade da identidade que se fundava no reconhecimento social e agora passa ao desejo de sucesso.

Embora o trabalho analise a desorganização social, partindo de uma experiência migratória, os processos de desorganização social podem ser observados em vários contextos que apresentem alguma mudança extremamente rápida, ou que sofram algum impacto como catástrofe natural ou uma crise econômica de grandes proporções.

Na Polônia, Thomas identificou que o primeiro indício de desorganização social aparece antes mesmo de iniciar o processo de imigração em massa, os casamentos passam a ter como alicerce a ideia de amor e não mais de respeito, como tradicionalmente a comunidade estabelecia. Um dado simples, mas que é indicativo de uma maior autonomia individual no sentido de definir uma situação real em termos de amor, e não de respeito, contrariando a expectativa da sociedade.

A segunda geração, que já se encontra nos Estados Unidos, vai experimentar uma desagregação ainda maior, considerando a prática de uma nova língua e a perda de contato com a família expandida (mantendo-se somente o núcleo familiar como referência). No entanto, as práticas culturais permanecem sustentadas principalmente pela religião, que não se submete facilmente às mudanças de curta duração.

A terceira geração daqueles que nasceram nos Estados Unidos constituem exatamente os que sofrem diretamente com a desorganização social, pois são afetados por todos os prejuízos decorrentes dela, sobretudo aquele que consiste no não reconhecimento de nenhuma das partes envolvidas no processo migratório. Não são poloneses, porque perderam seus vínculos culturais e nem americanos, pelo fato de serem assimilados à cultura americana como imigrantes.

Essa ambiguidade que Thomas observou fundamenta-se em uma das abordagens mais conhecidas sobre os fenômenos de delinquência e criminalidade em Chicago. Posteriormente vários estudos foram feitos, utilizando o conceito de desorganização social para explicar os crimes, as gangs, a delinquência juvenil, relações raciais, enfatizando que a ausência de controles sociais, tanto formais quanto informais, promovem o sentimento de exclusão, ou estigmatização (usando um termo mais contemporâneo) que pode redundar em vários tipos de violência.

Robert Park foi um dos autores que desenvolveu ampla pesquisa a partir dessas noções propostas por Thomas. De particular interesse aqui é a noção de “homem marginal” utilizada pela primeira vez por Park em 1928. Park a toma emprestado de Simmel e atualiza a partir do fenômeno da imigração nos Estados Unidos.

Simmel tratou do estrangeiro na grande cidade moderna e o identificou como aquele que se instala na comunidade, mas permanece na margem. Não dominando plenamente os mecanismos íntimos das sociabilidades da comunidade, fica no exterior do grupo social, de maneira involuntária combina proximidade e distância; atenção e indiferença, culminando em uma espécie de desinteresse resignado.

Park vai tratar do estrangeiro como “homem marginal”, abordando o conflito intercultural em contexto de imigração. Para ele, os contatos com diferentes culturas no cenário da grande cidade promovem o processo de desorganização das instituições sociais dos imigrantes, ficando mais afetada aquela cultura que se apresenta como minoritária. Nesse contexto, podem surgir alguns elementos “marginais” caracterizados pela vontade de abandonar o grupo de origem e integrar-se ao grupo estabelecido.

Segundo Park, o homem marginal é tipicamente um imigrante de segunda geração, que sofre plenamente os efeitos da desorganização do grupo familiar, a delinquência juvenil, a criminalidade, o divórcio etc. Definido antes de mais nada como um mestiço, mulato ou eurasiático, por exemplo, foi Park quem conferiu outro sentido à expressão “homem marginal”, a partir de 1934, estendendo-a à situação dos trabalhadores negros dos estados do Sul, que viviam “à margem” da cultura branca (COULOUN, 1995, p. 58).

Extrapolando os limites da diferenciação cultural, o “homem marginal” vai aparecer como na afirmação de Simmel em que na grande cidade moderna todos tornam-se estrangeiros no interior de sua própria sociedade. Nisso, destaca-se a atualidade no conceito, uma vez que as dinâmicas das cidades contemporâneas permanecem promovendo a existência de “homens marginais”. Seja na falta de transporte, que impossibilita a mobilidade urbana dos que residem em bairros periféricos, seja na criminalização da pobreza que provoca pânico na sociedade. De

qualquer modo, o “homem marginal” aparece como símbolo da identidade ambígua, materializada nas várias críticas à cultura dominante, não obstante seus vários esforços por ser integrado à essa cultura que o rejeita.

De alguma maneira é a juventude quem vai sentir na pele essa identidade ambígua, pois, desde a sua definição enquanto categoria social ela se estabelece pela negação: não são crianças, nem são adultos. Em se tratando de ser jovem de periferia o não reconhecimento social provoca encantamento por posições de destaque ocupados por outros jovens, como manifestado no *funk ostentação*, por exemplo. E repulsa pelos valores e comportamentos dos que não são marginais (rap que exalta o modo de vida da periferia, por exemplo). No tensionamento dessas dinâmicas de identidades, a juventude vai se construindo.

O segundo conceito de Park que nos interessa aqui é o de Ecologia Humana. Como se observou nos conceitos de “desorganização social” e “homem marginal”, os sociólogos de Chicago e principalmente Thomas e Park atribuem especial importância ao ambiente em que ocorrem as interações sociais. Seguindo as lições de Simmel sobre a necessidade de se investigar as variadas formas de interação entre indivíduos (é muito mais importante estudar a relação que o indivíduo isolado), Park vai dialogar com a biologia e emprestar o conceito de “habitat” para formular sua noção de ecologia humana, reforçando a importância do lugar em que ocorrem as interações entre os indivíduos.

Vale destacar que o habitat ultrapassa a noção simples de cenário onde ocorrem relações sociais. O habitat tem um papel ativo na dinâmica das relações sociais, tornando-se um elemento passível de investigação, na medida em que ajuda a compreender as regularidades nas interações entre vários indivíduos.

Nesse sentido entende-se a predileção de Park pelos estudos sobre a cidade de Chicago, que naquele período, apresentava vários problemas, dentre os quais a criminalidade e a delinquência juvenil. Enquanto problema de reforma social Park se perguntava sobre o que fazer com os jovens. Enquanto problema sociológico, o questionamento recaía sobre o processo de socialização das crianças, entendido enquanto mecanismo de treinamento para as atividades da vida adulta, e que preocupava ao se constatar as crianças e os jovens sendo socializados para o crime e a delinquência.

A grande contribuição do conceito de ecologia humana reside do fato de perceber uma proximidade entre espaço físico e espaço social, no sentido de que mesmo em pesquisa sociológica, dados ecológicos podem ser reveladores. Vale destacar que o biológico a que Park se refere não é a concepção contemporânea de “preservação da natureza”, mas, no sentido

clássico do estudo da distribuição dos animais e vegetais sobre o planeta e as dinâmicas particulares que cada habitat confere à organização das espécies.

Assim Park e seus alunos empreenderam várias pesquisas observando a maneira como diferentes grupos se localizavam na cidade, confeccionando mapas, classificações por tipo de atividades, por grupos étnicos e raciais, enfim, um levantamento detalhado dos vários grupos e atividades de acordo com cada espaço (bairro, habitat) particular.

Os resultados das pesquisas, de maneira geral, identificaram a grande influência que o espaço físico exerce sobre as configurações das interações sociais entre os indivíduos ou grupos de indivíduos. Couloun (1995), faz referência a um trabalho de pesquisa que mapeou os casos de doença mental na cidade, identificando algumas áreas de concentração bastante elevada em relação ao resto da cidade. A partir de um recorte temporal, percebeu-se que mesmo a população se alterando sistematicamente, os índices de doença mental naquele espaço permaneceram elevados.

Dentre as várias observações que as pesquisas apontaram, destaca-se a importância de agir também sobre o espaço físico no intuito de transformar as dinâmicas de socialização. Foi o que se consolidou com o *Chicago Area Project*, que se propôs a transformar uma área degradada de Chicago através de ações de melhoria urbana e fortalecimento dos vínculos comunitários.

Os apontamentos realizados até então, no sentido de identificar elementos conceituais da Escola Sociológica de Chicago aplicáveis ao cenário contemporâneo, encaminham para reflexões pautadas em uma sociologia interdisciplinar e de intervenção na realidade em que se propõe estudar. É nesse contexto teórico e metodológico que a pesquisa de tese foi encaminhada, buscando elementos de embasamento empírico como dados estatísticos (Capítulo 2) e elementos de ordem simbólica como as representações dos jovens acerca das violências que sofrem e praticam (Capítulo 3).

3 SITUAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS VIOLÊNCIAS: JUVENTUDE, FAMÍLIA, MORADIA E SUBJETIVIDADES

O capítulo que segue apresenta um diagnóstico detalhado das situações de violências concretas vividas pelos jovens na cidade de Cascavel -Paraná e pretende pontuar a importância do tema violência juvenil e sua relação com espaço urbano e condições de carências gerais.

Partindo de uma situação de violências genéricas que caracterizam o Brasil como um dos países mais violentos do mundo, considera-se a taxa de homicídio como índice que representa uma piora na qualidade de vida da população bem como sintetiza o sentido da categoria “violência” uma vez que trata-se da situação mais grave no quadro das variadas formas de violências. Essa constatação conduz a que se questione sobre a participação de cidades de médio porte nesses índices de homicídios e qual as condições concretas de vida na cidade para aqueles que mais são vitimados pelos homicídios: os jovens.

Dessa forma, o conjunto de dados que se apresentam servem para identificar o público que mais sofre com a violência, bem como serve para verificar que no espaço urbano da cidade existem diferentes concentrações de violências. No caso de Cascavel, o leitor poderá verificar que os bairros da região norte são os mais “problemáticos” combinando várias formas de violência tanto sofrida pelos jovens, quanto praticada por eles. Outro aspecto relevante é a situação de acúmulo de carências nesses bairros: alguns indicadores apresentam o quanto pode ser difícil produzir a existência sendo jovem morador nesses contextos.

De maneira geral, os dados apresentam um quadro do fenômeno e localizam a situação das vivências juvenis nos bairros da região norte de Cascavel, pontuando as situações que aumentam a exposição dos jovens a situações de violência. Ao final questiona-se sobre como essa situação concreta é vivenciada e interpretada pelos jovens considerando o cotidiano no bairro e o conjunto de atividades que realizam.

3.1 CONTEXTOS E PERSPECTIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA JUVENIL

Um dos dados que fomentou a realização dessa pesquisa refere-se aos números de homicídios entre a população jovem. Tradicionalmente as taxas de homicídios são apresentadas pelo Mapa da Violência, que na versão de 2014 levantou várias informações detalhadas sobre

as mortes ocorridas no Brasil durante o ano de 2012. A principal notícia, amplamente divulgada pela mídia, foi referente ao Brasil, ocupando a sétima posição em um ranking de cem países com maiores índices de homicídios. O jornal Zero Hora publicou a seguinte manchete: “Brasil bate recorde de homicídios, aponta pesquisa”. O total de mortes em 2012, considerando os homicídios, mortes no trânsito e suicídios, chegou a 112.709 pessoas. O número equivale a 58,1 habitantes a cada grupo de 100 mil, sendo o maior da série histórica do estudo divulgado a cada dois anos.

Considerando somente as vítimas de homicídio, o total foi de 56.337 pessoas assassinadas, sendo que a faixa etária entre os 15 aos 29 anos foi a que mais sofreu mortes: 53,4% dos casos. “*As taxas de homicídio nessa faixa passaram de 19,6 em 1980, para 57,6 em 2012, a cada 100 mil jovens*”. No ranking dos municípios, a cidade de Mata de São João, na Bahia, alcança a taxa absurda de 371,5 jovens mortos por 100 mil habitantes.

Seguindo a série dos Mapas da Violência, a edição 2016 apresenta uma leitura mais detida sobre as mortes causadas por arma de fogo no Brasil. O contexto desse enfoque deve-se ao fato de que do total de homicídios ocorridos em 2014, os causados por armas de fogo computaram 76,01%. Mesmo com os esforços no que se refere ao estatuto do desarmamento, esse patamar extrapola de longe os 21% praticados em países europeus. A letalidade das armas de fogo representa um entrave na diminuição dos homicídios no Brasil, fato que pode ser observado nos números absolutos de homicídios que alcançou os 59,627 mil, batendo novamente o recorde de assassinatos no país. Com essa marca, o Brasil lidera o ranking internacional em números absolutos de homicídios. Se considerada a taxa de homicídios por arma de fogo, a cada 100 mil habitantes, o Brasil ocupa a décima posição entre 100 países, alcançando a marca de 20,7 mortos por 100 mil.

Outro aspecto de extrema relevância demonstrado na pesquisa foi o recorte racial das mortes por homicídio entre os jovens. O portal de notícias on-line Agência Brasil (2014), escrito por Helena Martins, divulgou a seguinte manchete: “*Jovem, homem, negro é o perfil dos que mais morrem de forma violenta no país*”. Entre os anos de 1980 até 2012, as taxas de homicídios entre homens sofreu um aumento de 156%, passando de 21,2 para 51,3 jovens mortos por 100 mil habitantes. Tendo em vista o recorte racial, “*morreram proporcionalmente 146,5% mais negros do que brancos no Brasil, em 2012*”, sendo que entre os jovens brancos a taxa caiu 32,3% e o dos jovens negros aumentou 32,4%. Percebe-se claramente a “seletividade social” das mortes ocorridas, sobretudo na década de 2002 a 2012.

No que se refere as transformações a longo prazo, o Mapa de 2014 confirmou o que já vinha se desenhando desde os anos 1980: a interiorização das mortes homicidas. Comparando as taxas de homicídios das capitais e das cidades do interior, observou-se uma constante diminuição da diferença entre ambas: em 1980 era de 76,7% para em 2012 ser de 32,8%, ou seja, a participação das cidades do interior nas taxas de homicídios aumentou drasticamente, demonstrando que no cenário contemporâneo a dinâmica dos homicídios é muito intensa nos municípios do interior, sobretudo aqueles situados na faixa de até 100 mil habitantes e entre 100 e 500 mil.

Ainda que de modo bastante breve, os dados dos Mapas da Violência nas versões 2014 e 2016 apontam para a pungência do tema das violências no país, sobretudo quando considerada a população jovem. Nesse sentido, importa destacar a situação do Brasil enquanto país com altas taxas de morte violenta, tendo o público jovem como principal vítima dessa violência que é disseminada em todos os estados da nação. A consolidação do fenômeno da interiorização da violência, apontada no Mapa da Violência 2014, também é essencial para a composição do cenário de pesquisa, uma vez que o campo em que realizamos a investigação é a cidade de Cascavel, interior do Paraná, incluída na categoria das cidades de médio porte.

Grande parte dos desafios que as cidades contemporâneas enfrentam decorrem do crescimento urbano desordenado. Essa constatação foi feita pelos autores da Escola Sociológica de Chicago nos anos 1930 e 1940. Naquele contexto, a cidade triplicou sua população urbana em menos de 30 anos, o que provocou uma série de situações sociais novas.

Atentos às necessidades de resolução para esses novos problemas, a Universidade de Chicago passou a se dedicar ao estudo de todas as questões que envolviam o cenário urbano, dando atenção especial aos desdobramentos do aumento populacional sem o devido planejamento.

No contexto do Brasil, somente no final da década de 1960 é que a população urbana ultrapassou a população rural, fato que demonstra o quanto o fenômeno da urbanização é recente no país. Outra característica, além da jovialidade do fenômeno, é a velocidade do processo de urbanização: em 1940 o país possuía 26,3% da população residindo nas cidades, ao passo que em 2010 essa taxa passou para 84%.

Vale destacar que o crescimento urbano não foi homogêneo no território nacional, afetando de maneira diferente as diversas cidades brasileiras. No que se refere à região Sul, a Tabela 1 ilustra as diferenças encontradas entre os estados dessa região. O Paraná até o início da década de 1980 manteve-se na dianteira do processo de expansão urbana, apresentando

crescimento intenso entre as décadas de 1950 a 1980. Após o ano 2000 o que se observa é um movimento de estagnação do crescimento urbano no Paraná, ao passo que Santa Catarina manteve-se estável na expansão urbana:

Tabela 1: Crescimento populacional médio nas áreas urbanas dos Estados da Região Sul de 1950 a 2010 (em %).

Estado	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Paraná	151,37	88,57	78,59	38,57	25,55	9,16
Santa Catarina	91,70	79,35	72,73	48,93	31,27	14,68
Rio Grande do Sul	71,99	45,32	47,71	33,26	18,81	4,98

Fonte: Adaptado de IBGE. Censo Demográfico de 1950 – 2010. Autor.

De acordo com o Censo 2010, consolida-se um processo de desconcentração populacional a partir das metrópoles, que pode ser observado no aumento significativo das cidades entre 100 e 500 mil habitantes localizadas fora das regiões metropolitanas. Em 2000 eram 193 municípios, passando a 245 em 2010, concentrando um total de pouco mais de 48 milhões e meio de habitantes.

Tabela 2: Número de municípios e população nos Censos Demográfico de 2000/2010 segundo as classes de tamanho da população.

Brasil classes de tamanho da população	Número de Municípios e População nos Censos Demográficos	
	01.08.2000	01.08.2010
Número de Municípios		
Total	5.507	5.565
Até 10.000	2.637	2.515
De 10.001 a 50.000	2.345	2.443
De 50.001 a 100.000	301	324
De 100.001 a 500.000	193	245
De 500.001 a 1.000.000	18	23
De 1.000.001 a 2.000.000	7	9
De 2.000.001 a 5.000.000	4	4
De 5.000.001 a 10.000.000	1	1
Mais de 10.000.000	1	1
População dos Municípios		
Total	169.799.170	190.732.694
Até 10.000	13.833.892	12.939.483
De 10.001 a 50.000	48.436.112	51.123.648
De 50.001 a 100.000	20.928.128	22.263.598
De 100.001 a 500.000	39.628.005	48.567.489
De 500.001 a 1.000.000	12.583.713	15.703.132
De 1.000.001 a 2.000.000	9.222.983	12.505.516
De 2.000.001 a 5.000.000	8.874.181	10.062.422
De 5.000.001 a 10.000.000	5.857.904	6.323.037
Mais de 10.000.000	10.434.252	11.244.369

Fonte: Adaptado de IBGE. Censo Demográfico (2000; 2010). Autor.

Essa dinâmica de intenso crescimento populacional nas cidades do interior pode ser observada quando analisamos os dados referentes à cidade de Cascavel, pois de acordo com Moura e Magalhães (1996) o estado do Paraná foi o que mais sofreu com os desdobramentos da expansão urbana observada no cenário nacional, tendo em vista a celeridade com que o processo foi “conduzido”. No ano de 1970, o Paraná contava com apenas cinco cidades na faixa dos 100 a 500 mil habitantes, passando para dezessete cidades no ano 2010.

Historicamente, Cascavel esteve vinculada à Foz do Iguaçu, sendo emancipada em 1952 e inserida em um processo mais amplo, de iniciativa federal, chamado “Marcha para Oeste”, que tinha como objetivo central povoar as regiões de fronteira do Brasil, a fim de manter a soberania nacional⁹. De acordo com o IBGE, em 1960, Cascavel alcançou a marca de 39.598 habitantes. Em 1980 atingiu a casa dos 163.459 habitantes, e mais recentemente **em 2010 chegou aos 286.205 habitantes**, ultrapassando Foz do Iguaçu no ranking das maiores cidades do Paraná¹⁰.

Considerando o ritmo acelerado com que Cascavel cresceu, Ramão (2008) afirma que:

A cidade de Cascavel, considerada polo regional do Oeste do Paraná, é dotada de singularidades na construção de seu espaço urbano, cujas origens remontam ao período de ocupação intensa da região Oeste do Paraná, Cascavel foi a única cidade regional que nunca teve projeto de colonização, bem como as que dela se desmembraram posteriormente. Sua ocupação intensa e seu crescimento rápido e incessante ocorreram, em larga medida, de forma desordenada, decorrente de sua localização geográfica privilegiada, num entroncamento, local de passagem e de pouso de muitos viajantes (RAMÃO, 2008, p. 26).

O fato de a cidade apresentar esse crescimento acelerado, e trazer consigo a expansão de alguns setores como serviços, saúde, educação, oferta de empregos, comércio diversificado, etc., acaba por reforçar a sensação de que expansão urbana e desenvolvimento social estão articulados de maneira direta. No entanto, enquanto fenômeno social, a noção de desenvolvimento não corresponde diretamente aos avanços econômicos ou a uma posição de destaque na região.

De acordo com Piaia (2004), o contexto histórico da região, profundamente marcado pela ideia de progresso, aliado às vantagens da posição geográfica¹¹, fortaleceu um imaginário

⁹ Para uma descrição detalhada sobre a história do município de Cascavel/PR, ver SPERANÇA (1992) e PIAIA (2004).

¹⁰ A população de Cascavel em 2016 chegou aos 316.226 habitantes.

¹¹ Cascavel está localizada na confluência das estradas que vem do interior do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e também do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, de modo que grande parte da produção agrícola desses estados passa por Cascavel até ser descarregado no porto de Paranaguá, ou exportado para o Paraguai via Foz do Iguaçu.

político de que Cascavel deveria tornar-se a cidade central da região Oeste do Paraná. Diante disso, o poder público municipal tem dispensado vários esforços para concentrar investimentos estaduais e federais.

Alguns dados extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil são ilustrativos sobre o quanto Cascavel vem se destacando como cidade com altos índices de desenvolvimento. O quadro a seguir apresenta alguns parâmetros que merecem ser analisados: em uma comparação entre Brasil e Paraná onde se considera os três últimos Censos realizados pelo IBGE, Cascavel apresenta os melhores números no que se refere a desigualdade relativa, IDHM, renda per capita, porcentagem de pobres e extremamente pobres.

Quadro 1: Parâmetros comparativos entre país, estado e município.

	Brasil			Paraná			Cascavel		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Índice de Gini	0,63	0,64	0,6	0,6	0,6	0,53	0,57	0,58	0,51
IDHM	0,493	0,612	0,727	0,507	0,65	0,749	0,544	0,692	0,782
Renda per capita	447,56	592,46	793,87	439,09	638,27	890,89	522,11	695,48	1003,38
% de extremamente pobres	18,64	12,48	6,62	12,57	6,08	1,96	5,51	3,85	0,8
% de pobres	38,16	27,9	15,2	32,57	18,9	6,46	22	14,17	3,27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Os dados apresentados no quadro apontam um crescimento significativo de Cascavel no que se refere à renda *per capita* e IDHM, apresentando-se sempre acima da média estadual e nacional, fato que comprova o bom desenvolvimento socioeconômico do município. A renda per capita passou de 447,56 reais em 1991 para 1003,38 reais em 2010. Se comparada a renda em nível de Brasil (793,87) fica ainda mais evidente o crescimento dos salários em Cascavel. No entanto, por serem indicadores que apresentam médias gerais, sozinhos eles são incapazes de mostrar as melhoras nas condições de vida da população. É preciso analisar a evolução das desigualdades.

Um dos marcadores dessa desigualdade relativa é o Índice de Gini, em que Cascavel aparece com 0,57 pontos em 1991 e aumentando para 0,58 em 2000, enquanto a média estadual manteve-se em 0,60 no mesmo período. No cenário nacional, esse indicador era 0,63 e aumentou para 0,64 no mesmo período. Desse modo, embora com um indicador de desigualdade menor que o paranaense e brasileiro, a cidade de Cascavel apresentou uma ampliação das desigualdades no período entre 1991 a 2000, o que indica uma falsa relação entre

crescimento da renda per capita e distribuição dessa riqueza entre a população mais pobre. Note-se que a tabela apresenta aumento de IDH e renda no mesmo período.

Considerando a década seguinte até 2010, percebe-se uma recuperação de Cascavel, diminuindo seu Índice de Gini para 0,51 pontos. Essa recuperação observada veio acompanhada de outras igualmente importantes, como a diminuição na quantidade de extremamente pobres (que vivem com renda domiciliar per capita igual ou até R\$70,00 mensais) e pobres (com renda igual ou até R\$140,00 mensais). A porcentagem de pobres passou de 14,17 no ano 2000 para 3,27 em 2010, representando uma melhora bastante significativa.

No entanto, mesmo diante desses índices que reforçam o quanto Cascavel tem avançado em seus níveis estatísticos de desenvolvimento, é importante ressaltar que entre 1991 a 2010 houve uma ampliação da população com renda domiciliar per capita abaixo da média e uma diminuição daquelas que recebiam salários acima da média. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, considerando a população de Cascavel dividida em cinco quintos, o que se observa é uma ampliação da população que recebe as menores rendas por domicílio per capita. Em 1991, a soma dos três primeiros quintos da população com os menores rendimentos totalizava 20,1% da população. Ao passo que em 2010 essa parcela passou a 24,4% da população. Se considerarmos ainda o quarto quinto da população, veremos que 18,6% da população possui renda domiciliar per capita de 935,26 reais, totalizando 43% da população com renda inferior ao considerado como parâmetro municipal nos índices de desenvolvimento econômico.

Essa constatação, ainda que pareça de pouco impacto é relevante na medida em que coloca em questão os números que fundamentam Cascavel como cidade em pleno desenvolvimento social. É interessante problematizar a fragilidade de indicadores sociais quando se fala de “desenvolvimento”. Por exemplo: deixar de considerar alguém como pobre aquele que possui renda familiar per capita acima de R\$140,00 é no mínimo complicado. Sobretudo quando se observa que a ampliação desses principais indicadores sociais não recobre a maior parte da população. A porcentagem dos que recebiam os maiores rendimentos em Cascavel passou de 62,01% em 1991 para 57% em 2010.

Se por um lado a leitura do indicador mostra uma maior distribuição da renda entre os mais pobres, por outro é questionável a leitura que enquadra Cascavel como desenvolvida, (no mínimo questiona a noção de desenvolvimento utilizada no indicador), uma vez que quase metade da população vive com renda domiciliar per capita abaixo do salário mínimo (precisamente a média de renda correspondente aos 43% da população com os menores

rendimentos é R\$ 540, 27). Essa diferença é ainda maior conforme analisa-se a renda média por bairros, uma vez que de maneira geral, nas periferias prevalece o trabalho informal e o subemprego.

Esses elementos ajudam a compreender que ainda que os indicadores configurem um campo de pesquisa, ele deve ser relacionado às condições concretas em que os sujeitos estão inseridos. No caso de Cascavel nota-se uma cidade com bons indicadores sociais, mas que conjuga certa dificuldade nas condições de vida da população, sobretudo aqueles que vivem na periferia (situação que se agrava na última década, haja vista o aumento de pessoas que contam com baixos rendimentos).

De acordo com Maricato (2000), ao considerar essa diversidade de elementos que indicam os desafios de se viver na cidade, ou melhor, sobre as especificidades de produzir a vida no espaço urbano, aponta que, historicamente o Brasil sofre com um processo de urbanização descontrolado, o que redundava em baixa qualidade de vida para população.

No contexto de Cascavel, a qualidade de vida da população urbana está mais ligada à estrutura de serviços públicos ofertada pela administração e menos com os índices que mensuram a riqueza e a desigualdade em nível de município. Como se observa no perfil de Cascavel como cidade focada no agronegócio e com uma indústria ligada ao setor agrícola essencialmente (abate de frango e porco; fábrica de ração animal e etc.), existe uma tendência “natural” à concentração de riqueza. Por um lado, os donos das grandes fazendas e das indústrias e por outro, a geração de empregos com baixa remuneração e de pouca expectativa de ascensão social.

De alguma maneira, a combinação destes elementos favorece um imaginário social, principalmente entre os gestores públicos, de que o essencial para levar a cidade a uma posição de destaque regional e nacional é melhorar seus indicadores sociais através do aumento da renda (mesmo que essa renda esteja concentrada entre poucos) e geração de empregos (mesmo que sejam empregos de baixa qualificação). Assim, o foco no desenvolvimento da cidade (urbano) como central para melhorar as condições de vida perde-se no horizonte de um crescimento urbano desordenado, concentrando carências de várias ordens nos bairros periféricos.

Considerando esse quadro de diminuição das condições de vida, Maricato (2000) vai afirmar que o aumento da violência é o indicador mais preciso e consistente para comprovar uma piora nas condições de vida urbana. Segundo a autora, o fenômeno do aumento da violência está associado à expansão urbana e, no caso das regiões metropolitanas, ao aumento do desemprego.

Percebe-se que se considerada as condições necessárias para uma boa qualidade de vida, os índices que relacionam somente rendimentos e sua distribuição média são insuficientes para constatar o nível dos desafios de se viver na cidade. De acordo com Maricato (2000), o aumento da violência é um indicativo da piora dessa qualidade de vida e não ocorre de maneira isolada: articula-se especialmente ao aumento da sensação de abandono (desigualdade) e ao desemprego. A isso soma-se a distribuição desigual dos homicídios nas áreas da cidade, pois nos bairros em que se observam bons serviços públicos e representam um alto padrão de vida os índices de homicídios são baixos ou inexistentes. De acordo com Maricato (2000):

As áreas mais violentas são aquelas em que se predomina uma conjunção de determinados indicadores: níveis baixos de renda e escolaridade, maior proporção de negros entre os moradores, maior desemprego, maior número de moradores de favela, piores condições de moradia e urbanística (MARICATO, 2000, p.28).

Nesse sentido, a autora salienta ainda que o aumento da violência não está associado à condição de pobreza diretamente, mas articula-se precisamente a desigualdade social e a conjunção de elementos como “ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, falta de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro” (MARICATO, 2000, p. 29).

Tendo o cenário de Cascavel como referência, e considerando essa constatação de que o aumento da taxa de violência (medida pelo número de homicídios por 100 mil habitantes) é um dos indicadores mais expressivos sobre uma piora nas condições de vida urbana, retornar ao Mapa da Violência 2014 e analisar qual o comportamento de Cascavel nos últimos anos, é essencial para configurar o cenário da pesquisa¹². A publicação feita em 2014 é paradigmática, pois se deteve especificamente sobre os homicídios dos jovens no Brasil (entre 15 e 29 anos), assim, a tabela a seguir se refere à taxa de homicídios na população jovem.

Tabela 3: Número e taxa (por 100 mil) de homicídios em Cascavel (população jovem).

Jovens 2012	Homicídios					Taxa 2012
	2008	2009	2010	2011	2012	
82.629	71	75	84	79	107	129,5

Fonte: Mapa da Violência (2014).

¹² Destaca-se que consideramos as taxas de homicídio como um bom indicador de violência, pelo fato de representar aquilo que de mais grave pode ocorrer em eventos violentos. No entanto sabemos que outras formas de violência podem ser suscitadas como indicadores. Para os fins dessa pesquisa consideraremos a taxa de homicídio como o principal indicador de violência.

Considerando a evolução dos homicídios, fica evidente o aumento progressivo no número de casos. Ainda mais grave é a comparação entre Cascavel, Paraná e Brasil, visto que a taxa de 129,5 mortos por 100 mil habitantes (população jovem) para Cascavel é extremamente elevada. No caso do Paraná, a taxa é de 67,4 e no Brasil 57,6 por 100 mil habitantes. Desde a década de 1980, Cascavel apresenta taxas maiores que o Paraná e o Brasil, fato que corrobora o argumento de que expansão urbana e crescimento econômico (medidos na tabela anterior através do crescimento do PIB e do IDH) não se associam diretamente a desenvolvimento urbano e melhores condições de vida. No ranking dos mais de 5.500 municípios apresentados, Cascavel aparece na 64ª posição no que se refere aos homicídios.

Na versão mais recente do Mapa da Violência, publicado em 2016, em que se apresentam dados referentes ao ano de 2014, o destaque foram as mortes provocadas por arma de fogo. Nessa publicação, Cascavel aparece novamente com índices muito elevados:

Quadro 2: HAF e Taxas Médias 2012-2014 de HAF (por 100 mil) nos 3.383 municípios com mais de 10.000 habitantes. Brasil. 2012-2014. Ordenamento por UF.

Município	UF	n HAF			Pop. Média 12/14	Taxa Média	Pos. Nac.
		2012	2013	2014*			
Cascavel	PR	128	87	62	302.415	30,5	23º

Fonte: Adaptado de Mapa da Violência (2016). Autor.

Ainda que em números absolutos tenha ocorrida uma diminuição nos casos de homicídios por arma de fogo no período entre 2012 – 2014, observa-se uma taxa de 30,5 mortes por 100 mil habitantes, o que representa a 23ª posição entre as cidades do Paraná. Em termos gerais, houve uma diminuição, o que merece destaque, no entanto se comparada às taxas do Paraná em 2014 (19,2) e Região Sul (16,3) percebe-se que Cascavel ainda está distante de patamares mínimos nas taxas médias de homicídios por armas de fogo.

Para fins de comparação, o Mapa da Violência 2016 apresenta um ranking dos 100 (cem) países com as maiores taxas de homicídios por armas de fogo: o Brasil aparece na décima posição com 20,7 homicídios por 100 mil no ano de 2012. A vizinha Argentina aparece em 26ª com 2,5 homicídios. Note que Cascavel apresenta 30,5 HAF (homicídios por arma de fogo) o que quando se considera esse ranking internacional dos países mais violentos, Cascavel ficaria entre os cinco países mais violentos do mundo (1º Honduras com 66,6 HAF e 5º Colômbia com 29,3).

Isso reforça o quanto Cascavel é letal em relação às violências que se praticam entre seus habitantes. Enquanto em outras cidades os desfechos tendem a se utilizar de outras armas (faca, objeto contundente) o que, de certa maneira, oferece alguma chance de vida à vítima, no caso de Cascavel a utilização da arma de fogo é recorrente. O fácil acesso às armas de fogo é apontado no Mapa como uma característica das cidades em região de fronteira internacional, uma vez que fazem parte de rotas de grandes organizações de contrabando, tráfico de drogas, e armas. Cascavel se situa nesse contexto com o agravante de ser entroncamento rodoviário que liga Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Ainda considerando esses indicadores que retratam a situação de violência vivida pela população brasileira nos últimos anos, tendo por base a Nota Técnica 17 do IPEA sobre o Atlas da Violência 2016, escrito em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sob a coordenação de Daniel Cerqueira, o que se destaca é o alto nível de vitimização fatal da juventude, sobretudo na faixa etária dos 15 aos 29 anos. O estudo aponta como pico de homicídios a idade de 21 anos, sendo que se destaca uma curva ascendente no gráfico a partir dos 15 anos e um decréscimo acentuado dos 21 anos em diante. A situação é ainda mais dramática quando se considera somente a população jovem do sexo masculino: se apenas na faixa etária de 15 a 29 anos a taxa de homicídios por 100 mil jovens para o Brasil, em 2014, era de 61 jovens mortos; quando se considera somente a população masculina na mesma faixa etária a taxa passa para 113,2 jovens assassinados para cada grupo de 100 mil jovens.

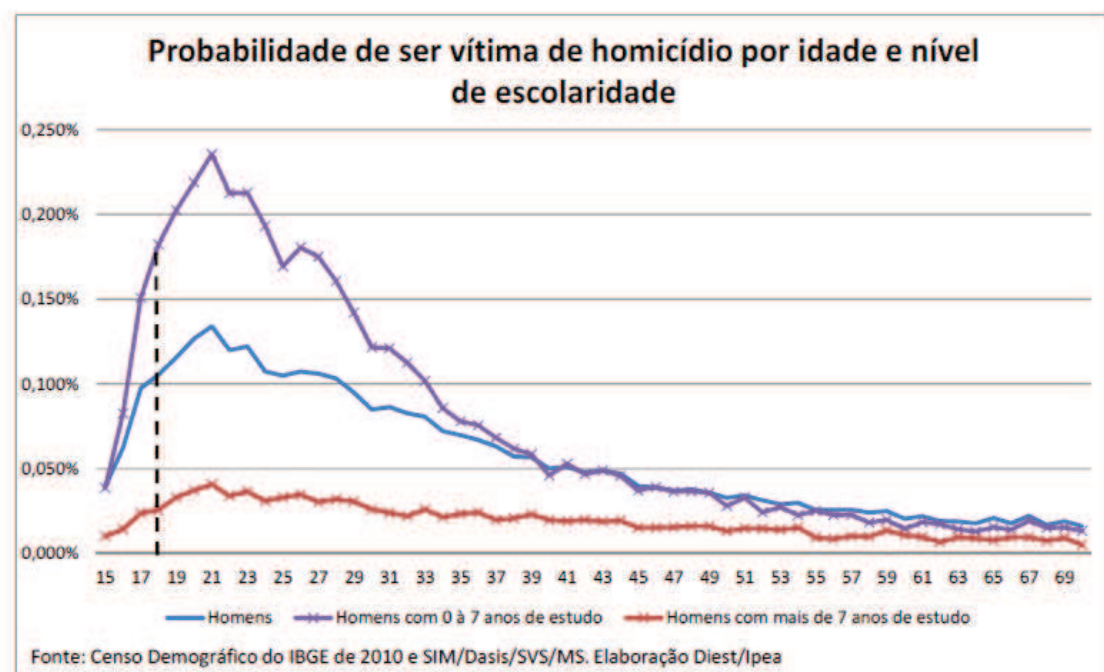
O texto do IPEA recupera ainda a relação entre taxa de homicídios e anos de estudo, o que revela um dado extremamente importante, que de certa forma não é novidade, mas que se apresenta agora devidamente mensurado: um indivíduo com 21 anos de idade, do sexo masculino, com menos de oito anos de estudos tem 5,4 vezes mais chances de sofrer um assassinato que outro indivíduo, na mesma condição, que apresente mais de oito anos de estudo. A diferença é ainda maior quando se considera o acesso ao nível superior:

Conforme discutido em Cerqueira e Coelho (2015), seria possível afirmar que a educação é um escudo contra os homicídios. Estes autores, ao fazerem um exercício econométrico com base nos microdados do censo demográfico do IBGE de 2010 e do SIM, mostraram que, mesmo controlando pela Unidade Federativa de residência, estado civil e idade, as chances de um indivíduo com até sete anos de estudo sofrer homicídio no Brasil são 15,9 vezes maiores do que a de alguém que ingressou no ensino superior, o que demonstra que a educação é um verdadeiro escudo contra os homicídios (CERQUEIRA, 2016, p. 21).

Evidentemente que quando se utiliza da educação como um instrumento que se relaciona, para mais ou para menos, com o envolvimento de jovens em delitos, está se

afirmando que a escola desenvolve um papel central na trajetória de vida desses jovens. No entanto, é preciso ponderar que esse argumento carece de uma reflexão mais ampla sobre a instituição escolar e sua representatividade no imaginário juvenil na contemporaneidade. Uma coisa é afirmar que mais anos de estudo diminuem os riscos de homicídios na faixa etária dos 15 aos 29 anos (o que nos parece razoável); outra coisa é depositar todas as “fichas” na diminuição da violência juvenil através de políticas públicas focadas em um modelo de escola que mais repele que atrai a juventude.

Figura 1: Probabilidade de ser vítima de homicídio por idade e nível de escolaridade.



Fonte: CERQUEIRA;COELHO (2015, p. 12).

Importa destacar nesse contexto, que ao contrário do que se pensa, o crime não se constitui uma carreira para a juventude que se expõe à violência, ao contrário: evidencia-se que o indivíduo inicia práticas delitivas a partir dos 13 anos e tem seu ápice por volta dos 20, momento em que se observa uma curva descendente em relação à probabilidade de ser vítima de homicídio (CERQUEIRA; COELHO, 2015).

Essa constatação indica, sobretudo, que existe uma maior exposição à violência entre a população jovem e que, considerando a perspectiva de que o aumento da violência se deve a uma piora na qualidade de vida, compreende-se que onde essas taxas se encontram mais elevadas, é onde os jovens mais sofrem com os problemas urbanos.

Tendo em vista a constatação de uma faixa etária específica que estaria mais exposta aos riscos de violência letal: dos 13 aos 21 anos, conforme indica Cerqueira e Coelho (2015), vale retomar alguns dados do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) em que mensura-se a letalidade violenta intencional contra adolescentes (entre 12 e 18 anos). A publicação de 2014 apresenta os dados referentes ao ano de 2012 e problematiza a mortalidade por homicídio na adolescência. O objetivo principal é “expressar, para cada grupo de 1.000 adolescentes que completaram 12 anos, o número deles que não completará 19 anos, pois será vítima de homicídio ao longo desse percurso”. O documento pretende localizar e dar destaque às regiões e municípios com as maiores taxas, a fim de que se produzam políticas públicas de prevenção aos homicídios nessa faixa etária (ÍNDICE DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA, 2014, p. 9).

Para a elaboração do indicador, foram estudadas 288 (duzentas e oitenta e oito) cidades com população igual ou superior a 100 mil habitantes em 2012. O resultado em nível de Brasil foi de 3,32 adolescentes mortos para cada grupo de 1.000 adolescentes na faixa etária dos 12 aos 18 anos. O quadro a seguir apresenta os resultados por região:

Quadro 3: IHA por grandes regiões brasileiras – 2012.

REGIÃO	IHA 2012	NÚMERO ESPERADO DE MORTES ENTRE 12 E 18 ANOS (2013 A 2019)
REGIÃO NORDESTE	5,97	16.180
REGIÃO CENTRO-OESTE	3,74	3.575
REGIÃO NORTE	3,52	3.908
REGIÃO SUL	2,44	3.854
REGIÃO SUDESTE	2,25	14.323

Fonte: Índice de Homicídios na Adolescência (2014, p. 23).

Note-se que a região sul aparece em uma boa posição, considerando as demais regiões. O destaque é a região nordeste em que quase seis adolescentes por grupos de 1.000 perderam a vida em 2012. Na última coluna apresenta-se uma estimativa tendo por referência a evolução nos índices de cada região desde 2005. Para o período entre 2013 a 2019 estima-se que na região sul 3.854 adolescentes serão assassinados antes de completarem 19 anos de idade. O índice para o Paraná foi de 3,12 adolescentes perdidos para cada grupo de 1.000. O quadro a seguir apresenta o ranking das vinte cidades com mais 200 mil habitantes que apresentaram o maior IHA no ano de 2012.

Quadro 4: Ranking dos vinte municípios com mais de 200 mil habitantes segundo o Índice de Homicídios na Adolescência – 2012.

ORDEM	UF	MUNICÍPIO	IHA 2012
1º	BA	ITABUNA	17,11
2º	ES	CARIACICA	10,47
3º	ES	SERRA	9,95
4º	CE	FORTALEZA	9,92
5º	BA	CAMAÇARI	9,82
6º	AL	MACEIÓ	9,37
7º	CE	MARACANAÚ	8,81
8º	BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	8,70
9º	BA	SALVADOR	8,32
10º	ES	VILA VELHA	8,22
11º	MG	GOVERNADOR VALADARES	7,35
12º	RN	PARNAMIRIM	6,81
13º	BA	FEIRA DE SANTANA	6,79
14º	AL	ARAPIRACA	6,70
15º	PA	ANANINDEUA	6,62
16º	PR	FOZ DO IGUAÇU	6,61
17º	RS	VIAMÃO	6,49
18º	PB	JOÃO PESSOA	6,49
19º	PR	COLOMBO	6,43
20º	PR	CASCADEL	6,42

Fonte: IHA (2014, p. 27).

Para o contexto dessa pesquisa, vale ressaltar a participação de Cascavel com um IHA de 6,42 adolescentes perdidos por grupos 1.000. Isso significa que ao considerar o índice nacional (3,32) viver a adolescência em Cascavel é quase 100% mais arriscado que viver a adolescência no resto do Brasil.

Essa configuração que apresenta um quadro de altos índices de violência em todo o país e, particularmente ao caso de Cascavel, destaca um descompasso entre bons indicadores de

desenvolvimento econômico por um lado e altos índices de homicídios por outro, reforça o argumento que crescimento econômico não significa aumento de qualidade de vida para a população. A baixa qualidade de vida se manifesta nos altos índices de homicídios apresentados por Cascavel, sobretudo entre os jovens na faixa etária dos 15 aos 29 anos. Importante destacar que essa distribuição no espaço da cidade não se apresenta de forma equitativa, mas concentrada em bairros e regiões distintas.

3.2 CASCAVEL E A DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DOS HOMICÍDIOS POR BAIRROS

Em um contexto mais amplo, Cascavel se situa na tendência apontada nos últimos anos pelo Mapa da Violência, que afirma uma interiorização dos homicídios no país. Um movimento impulsionado pela criação de novos polos de crescimento econômico demandando mão de obra e novos espaços para moradia, “somado a esse processo, as deficiências e insuficiências do aparelho do Estado e da Segurança Pública contribuem para a atração da criminalidade e da violência nesses novos polos” (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2016, p. 41).

As taxas de homicídios apresentadas até então se referem à totalidade do município, ou seja, pressupõe que Cascavel é uma unidade de análise homogênea. Analisar esses dados que apresentam um perfil das desigualdades municipais como um todo e não ponderar as discrepâncias nos indicadores por bairro seria um equívoco muito grande. Nesse sentido, serão retomados alguns dados que constam no perfil do município, disponibilizado pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo (SEPLAN) de Cascavel.¹³

O objetivo é demonstrar que dentro da área urbana de Cascavel as desigualdades de condições de vida são bastante significativas, apresentando acentuada variação em diferentes bairros, com destaque para algumas áreas com maior concentração de precariedades. Nessas áreas, normalmente localizadas nas franjas do tecido urbano, ocorrem altas taxas de homicídios, jovens envolvidos em delitos, baixos salários, pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, entre outras questões que confirmam a espacialização de algumas formas de violência, sobretudo os homicídios.

O recorte temporal apresentado em um primeiro momento contempla os anos 2000 a 2008 e estão disponíveis no sítio da Prefeitura de Cascavel. O segundo conjunto de dados

¹³ O documento consultado e “baixado” do site da prefeitura em janeiro de 2016 foi retirado do “ar” assim que a nova administração assumiu no início do ano 2017. Sendo assim o documento será citado como sem data de publicação, uma vez que no arquivo não há menção ao ano de publicação e no site da prefeitura não encontra-se disponível para consulta.

apresenta os homicídios por bairro entre os anos de 2010 a 2014, e foram coletados no livro de serviço de medicina legal do IML de Cascavel. Contemplando um total de 12 anos de informações de casos de homicídios ocorridos por bairros, pretende-se demonstrar que existem áreas urbanas específicas que concentram esses episódios e que contribuem grandemente com os altos índices apresentados para a totalidade municipal.

Nesse sentido, a tabela a seguir evidencia os bairros de Cascavel com maiores taxas de homicídios, e conseqüentemente, como será visto nos próximos indicadores, são os locais onde se concentram as “superposições de carências” explodindo em violências de diversas ordens (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003).

Tabela 4: Número de homicídios nas unidades administrativas urbanas de Cascavel (2000-2008).

Bairro	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Interlagos	16	6	8	11	8	10	15	18	17	109
Cascavel Velho	1	4	5	4	7	5	9	10	7	52
São Cristóvão	8	6	0	1	5	7	8	4	12	51
Brasmadeira	3	5	7	4	3	3	12	5	4	46
Floresta	4	1	7	3	4	8	5	6	7	45
Santa cruz	7	3	2	2	8	4	2	4	5	37
Centro	3	6	2	3	7	3	7	2	3	36
Santa Felicidade	5	2	3	3	4	8	4	0	6	35
Morumbi	3	6	1	2	2	6	3	5	2	30
Cataratas	4	2	2	5	2	4	2	3	4	28
Brasília	5	3	1	0	1	0	0	3	8	21
Periolo	1	0	3	3	1	2	1	4	3	18
Santo Onofre	1	1	0	3	1	2	4	2	3	17
Alto alegre	0	1	1	0	0	2	2	5	5	16
Cancelli	0	2	0	0	2	3	3	1	2	13
XIV de novembro	0	2	2	1	1	2	2	0	2	12
Universitario	1	2	1	0	1	0	3	1	2	11
Parque São Paulo	0	3	1	1	1	1	1	3	0	11
Coqueiral	1	1	0	0	2	2	2	1	2	11
Guarujá	2	0	1	2	0	0	5	0	0	10
Pacaembú	3	0	0	1	1	0	1	0	2	8
Santos Dumont	0	0	1	0	0	2	3	1	0	7
Maria Luiza	0	2	0	1	0	2	1	0	1	7
Esmeralda	0	2	1	0	0	1	0	0	2	6
Neva	1	2	1	1	1	0	0	0	0	6
Região do Lago	1	1	0	0	1	0	2	0	0	5
Pioneiros Catarinenses	0	0	0	0	1	0	2	0	1	4
Country	1	1	1	0	0	0	1	0	0	4
Canadá	0	0	0	0	1	0	0	1	2	4
Parque Verde	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
Recanto Tropical	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Total de Homicídios	71	64	51	51	66	77	101	79	103	663

Fonte: Adaptado de IML de Cascavel. Dados obtidos do Sistema de Informações SEPLAN/CASCADEL. (S/D). Autor.

Analisando a tabela, o que se destaca é a heterogeneidade com que os homicídios se distribuem entre os bairros de Cascavel, destacando-se os bairros Interlagos (109), Cascavel Velho (52), São Cristóvão (51), Brasmadeira (46), Floresta (45), Santa Cruz (37), Centro (36), Santa Felicidade (35), Morumbi (30), Cataratas (28), contrastando com bairros como o Recanto Tropical, Parque Verde e Country, que juntos, não somam dez homicídios entre os anos de 2000 a 2008. A persistência de altos índices em determinados bairros indica uma questão de ecologia urbana na espacialização dos homicídios na cidade: ou seja, as altas taxas podem estar mais articuladas ao espaço urbano e suas características que as particularidades das pessoas que praticaram ou foram vítimas de crimes naquele espaço ecológico.

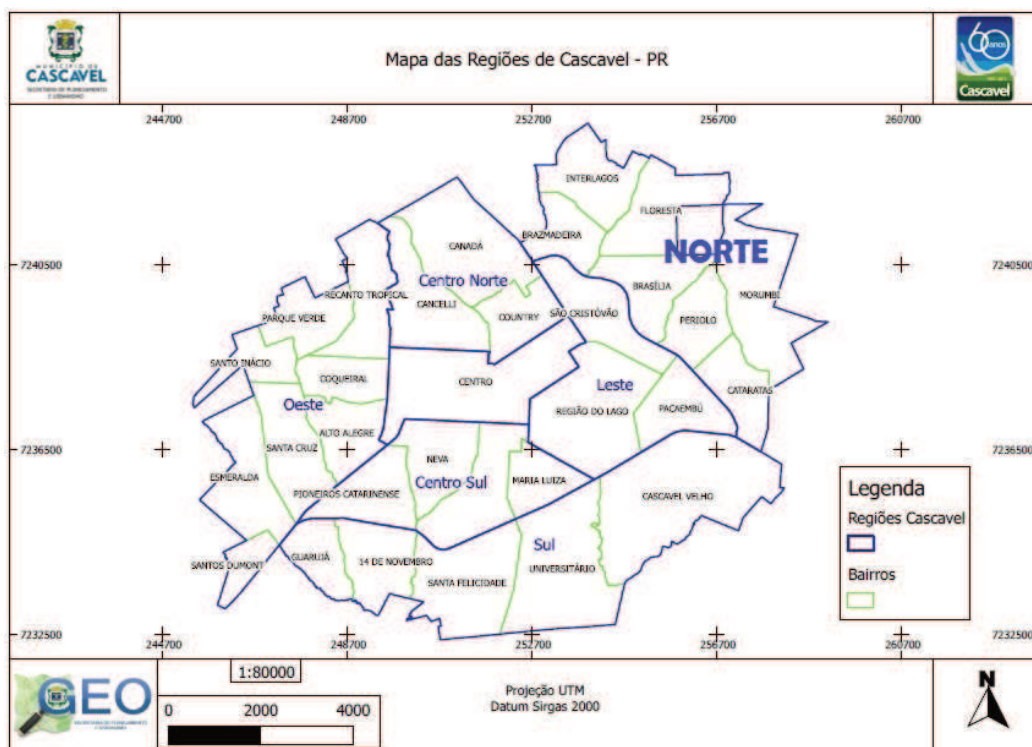
Como será analisado a seguir, as diferenças entre os bairros não se referem apenas à taxa de homicídios, mas também à qualidade da infraestrutura e dos serviços urbanos. Os bairros com menos homicídios correspondem justamente àqueles que foram criados observando normas de planejamento urbano, ao passo que bairros como o Interlagos, por exemplo, se estabeleceram sem nenhum planejamento, sendo que muitos loteamentos dentro do bairro nunca foram legalizados, impedindo o investimento de verbas públicas em projetos de melhorias da infraestrutura locais.

De acordo com o mapa dos bairros de Cascavel, a região norte concentra os bairros com as maiores taxas de homicídios: Interlagos, Brasmadeira, Floresta, Morumbi, Cataratas, Brasília e Periolo. Juntos esses bairros contribuíram com 297 mortos dos 663 totais. Isso representa que 45% dos homicídios ocorridos na cidade de Cascavel entre os anos de 2000 a 2008 foram cometidos nos bairros da região norte da cidade.

A seguir observa-se o mapa da cidade de Cascavel e seus respectivos bairros. Destaca-se que as altas taxas de homicídios se concentram nos bairros localizados nos extremos da cidade, ou seja, lugares em que a ocupação é mais recente e que muitas vezes ocorreu de forma ilegal. A norte o Interlagos; a sul Cascavel Velho; a leste São Cristóvão e a oeste o Santa Cruz. Essa dificuldade do poder público em agir rapidamente no processo de regularização fundiária, a fim de garantir alguma qualidade de infraestrutura urbana para os bairros recém “ocupados” já era apontada por Maricato (2000) como um dos grandes problemas urbanos das metrópoles brasileiras. Essa situação permite que se conjecture que Cascavel mesmo sendo cidade de médio porte caminha para viver os mesmos problemas urbanos de metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. O crescimento urbano não é acompanhado de investimento público, salvo em áreas em que o mercado imobiliário tem interesse. Nas demais áreas as pessoas se instalam, constroem suas casas em mutirões e vão conseguir serviços básicos como água e luz somente

com pressão política. Maricato (2000) vai utilizar o caso do Rio de Janeiro como modelo dessa ação do capital imobiliário que interfere diretamente no crescimento da cidade, pois, naquele caso a cidade legal existe até onde vai o interesse do financeiro. Nessa cidade legal as normas ambientais são respeitadas, os padrões de construção são rigorosamente observados e se faz cumprir o planejamento urbano. Na cidade ilegal, os pobres se amontoam sem assistência ou diretriz do poder público, normalmente em áreas de preservação ambientais suscetíveis a desastres naturais.

Figura 2: Bairros de Cascavel



Fonte: SEPLAN/CASCADEL, (2016).

De acordo com Cardia, Adorno e Poletto (2003), o que importa destacar nas análises sobre as possíveis causas para as altas taxas de homicídios em regiões específicas da cidade é a combinação de elementos tais como: constante violação de direitos humanos; desigualdade de acesso a direitos econômicos e sociais; precariedade de estrutura e serviços públicos. A constatação dos autores para o caso dos distritos de São Paulo configura uma “superposição de carências” onde a situação de pobreza não se configura apenas como falta de dinheiro, mas se materializa em um completo abandono.

Essa perspectiva permite que se problematizem adequadamente as relações entre pobreza e violência, visto que não se trata apenas de dimensões materiais, mas de conteúdo

simbólicos, como por exemplo, a pobreza de capital social, entendido como conjunto de meios e recursos que os grupos sociais lançam mão a fim de aumentarem suas redes de relações sociais.

Essas carências múltiplas que se combinam e contribuem para uma baixa qualidade de vida no contexto desses bairros com altos índices de homicídios, torna o cenário ainda mais dramático quando essas áreas se mantêm por longos períodos com altas taxas de homicídios. É o que o próximo quadro demonstra:

Quadro 5: Homicídios por bairros 2010 a 2014.

Bairro	2010	2011	2012	2013	2014	Total de mortes
Interlagos	17	22	24	18	10	91
Cascavel Velho	19	9	12	11	4	55
Santa Cruz	9	5	14	16	8	52
Centro	9	10	10	3	7	39
Brasmadeira	7	11	12	1	7	38
Floresta	10	5	8	8	1	32
Rural	6	9	6	3	7	31
Pacaembu	6	7	7	6	4	30
Brasília	6	5	8	5	3	27
São Cristóvão	5	7	5	7	3	27
Universitário	5	4	6	2	3	20
Morumbi	6	0	8	3	3	20
Alto Alegre	1	5	2	4	5	17
Cancelli	3	3	1	2	6	15
Cataratas	4	3	5	2	1	15
Periolo	2	2	6	3	2	15
XIV de novembro	1	5	6	0	2	14
Santa Felicidade	2	2	4	1	2	11
Coqueiral	3	3	2	1	1	10
Guarujá	2	4	4	0	0	10
Neva	1	1	3	2	2	9
Parque São Paulo	0	1	4	1	1	7
Penitenciária	0	0	1	0	6	7
Esmeralda	1	2	1	3	0	7
Canadá	1	1	1	2	1	6
Região do Lago	1	0	1	1	2	5
Maria Luiza	0	1	3	0	0	4
Pioneiros Catarinenses	0	0	2	1	0	3
Santos Dumont	0	1	2	0	0	3
FAG	0	0	0	1	1	2
Parque Verde	0	1	1	0	0	2

Recanto Tropical	0	1	0	0	0	1
Country	0	0	0	0	0	0
Total de Homicídios	127	130	169	107	92	625

Fonte: Adaptada de IML/Cascavel; Autor.

A primeira questão que os dados atualizados dos homicídios por bairros apresentam é uma diminuição significativa no total de mortes ocorridos desde 2010. Percebe-se um pico ocorrido em 2012 com 169 homicídios, e desde então as taxas diminuíram. Essa tendência de diminuição é apresentada no Mapa da Violência 2016, destacando o Paraná com um acúmulo de -4,3% em suas taxas de homicídio. Dentre as causas apontadas pelos pesquisadores, está o aumento da capacidade de investigação da polícia (aumento da taxa de resolução dos casos de homicídio) e também a integração entre polícia civil e militar, principalmente no setor de inteligência (Mapa da Violência 2016, p. 9)

No entanto, mesmo diante dessa melhora nos números absolutos é importante destacar a manutenção dos bairros da região norte entre os mais violentos de Cascavel. Os casos mais dramáticos são os bairros Interlagos e Cascavel Velho que desde o ano 2000 aparecem como os mais violentos da cidade. Essa persistência de homicídios ao longo dos anos indica que existe uma situação ecológica que favorece o desenvolvimento de situações de resolução de conflitos através do uso de força homicida.

De acordo com Cardia, Adorno e Poletto (2003), nessas áreas extremamente violentas o que prevalece é a constante violação de direitos humanos e um tipo de violência difusa que expõe a todos os moradores seus efeitos. No plano simbólico a falta de estrutura urbana vai provocar um ressentimento de classe que ganha contornos fatais na população jovem. O ódio aos jovens moradores de bairros centrais (*playboys*) já foi apontado por Leite (2015) como um elemento organizador das dinâmicas de violência e identidades em grupos juvenis periféricos. Conjunto a isso está a dificuldade em acessar “alguns direitos: saúde, emprego, habitação decente, saneamento básico, escolaridade, e renda” o que aumenta entre a população jovem (que nesses locais é maior que a média da cidade) a possibilidade de se envolver em situações de violência (CARDIA, 2003, p. 1).

No contexto das altas taxas apresentadas pelo bairro Interlagos e Cascavel Velho, pode-se retomar o questionamento sobre o que estaria por trás de quinze anos de altas taxas de homicídios nessas áreas:

Não surpreende que os homicídios estejam concentrados nas áreas onde haja um maior número de jovens, com baixa escolaridade, com baixa renda, com baixos índices de emprego. Há algum tempo que os estudos sobre o homicídio vêm

demonstrando as relações entre o homicídio e estas superposições de carências. Surpreende que ao invés de progredirmos na universalização do acesso aos direitos: a educação, saúde, moradia, trabalho, têm-se ampliado as desigualdades entre partes da cidade (distritos) e, certamente, também dentro destas áreas (CARDIA, 2003, p. 2)

A autora destaca essa ampliação de desigualdades entre as partes que compõem a cidade como um elemento que agrava e dificulta a superação das violências em áreas pobres. É o que se observa quando compara-se o Interlagos, bairro da periferia de Cascavel localizado na região norte e o bairro Country localizado mais ao centro e área nobre. No Country, de 2000 a 2014 ocorreram quatro homicídios, ao passo que no Interlagos ocorreram 200 (duzentas) ocorrências desse tipo. Essa disparidade não se deve unicamente a pobreza, mas a um contexto em que o poder público não foi capaz de atender às demandas sociais suscitadas naquele espaço ao longo de quase quinze anos.

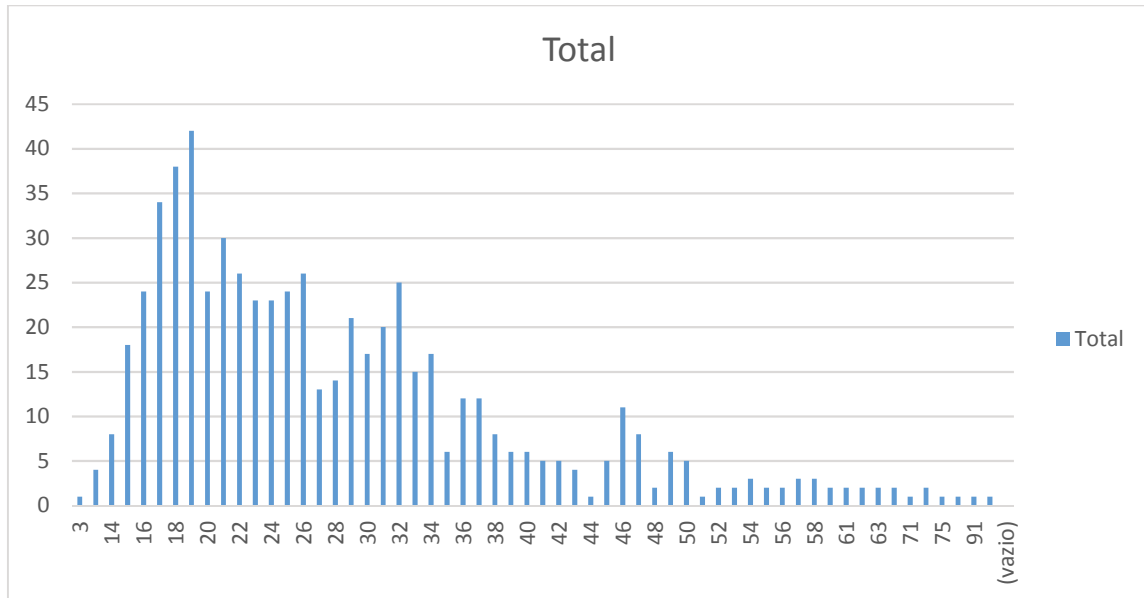
Outro efeito dessa desigualdade entre os bairros no que se refere a violência, é a construção de imaginários negativos que terminam por estigmatizar os moradores desses locais. A veiculação na mídia desses constantes homicídios fortalece a ideia de que os pobres são perigosos e que se ocorrem “atrocidades” as mais variadas nesses bairros, é porque não são civilizados e, portanto, devem permanecer fora da sociedade. Elias (2000, p. 29) já apontava para o mecanismo de retirar a humanidade como forma de manter os *outsiders* em uma posição de poder inferior em relação aos “estabelecidos”: “No caso de diferenciais de poder muito grandes e de uma opressão correspondentemente acentuada, os grupos *outsiders* são comumente tidos como sujos e quase inumanos.”

Para exemplificar a proporção dessa distância no que se refere as violências concentradas na região norte, tendo em vista a área total da cidade de Cascavel: 96,43 km², a soma dos sete bairros da região norte (Brasília, Brasmadeira, Cataratas, Floresta, Interlagos, Morumbi e Periolo) ocupa 19,26 km² de área urbana, o que representa aproximadamente 20% do tecido urbano da cidade. Somados os homicídios que constam nas duas tabelas acima, os bairros em questão contribuíram com 535 homicídios em um total de 1.288 mortos no período, o que representa pouco mais de 41% dos homicídios praticados no período em análise. Isso significa que em uma área que ocupa 20% da cidade ocorreram mais de 41% dos homicídios dos últimos doze anos analisados (IBGE, 2010).

Esse dado é extremamente relevante no sentido de indicar onde os esforços por políticas públicas de redução da violência devem se concentrar. E também sobre qual categoria de sujeitos essas políticas podem ser direcionadas a fim de alcançar melhores resultados. Quando se analisa a faixa etária em que se concentraram os homicídios no período 2010 a 2014 fica

evidente que a população jovem, entre os 15 aos 30 anos (com algumas flutuações nesse intervalo) são os que mais morrem vítimas de homicídios. Segue o gráfico:

Gráfico 1: Total de homicídios 2010 a 2014 por faixa etária.



Fonte: Autor.

Observa-se com clareza um pico na faixa dos 17 aos 20 anos o que coincide com o apontamento feito pelo Mapa da Violência 2016, em que considerando a taxa de homicídios por arma de fogo, por idade, aos 20 anos de idade no Brasil morreram 67,4 jovens a cada grupo de 100 mil, a maior taxa entre as idades simples.

Pode ser vista a enorme concentração de mortalidade nas idades jovens, com pico nos 20 anos de idade, quando os homicídios por AF atingem a impressionante marca de 67,4 mortes por 100 mil jovens. Mas a escalada de violência começa nos 13 anos de idade, quando as taxas iniciam uma pesada espiral, passando de 1,1 HAF, nos 12 anos, para 4,0, nos 13 anos, quadruplicando a incidência da letalidade e crescendo de forma contínua até os 20 anos de idade (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2016, p. 51).

Esses elementos todos, apontados até aqui servem para configurar concretamente os contextos das vivências juvenis em Cascavel. Destaca-se nesse processo o fato de Cascavel se caracterizar como cidade com bons índices de desenvolvimento econômico, mas que apresenta elevadas taxas de homicídios. Essas taxas, embora apresentem a cidade como unidade homogênea, são problematizadas quando se analisa a partir dos bairros. Nesse sentido se observa uma grande disparidade, principalmente na concentração de homicídios na região norte da cidade. Além disso, existe um público específico que mais morre: jovens na faixa etária dos

15 aos 29 anos. Somados os quatro anos (2010 a 2014) ocorreram 380 mortes nessa faixa etária, representando mais de 60% dos homicídios totais no período.

Nesse sentido, estabelece-se um campo de análise e um público específico para pensar as questões relacionadas à violência: os bairros da região norte de Cascavel e os contornos da violência vivenciada por jovens na faixa etária dos 15 aos 24 anos. Dessa definição metodológica, algumas perguntas de pesquisa se desdobram: Quais articulações podem ser estabelecidas a partir das variáveis cidade, juventude e violência? Quais os contornos das sociabilidades juvenis no contexto dos bairros da região norte de Cascavel? De que forma a estrutura urbana se articula às construções simbólicas e identitárias entre jovens?

3.3 SITUAÇÕES CONCRETAS E OS CONTORNOS DAS SOCIABILIDADES JUVENIS: OS BAIROS DA REGIÃO NORTE E SUAS CARACTERÍSTICAS

Como foi evidenciado até agora, existe uma concentração de violência na região norte de Cascavel (observada nas tabelas de homicídios por bairro), o que indica um acúmulo de carências que se expressa por meio da violência homicida. Nesse sentido, é importante analisar as características do meio urbano em que vivem, pois é onde os jovens socializam cotidianamente. Muito mais que definir categoricamente a noção de juventude é preciso ter claro que a experiência de ser jovem se dá em um contexto concreto, qual seja: os bairros e demais locais de sociabilidades (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003).

Primeiramente sobre aspectos populacionais, alguns elementos se destacam na região norte. Considerando a população de 0 a 19 anos percebe-se que se apresenta em maior proporção nos bairros da região norte que no restante da cidade de Cascavel. Segue quadro:

Quadro 6: População de jovens entre 0 e 19 anos residentes em Cascavel.

Município e Bairro	Variável	
	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)
Cascavel - PR	86.796	30,33
Brasmadeira - Cascavel - PR	2.677	39,21
Interlagos - Cascavel - PR	5.428	42,86
Floresta - Cascavel - PR	4.635	35,19
Brasília - Cascavel - PR	3.895	34,47
Periolo - Cascavel - PR	3.361	35,22
Morumbi - Cascavel - PR	1.950	36,43
Cataratas - Cascavel - PR	2.114	38,37

Fonte: Adaptado de IBGE - Censo Demográfico 2010. Autor. Dados obtidos do Sistema de Informações Sidra/IBGE.

O quadro apresenta a proporção de residentes por bairros na faixa etária dos 0 aos 19 anos, o que representa na totalidade de residentes no perímetro urbano de Cascavel um 30,33% da população. Note-se que todos os bairros da região norte apresentam uma taxa maior que a média do município, o que leva a crer que a população jovem é percentualmente mais significativa nesses bairros com problemas de infraestrutura e de violência. O Interlagos aparece com 42,86% da população residente no bairro na faixa etária dos 0 aos 19 anos de idade. Considerando a população de 0 aos 29 anos de idade, essa concentração fica ainda mais evidente: enquanto para Cascavel essa porção corresponde a 48,20% da população total do município, no bairro Interlagos ela representa um 60,26% da população de residentes no bairro.

Somando as crianças, adolescentes e jovens até os 29 anos dos sete bairros pesquisados são 35.507 indivíduos residentes na região norte da cidade. Evidentemente, que apontar uma concentração de crianças e jovens nesses bairros não implica que todos estejam em situação de vulnerabilidade, mas que por existirem mais jovens nesses espaços, e por saber que este é um grupo da população mais vulnerável a se envolver em situações de violência, é que se destaca a pertinência do dado apresentado. Existe uma condição ambiental favorável ao desenvolvimento de conflitos violentos e também uma concentração de sujeitos com maiores chances de se envolver nesses conflitos.

Adorno, Cardia e Poletto (2003) apontam que a exposição à violência por parte da população jovem se dá não pela via da pobreza, mas pela via do acúmulo de carências que se concentram nos bairros periféricos. Uma dessas questões indicadas (que contribuem além da pobreza) pode ser observada no bairro Interlagos: além de ser o bairro com a maior população jovem em relação ao total de habitantes, existe uma alta densidade demográfica redundando em um congestionamento habitacional. Considerando os habitantes por quilometro quadrado, o Interlagos conta com 4.428 habitantes, ao passo que a média do município é de 2.767 habitantes por km².

Elevado crescimento da população jamais resulta em baixa densidade populacional (pessoas por hectare na área urbana). Do mesmo modo, associa-se a maior probabilidade de congestionamento habitacional, o que, em contrapartida, sugere inúmeros problemas: menor privacidade, maior tensão e maior oportunidade para que a competição por espaço escasso ocorra [...] muito pouco tem sido feito para o desenvolvimento de alternativas de habitação (CARDIA, ADORNO e POLETO, 2003, p. 58).

A constatação dos autores indica um prejuízo na qualidade de vida quando se vive em um contexto de superpopulação. Das questões elencadas, chama atenção os desdobramentos

desse congestionamento para a vida familiar. Os autores apontam que a falta de privacidade altera as dinâmicas familiares provocando uma certa apatia em relação a esse meio, e em relação às pessoas que o compõe. Isso se dá de maneira mais dramática nas relações entre pais e filhos, pois esse “desligamento psicológico” provoca distanciamento e sérios prejuízos emocionais, irrompendo em diversos conflitos familiares. Como veremos adiante os maiores casos de violência sofrida pelos jovens ocorrem no contexto intrafamiliar.

Ainda sobre o congestionamento habitacional, vale mencionar o dado que aponta uma concentração de residências com mais de cinco moradores no bairro Interlagos. A média para Cascavel é de 13,55% de residências com mais de cinco moradores em relação ao total de residências. Para o Interlagos, nesse tipo de configuração familiar a média passa para 24,78% de residências com cinco moradores ou mais. Uma concentração de quase o dobro em relação à média municipal.

É importante tematizar isso tendo em vista que a população jovem é quem está inserida nesses lares numerosos (haja vista a maior concentração de jovens que se observa nesses bairros) e diante da falta de privacidade ou espaços adequados passam longos períodos socializando nas ruas do bairro. Se por um lado existe uma concentração de jovens proporcionalmente maior que o total da cidade, isso se agrava com a constatação de que quase 25% das residências do bairro são compostas por mais de cinco moradores, o que indica, de acordo com Gadea (2015):

Há uma combinação de variáveis que contemplam os níveis de exposição da população jovem à violência urbana, ligados a problemas de socialização primária como, por exemplo, na família, e de socialização secundária como aqueles surgidos de carências materiais, educativas de inserção no mercado de trabalho e de dispositivos socialmente integradores de diversas características (ligadas ao lazer, ao esporte, a atividades lúdicas, à cultura, etc.) (GADEA, 2015, p. 18).

Note-se que a configuração do contexto das vivências juvenis na região norte de Cascavel permite que se observe a indicação teórica apresentada pelo autor: os prejuízos na socialização primária se articulam à alta densidade populacional das residências (o que reflete diretamente na qualidade das interações familiares). Ao passo que os prejuízos relacionados à socialização secundária podem ser observados na falta de estrutura urbana e nas carências materiais que se relacionam a renda e acesso à educação.

Aprofundando as questões que se relacionam a estrutura e composição das residências e famílias, percebe-se que lares numerosos podem indicar situações de falta de cuidado em relação às crianças, principalmente quando existe uma baixa concentração de idosos nessas

regiões, levando a entender que as crianças crescem com pouca ou nenhuma supervisão de algum adulto. Logo, a população na faixa dos 60 anos ou mais em Cascavel representa 8,39% da população total da cidade, ao passo que dos sete bairros pesquisados apenas o Morumbi e o Floresta se aproximam dessa média (8,93% e 8,21% respectivamente), enquanto os demais aparecem com quase três pontos percentuais de diferença para menos. Brasmadeira e Interlagos apresentam a menor proporção de idosos entre os bairros (6,75 e 6,79% respectivamente)¹⁴.

Segundo Adorno, Cardia e Poletto (2003, p. 56) “O grande número de crianças e adolescentes em relação ao número de idosos também sugere que há menos adultos para supervisionar suas atividades e deles cuidar diante de problemas, em suma para intervir em sua proteção”, o que relaciona diretamente com a baixa qualidade da socialização primária das crianças nesse contexto de lares populosos em que os chefes de família necessitam estender suas jornadas de trabalho em contexto de baixo rendimento, deixando as crianças e jovens por longos períodos sem a supervisão de nenhum adulto.

A questão do lar numeroso como uma variável importante na configuração dos níveis de exposição à violência entre jovens, se constitui em um elemento supervalorizado nas explicações das situações de violência, principalmente quando desconsideram outras variáveis que interagem a esta: renda familiar, formas de sociabilidade e qualidade dos marcos de referência na família. É o que aponta Gadea (2015) quando analisa o caso de alguns bairros de Porto Alegre, em que o número de moradores por residência está dentro da média, mas os índices de violência permanecem altos:

[...] não, necessariamente, a quantidade elevada de habitantes que residem numa unidade domiciliar pode se constituir numa variável determinante quando se analisa a violência intersubjetiva. Mais do que isso, o olhar deve estar voltado para as formas das sociabilidades, relações sociais e “marcos de referências” existentes nesse “lar”, situações de conflitos e características socioeconômicas concretas (GADEA, 2015, p. 23).

Esse contraponto permite que se observe com maior atenção o dado que configura a região norte como área de concentração de residência e com densidade populacional por residência elevada: por si só esse cenário não explica ou fundamenta a vulnerabilidade dos jovens e crianças. De acordo com Gadea (2015), é preciso elencar outras variáveis que se articulem e permitam um panorama mais complexo. Nesse caso, uma análise sobre os modelos de família é reveladora sobre os processos socializadores naquele contexto.

¹⁴ Dados obtidos no SIDRA/IBGE com base no CENSO 2010.

3.4 CONFIGURAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DINÂMICAS JUVENIS NO CONTEXTO DE “RUA”

Considerando os domicílios particulares permanentes e o sexo da pessoa responsável pelo domicílio, o Censo de 2010 aponta que Cascavel contava com 91.140 domicílios permanentes, sendo que 60,91% chefiados por homens e 39,09% por mulheres. Em comparação à média do Paraná e Brasil, a cidade de Cascavel não apresenta variação significativa, o que permite afirmar que em uma configuração mais ampla, a cidade insere-se na dinâmica de uma maioria de famílias nucleares chefiadas por homens.

Quadro 7: Domicílios particulares permanentes segundo o sexo e a pessoa responsável pelo domicílio.

Brasil, Unidade da Federação e Município	Espécie de unidade doméstica	Sexo da pessoa responsável pelo domicílio	Variável	
			Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)
Brasil	Total	Total	57.324.167	100,00
		Homens	35.115.512	61,26
		Mulheres	22.208.655	38,74
	Nuclear	Total	37.997.753	66,29
		Homens	25.410.745	44,33
		Mulheres	12.587.008	21,96
Paraná	Total	Total	3.298.578	100,00
		Homens	2.122.898	64,36
		Mulheres	1.175.680	35,64
	Nuclear	Total	2.316.296	70,22
		Homens	1.622.207	49,18
		Mulheres	694.089	21,04
Cascavel - PR	Total	Total	91.140	100,00
		Homens	55.514	60,91
		Mulheres	35.626	39,09
	Nuclear	Total	64.209	70,45
		Homens	42.436	46,56
		Mulheres	21.773	23,89

Fonte: Adaptado de IBGE - Censo Demográfico 2010. Autor. Dados obtidos do Sistema de Informações Sidra/IBGE.

Note que quanto à proporção de homens e mulheres chefes de família a variação é pequena: Brasil: 61,26% homens e 38,74 mulheres; Paraná: 64,36% homens e 35,64 mulheres;

Cascavel: 60,91% homens e 39,09 mulheres. Destaca-se uma pequena proporção maior de mulheres chefes de família na cidade de Cascavel, mas ainda dentro do padrão. Quanto a “espécie de unidade doméstica” o padrão de família nuclear se apresenta como predominante, na faixa dos 70%.

No contexto do município de Cascavel, a “chefia da família” para a totalidade das espécies de unidades domésticas, o que se destaca é a evolução entre 2000 e 2010: os lares chefiados por mulheres passam de 22,36% no censo de 2000 para 39,09% em 2010. Esse crescimento da participação feminina no mercado de trabalho e a configuração de famílias em que a mulher é a provedora única são bastante relevantes para compreender as dinâmicas familiares nas camadas populares e também seus desdobramentos para a experiência social de ser jovem.

Quando se trata do índice de vulnerabilidade da família, algumas variáveis são utilizadas pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) desde 2003, quando Barros, Carvalho e Franco (2003) elencaram alguns indicadores que estariam articulados a um menor ou maior grau de vulnerabilidade por família. A vulnerabilidade se define por um volume adicional de recursos necessários para suprir suas necessidades básicas quando comparada a uma família em condições normais. Assim, tudo o que provoque um aumento de energia para garantia do básico interfere no grau de vulnerabilidade:

Atenção e cuidados com crianças, adolescentes e jovens. Famílias com a presença desses grupos incorrem em despesas adicionais relacionadas à transmissão de regras e hábitos de convivência, cuidados cotidianos (zelar pela segurança, alimentação etc.), além de apresentar necessidades específicas de educação e atendimento médico [...] Presença da mãe. Crianças que estejam sendo criadas por terceiros têm maior probabilidade de estar desprotegidas e, com isso, podem trabalhar em atividades penosas, ficar fora da escola ou doentes sem atendimento médico adequado, entre outros problemas (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003, p. 9).

Destaca-se no contexto de um aumento de lares chefiados por mulheres a ausência da mãe no cuidado diário dos filhos. Essa constatação aumenta a vulnerabilidade da família uma vez que, historicamente a mulher recebeu salários menores que os homens, o que permite conjecturarmos que com rendimentos menores se dediquem a mais horas de trabalho por dia, além da jornada de trabalhos domésticos. Se por um lado o aumento das mulheres no mercado de trabalho permitiu a busca por autonomia e realização profissional e pessoal, por outro lado, vinculada à desocupação masculina tem permitido que crianças e jovens vivam sua infância e adolescência sem os marcos de referência do controle social familiar.

Considerando o bairro Brasmadeira em Cascavel, os domicílios chefiados por mulheres apresentam um avanço muito maior que aquele observado para a média do município. Em 2000 a taxa era de 18,76% dos domicílios chefiados por mulheres para em 2010 passar a 47,29% do total. Isso representa muito quando se considera as dinâmicas familiares pois, subtende-se que nesse bairro as crianças e jovens estão sob a supervisão de algum outro adulto que não a mãe, provavelmente algum irmão/irmã que auxilia nas tarefas domésticas enquanto a chefe de família está no trabalho, ou sem supervisão alguma dependendo do arranjo familiar.

Essa constatação se materializa na conformação das “famílias estendidas” que, conforme veremos a seguir, são mais concentradas nos bairros populares e com maioria de mulheres como responsáveis por domicílio.

Quadro 8: Domicílios particulares permanentes e o sexo da pessoa responsável.

Município e Bairro	Sexo da pessoa responsável pelo domicílio	Variável	
		Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)
Cascavel - PR	Total	13.826	15,17
	Homens	6.972	7,65
	Mulheres	6.854	7,52
Brasmadeira - Cascavel - PR	Total	368	18,61
	Homens	156	7,89
	Mulheres	212	10,72

Fonte: Adaptado de IBGE - Censo Demográfico 2010. Autor. Dados obtidos do Sistema de Informações Sidra/IBGE.

O quadro mostra que enquanto para a média do município, as unidades domésticas estendidas representam pouco mais de 15%, no Brasmadeira essa média passa a 18,61% do total domicílios. No que se refere à chefia dos domicílios nota-se que na média do município homem e mulher se dividem, e no Brasmadeira as mulheres são proporcionalmente mais numerosas (quase três pontos percentuais a mais que os homens). De acordo com Gadea (2015, p. 55):

Estas “famílias estendidas” estão, inclusive (e no geral), sob a responsabilidade de “mulheres-mães” de um ou mais filhos menores de 18 anos, que frequentarão os estabelecimentos educativos em determinado horário do dia e, no restante, ficarão eventualmente “ociosos” até o retorno da mãe do trabalho (GADEA, 2015, p. 55).

Nesse sentido, o contexto das relações familiares é pautado por uma família estendida mais numerosa, chefiada pela mãe que passa o dia trabalhando. Esses novos arranjos familiares

se relacionam diretamente com a socialização das juventudes, pois, conforme Nirenberg (2006), o principal anseio dos jovens é ser reconhecidos em suas necessidades típicas da idade, o que exige da família a capacidade de por um lado impor limites e por outro promover autonomia individual. Os conflitos decorrentes dessa ambiguidade são aumentados tendo em vista essa composição familiar menos rígida e mais fluida, uma vez que os papéis familiares se embaralham juntamente ao período de crise da adolescência.

A autora ainda comenta que o desemprego masculino é importante motor de violências nas famílias, uma vez que a tradicional autoridade masculina baseada na crença do “macho provedor” é abalada pela autonomia financeira da mulher, o que de certa forma coloca pais e filhos em condição de igualdade, ou seja, ambos sob o poder da mãe (principal provedora do lar). Nisso decorrem conflitos mais diretos entre adolescentes e o pai, no tempo em que a mãe está trabalhando fora de casa. Por sua vez, o homem desempregado passa a se dedicar ao alcoolismo e infidelidade matrimonial. De acordo com Nirenberg (2006):

Un desorganizador muy fuerte de los vínculos familiares así como de la subjetividad y potencialidades de desarrollo personal de sus integrantes es el desempleo, la falta de oportunidades y la precarización de las condiciones de trabajo de aquellos de logran desarrollar alguna actividad generadora de ingresos (NIRENBERG, 2006, p. 102).

Vale destacar que o argumento não consiste em responsabilizar a mãe pelos conflitos familiares, mas perceber que em um contexto de carências e vulnerabilidades, para garantir o básico as mulheres se veem obrigadas a sair de casa trabalhar, geralmente em postos de trabalho mal remunerados. O que está em questão é a falta de oportunidades e trabalhos de baixa qualificação, e não a saída da mulher. A desorganização dos vínculos familiares e os prejuízos na socialização secundária dos jovens, relaciona-se com a transformação das representações sobre o mundo do trabalho, bem como a precarização de suas condições.

Sobre isso é importante analisar os rendimentos por família (mães que ganham pouco acabam por reforçar algo como uma descrença em relação ao valor do trabalho). Por outro lado, os empregos entre jovens são de baixa qualificação e pouco remunerados. Essa constatação reforça o diagnóstico que aponta uma baixa preocupação dos jovens em relação ao mundo do trabalho, o que se articula diretamente com o papel da escola nesse contexto. Em um cenário de pouca perspectiva de ascensão social via trabalho, a escola (sobretudo em contextos de periferia) enquanto instituição que qualifica para o mundo do trabalho, passa por uma crise de significado e representatividade entre os jovens.

Ainda considerando o bairro Brasmadeira, no que se refere a classe de rendimento domiciliar per capita das famílias chefiadas por mulheres, percebe-se no quadro anterior, que em relação à média do município, o bairro apresenta uma concentração de baixos salários.

Quadro 9: Domicílios particulares permanentes chefiados por mulheres com rendimentos entre “sem rendimentos” até “um salário”.

Município e Bairro	Espécie de unidade doméstica	Variável	
		Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)
Cascavel - PR	Total	17.683	19,40
	Estendida	4.144	4,55
Brasmadeira - Cascavel - PR	Total	663	33,54
	Estendida	169	8,55

Fonte: Adaptado de IBGE - Censo Demográfico 2010. Autor. Dados obtidos do Sistema de Informações Sidra/IBGE.

O quadro apresenta com clareza que na faixa entre “sem rendimento” até “um salário mínimo” as famílias chefiadas por mulheres são percentualmente maiores, praticamente o dobro (33,54%) em relação à média da cidade (19,40). Isso se observa igualmente quando se considera somente as unidades domésticas “estendidas”. Importa destacar que no contexto do debate, essa concentração de famílias chefiadas por mulheres (39,09% do total de famílias do município), com perfil estendido em que coabitam diversos personagens vivendo com baixos rendimentos (no Brasmadeira chega a 33,54% do total de famílias), indica uma baixa qualidade de vida para os jovens que experimentam essa realidade. Também se destaca o fato de considerando os bairros da periferia, as famílias chefiadas por mulheres e com baixos rendimentos são maiores que nos bairros centrais, o que contribui com a exposição de jovens à violência. Conforme se observa no Quadro 9 o Brasmadeira concentra uma maioria de família chefiadas por mulheres e com rendimentos até um salário mínimo.

Um segundo agravante dessa situação é a diferença de salários recebidos por homens e mulheres. O quadro a seguir aponta que além de as mulheres receberem menos que os homens, a média de rendimentos para o bairro Brasmadeira é bem menor que a média de rendimentos para o município.

Quadro 10: Valor do rendimento médio mensal

Município e Bairro	Sexo	Variável	
		Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Reais)

Cascavel - PR	Homens	119.320	R\$ 1.260,07
	Mulheres	126.487	R\$ 657,93
Brasmadeira - Cascavel - PR	Homens	2.774	R\$ 728,25
	Mulheres	2.786	R\$ 389,77

Fonte: Adaptado de IBGE - Censo Demográfico 2010. Autor. Dados obtidos do Sistema de Informações Sidra/IBGE.

Considerando apenas o bairro Brasmadeira como representativo dessa realidade em contextos de periferia, as mulheres recebem menos de um salário mínimo para prover sua existência. Essa desigualdade de ganhos apresenta contornos preocupantes quando recuperamos o dado que 47,29% dos domicílios no bairro são chefiados por uma mulher. Nesse sentido, é possível afirmar que ser jovem em um contexto de domicílio chefiado por mulher, em que o tipo de unidade doméstica é estendido, onde a mãe recebe significativamente menos rendimentos que o companheiro do sexo masculino (ou onde ela é única provedora do lar) e onde passa-se a maior parte do tempo sem a supervisão de algum adulto, aumenta substancialmente a vulnerabilidade desses jovens à envolverem-se em eventos violentos.

O panorama apresentado considera brevemente elementos concretos que se desdobram em diferentes formas de socialização familiar no contexto da periferia. Evidentemente que elencar, ou diagnosticar essa realidade não significa que todos que estiverem sob essa configuração estarão “condenados” à uma juventude problemática e delinquente, ou que aqueles que se inserem em famílias nucleares e com maiores rendimentos estão livres de envolverem-se em situações de violência. O fato é que existe, sem dúvidas, interferências nos processos de socialização secundária dos jovens, sobretudo no que se refere à construção de identidades e projetos de vida.

A carência financeira observada em quase 50% dos lares do bairro Brasmadeira é indicativo de que para acessar elementos de distinção social típicos da juventude (roupas, eletrônicos e eventos de lazer) são necessários investimentos individuais para conseguir algum recurso. No que se refere ao valor dos rendimentos, o quadro a seguir é interessante:

Quadro 11: Valor dos rendimentos dos jovens.

Grupo de idade	
10 a 13 anos	R\$ 176,29
14 anos	R\$ 235,16
15 anos	R\$ 358,77
16 ou 17 anos	R\$ 495,83

Fonte: Adaptado de IBGE - Censo Demográfico 2010. Autor. Dados obtidos do Sistema de Informações Sidra/IBGE.

Nota-se que tendo em vista o valor do salário vigente em 2010 (R\$510,00), as rendas dos jovens em idade escolar são reduzidas, com destaque para a faixa dos 10 aos 13 anos. Os baixos rendimentos são característicos de situações de emprego informal em condições precárias. A prática de “bicos” ou mesmo o envolvimento em pequenos delitos tornam-se situação corriqueira no anseio por garantir o básico naquela faixa etária:

Não é casualidade, inclusive, que muitos destes jovens passaram a desempenhar trabalhos informais ou ‘bicos’, ingressando no mundo do trabalho cedo. Isto permite compreender como em situação de vulnerabilidade muitos jovens terminam sendo vítimas de uma reprodução das desigualdades a raiz do escasso ou nulo “capital cultural”, decorrente de uma estrutura familiar e rede de relações (capital social) pouco propícias para o seu desenvolvimento (GADEA, 2015, p. 57).

O autor apresenta um desdobramento por demais perverso nessa lógica: família com pouca renda; jovens com a maior parte do tempo sozinhos e ingressantes no mercado de trabalho informal; gradual abandono do sistema escolar; redundam na cristalização de uma estrutura que “fecha” o jovem em uma realidade de pouco acúmulo de capital cultural ou mesmo ausência de redes de relações mais amplas (capital social).

No que se refere aos projetos de vida e vislumbre de possível crescimento e mudança de vida, o que se observa é estagnação. Em última análise permanecem no contexto do bairro, praticando pequenos “bicos”, com pouca circulação pelo espaço urbano da cidade e restritos às mesmas redes de sociabilidades das vizinhanças.

Nesse sentido, tendo em vista a importância da juventude como momento de fortalecimento de vínculos e construção de marcadores sociais identitários, a realidade de famílias estendidas combinadas à carência de renda e ingresso no mercado de trabalho informal, relaciona-se diretamente com a baixa qualidade nos processos de socialização secundária. Uma vez que as possibilidades de expansão de experiências novas (projetos de vida, sonhos e projeção de um futuro melhor) permanecem distantes diante da dureza em produzir a vida cotidianamente, o que aparece é uma apatia em relação à escola, à família e às intervenções públicas que ocorrem no bairro.

Especificamente quanto à escola, de modo concreto essa apatia se manifesta no baixo rendimento e na repetência; nos registros de ocorrência envolvendo questões familiares (normalmente sendo vítima de violência) e na baixa ou nula participação em projetos sociais

públicos que acontecem no bairro. Em relação à escola, a taxa de distorção e defasagem escolar nos bairros pesquisados é reveladora dessas dinâmicas que apresentamos:

Quadro 12: Taxa de distorção e defasagem escolar nos colégios públicos: percentuais observados para o município de Cascavel e para os bairros Interlagos, Brasmadeira, Floresta, Brasília, Periolo, Morumbi e Cataratas – 2010.¹⁵

	Cascavel	Interlagos	Brasmadeira	Floresta	Brasília	Periolo	Morumbi	Cataratas
5 série/6 ano	13,4	24,9	20,5	14,8	11,1	16,6	15,8	18,9
6 série/7 ano	15,4	25,4	13,8	18,5	19,2	16,9	19,2	24,8
7 série/8 ano	18,1	31,6	20,5	14,5	25,6	31,1	18,2	24,8
8 série/9 ano	19,9	33,2	23,5	22,5	15,3	32,2	23,8	34,2

Fonte: Adaptado de INEP (2010). Autor.

Inicialmente o que se destaca no quadro é a diferença nas taxas de distorção observadas para o município e para os bairros da região norte. Note que considerando a oitava série do Ensino Fundamental para Cascavel a taxa é de 19,9% ao passo que para o bairro Cataratas a taxa passa para 34,2% de alunos com mais de dois anos de atraso escolar em relação à série em que deveriam estar cursando. De modo geral, as taxas dos bairros em questão se mostraram mais altas que as taxas para o município, o que reforça o argumento de que existe uma combinação de variáveis que termina por aumentar a exposição à violência nesses espaços.

Observar que nesses bairros existe uma proporção significativa de jovens com baixo rendimento escolar é indicativo de um desinteresse pela aprendizagem, ou mesmo de uma crise de representação sobre o papel da escola e sua importância para a juventude. Conforme indicado anteriormente, algumas condições concretas (baixos rendimentos, família estendidas, lares chefiados por mulheres, ingresso no mercado de trabalho informal, altas taxas de homicídios, defasagem escolar) terminam por influenciar as trajetórias de vida dos jovens, uma vez que a experiência social de ser jovem é articulada diretamente às condições de vida concretas. Ou seja, o processo de construção subjetiva da personalidade é articulado às condições sociais de

¹⁵ A taxa de distorção de idade-série, como também é conhecida, mede os índices dos estudantes com mais de dois anos de atraso escolar.

vida concreta. O fortalecimento de identidades positivas, de pertencimentos e de projetos de vida dependem de um contexto que favoreça o acúmulo de capital social.

Logo, a escola poderia ser o lugar privilegiado para aquisição de novos conhecimentos e de novas experiências de mundo. No entanto, o que se observa é o gradual desinteresse: observe que a taxa de distorção só aumenta da sexta série em diante. Se considerarmos a taxa de rendimento escolar, no que se refere à reprovação, para a escola Jardim Interlagos, no bairro Interlagos, nos anos finais do Ensino Fundamental a taxa foi de 12,3% dos alunos reprovados. No que se refere à evasão escolar, a taxa foi de 17,1% considerando o ano de 2010. Isso significa que algo em torno de 30% dos jovens matriculados nas escolas públicas, na faixa dos 10 aos 14 anos, estão passando por alguma dificuldade no desempenho escolar.

O fato é que esses dados que indicam alguma dificuldade dos jovens durante o período de permanência na escola, com muita facilidade são interpretados como a condição que conduz os jovens ao ingresso no mercado de trabalho ou ao mundo do delito. No entanto é preciso ponderar que o trabalho precário com baixos rendimentos como apresentado na tabela 3552, e também os baixos rendimentos recebidos pelas mães que se aplicam a longas jornadas de trabalho, fortalecem um imaginário de que não existe a possibilidade de um “trabalho decente” capaz de oferecer um futuro promissor.

Dito isso, o que se apresenta é a situação de uma parcela significativa de jovens que passam por dificuldades na escola, repetindo de ano, evadindo ou reprovando, o que é sintoma de desinteresse e outras adversidades. Por outro lado, o mundo do trabalho mostra-se pouco atrativo uma vez que os salários são extremamente baixos e os empregos formais/informais envolvem grandes investimentos:

Por exemplo, a “precarização do emprego” e a ausência do que se denomina “trabalho decente” entre os jovens em situação de vulnerabilidade social como realidades vivenciadas cotidianamente também conduzem a que “investimentos” pessoais em tempo e energia não se façam presentes entre as expectativas de uma carreira profissional. Se a isto se acrescentam os custos concretos de locomoção e alimentação “fora de casa”, pode-se compreender que as atitudes desses jovens não sejam compatíveis com as expectativas de muitas políticas públicas para jovens em que os paradigmas do trabalho e da educação continuam sendo hegemônicos (GADEA, 2015, p. 60).

Nesse sentido, de acordo com o autor o que está em jogo é o não reconhecimento intersubjetivo de jovens via educação e trabalho. Essa constatação embaralha as cartas dos investimentos públicos para melhoria de qualidade de vida dos jovens, uma vez que de certa maneira o foco tradicionalmente foi o de inclusão via educação e trabalho. Isso demonstra que

uma parcela dos jovens em situação de vulnerabilidade está empenhada em encontrar outras estratégias de sobrevivência cotidianas que não o investimento nessas áreas.

Importante destacar que não se trata de desconsiderar os investimentos públicos em educação e trabalho, nem tampouco generalizar a condição juvenil nesses termos. Entende-se que na polifonia de sentidos para o tempo da juventude, esses elementos aparecem como uma das possíveis variáveis que interferem e se relacionam com a construção de identidades juvenis em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, é interessante retomar a pergunta que norteou o levantamento dos dados apresentados até o momento: quais os contornos das sociabilidades juvenis no contexto dos bairros da região norte de Cascavel? O que se observa até o momento é a configuração de uma região marcada por múltiplas carências ou situações de risco, como por exemplo o alto índice de jovens na população geral; taxas de homicídios elevadas; concentração de moradias numerosas; famílias estendidas tendo a mãe como chefe de família; baixos rendimentos por domicílio; altas taxas de evasão e repetência escolar. Nessa configuração socioespacial em que em um primeiro momento se observa alto índice de violência (taxa de homicídios por bairros), o que os dados secundários demonstram é que naqueles espaços em que existe uma conjunção de situações de vulnerabilidades os jovens sofrem uma maior exposição às situações de violência.

Essa desigualdade de acesso a direitos econômicos e sociais já foi apontado por Cardia, Adorno e Poletto (2003) como essencial na compreensão das violências em contexto de periferia. Não a pobreza como causa das violências, mas como uma variável que combinada a outras termina por influenciar e estruturar um contexto em que a juventude mata e morre.

Maricato (2000) também apontou que índices de violência se articulam com ociosidade, falta de regulação social e falta de atividades culturais. É o que se observa no contexto dos bairros da região norte: jovens passam grande parte do tempo sem a observação de um adulto, sendo que ao menos metade desses jovens apresentam alguma dificuldade escolar permanecendo no contexto limitado de trabalho informal esporádico e restritos às relações de vizinhança do bairro.

Se já é possível constatar que no cenário de pesquisa existem elementos desde os altos índices de homicídio até a configuração de famílias que interferem nas experiências de socialização da juventude (consolidando um perfil de jovem que não vai bem na escola; não tem afinidade com o mundo do trabalho e passa longos períodos fora de casa), falta analisarmos,

ou ao menos apontar elementos, que caracterizem os espaços de sociabilidades juvenis, bem como as limitações e implicações de ser jovem em contexto de bairros periféricos.

É importante tematizar isso tendo em vista que a população jovem invariavelmente está inserida nesses lares numerosos (haja vista a maior concentração de jovens que se observa nesses bairros) e diante da falta de privacidade ou espaços adequados passam longos períodos socializando nas ruas do bairro. O acesso a outros espaços da cidade é prejudicado tendo em vista os baixos rendimentos e o necessário investimento em transporte.

Quando se analisam indicadores que se referem à infraestrutura e serviços urbanos, novamente a região norte se destaca. Quanto à pavimentação de ruas, de acordo com dados da SEPLAN, as unidades administrativas que mais se destacam pela inexistência de vias públicas pavimentadas com asfalto são: a norte, Interlagos e Brasmadeira; a leste, Morumbi, Periolo, Cataratas e Cascavel Velho; à oeste, Santa Cruz e Santo Onofre.

Nesse cenário, destaca-se o Interlagos, onde apenas as ruas que compõem a parte mais antiga do bairro (periferia consolidada) são pavimentadas. Em um espaço de três quadras, a partir desse “centro”, as ruas são de terra e sem meio fio ou bueiro de esgoto. O Brasmadeira igualmente apresenta a maior parte das ruas sem asfalto. Vale destacar que, não estamos associando diretamente falta de asfalto com altas taxas de homicídios. O fato é que esse tipo de carência favorece uma imagem negativa do bairro, como lugar de abandono, sobretudo quando as oportunidades de socialização entre os jovens se restringem aos espaços da rua (esquinas do bairro).

Nesse tecido das instituições que recobrem as formas de sociabilidade juvenil, de sua mudança e crise, adquirem um relevo fundamental as dimensões socializadoras do mundo da rua. De algum modo, a rua se inscreve na sociabilidade urbana, em vários momentos da vida das cidades, mas ela se reveste de especificidades históricas que precisam ser consideradas e examinadas na interação com outras instituições socializadoras (SPOSITO, 1993, p. 166).

Cenários de esquecimento fortalecem o sentimento de subalternidade nos moradores bem como reforçam o estigma social que normalmente se confere a áreas degradadas. Essa combinação promove a desagregação dos laços comunitários, uma vez que o sentimento de pertencimento espacial pressupõe uma identificação com o bairro. Como conviver e sentir orgulho de um lugar precário e marcado pelo esquecimento?

De acordo com Magnani (2005), o estudo das juventudes necessita de uma abordagem mais complexa que apenas a delimitação de características genéricas vinculadas a faixa etária. Para o autor, uma abordagem realmente produtiva contempla os jovens em sua pluralidade de

manifestações juvenis inseridas no contexto da cidade. Ou seja, mais que estudar a juventude como categoria de análise, pretende-se que ela seja ponto de partida, portanto uma categoria em movimento. Magnani, em seus estudos, observa os jovens em sua inserção na paisagem urbana, não como cenário, mas como resultado e processo de configurações sociais construídas por sujeitos concretos, analisando assim os espaços por onde circulam; os trajetos que se desenham na prática cotidiana; as ocasiões de conflito e os parceiros com estabelecem relações de troca (MAGNANI, 2005).

Sendo assim, observar a realidade concreta das esquinas de bairro; a estrutura que encontram no contexto de suas interações; os limites e as oportunidades de interação; permite que se compreenda os desdobramentos daquelas dificuldades observadas no que se refere aos dados concretos das famílias e as interferências na socialização primária da juventude.

Como foi apontado, existe uma combinação de elementos que configura uma forma própria para a experiência juvenil no contexto da região norte de Cascavel. Se por um lado existem desafios na socialização primária tendo em vista os arranjos familiares e falta de dinheiro; por outro no que se refere a socialização secundária os desafios são observados na carência de espaços adequados de socialização e na precariedade das ruas do bairro.

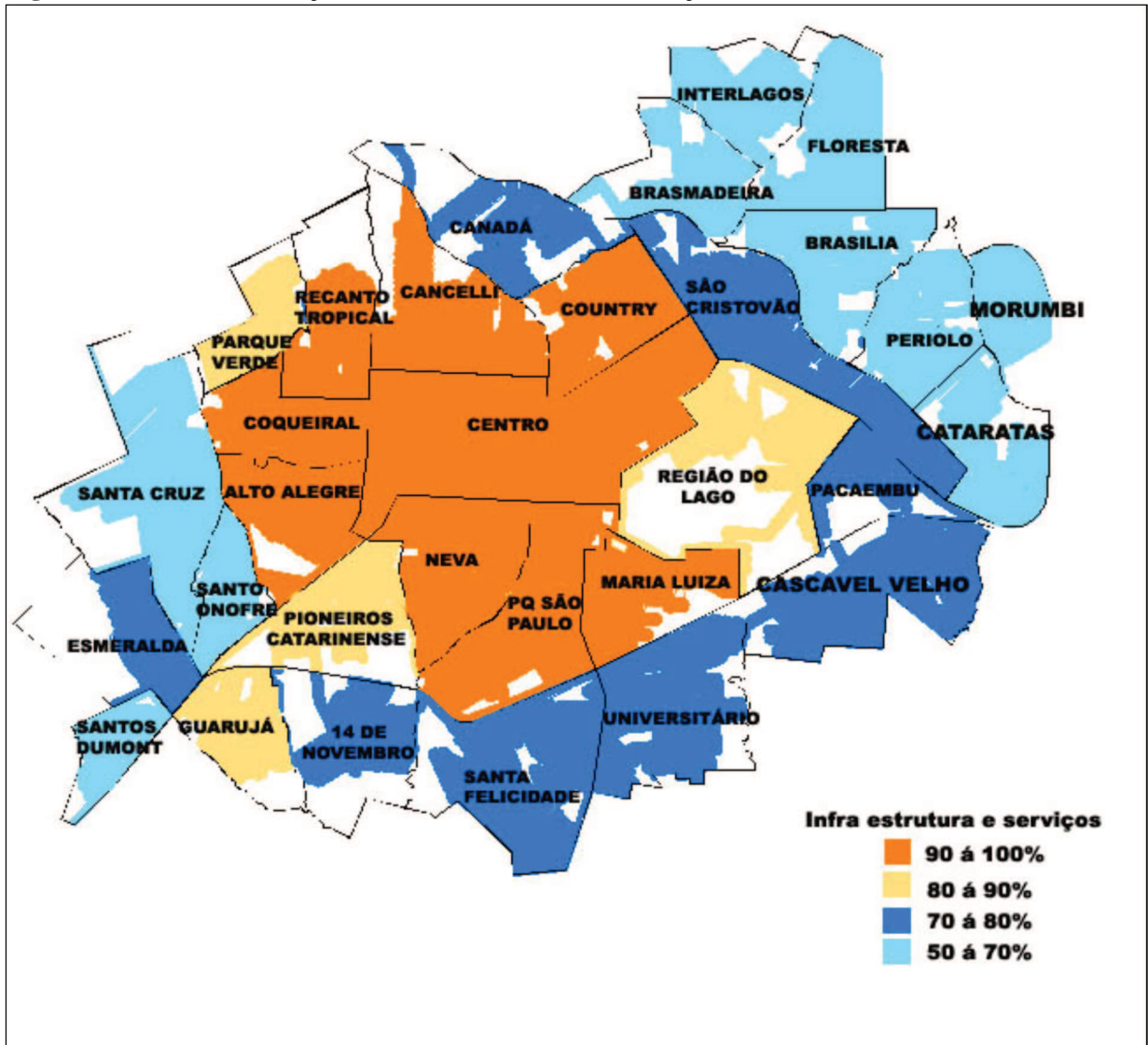
Ainda com relação aos serviços públicos por bairros, no que se refere a estrutura da rede de coleta de lixo da cidade, o que se destaca é um conjunto de bairros que contam apenas com coleta parcial do lixo, ou seja, ocorrem em dias alternados, o que provoca acúmulo de sacolas e dejetos, normalmente nas esquinas das ruas. Os moradores dos bairros Morumbi e Cataratas, localizados no extremo leste, recebem serviço de coleta em dias alternados. Também os bairros Floresta e Interlagos, situados no norte, contam com esse serviço em apenas uma área muito limitada de seus territórios. Outros bairros periféricos, especificamente Canadá, Santa Cruz, Esmeralda, Guarujá, Catorze de Novembro, Santa Felicidade e Universitário, também usufruem apenas parcialmente do serviço de coleta de lixo urbano.

Novamente percebe-se a falta de investimento do poder público no atendimento da população dos bairros periféricos. Nos bairros centrais, ou com uma melhor infraestrutura (asfalto, por exemplo) o serviço de coleta de lixo é permanente e atende à demanda.

A situação de abandono materializada na precariedade da infraestrutura urbana (ruas sem pavimentação) e na carência de serviços públicos coletivos (coleta de lixo) se reflete na pesquisa que avaliou a gestão municipal em 2004. Embora não seja uma pesquisa atual, ela serve para demonstrar que a carência de serviços públicos com qualidade gera ressentimentos e alimenta um imaginário de abandono e exclusão, além é claro da insatisfação e falta de

esperança no poder público. Na Figura 3 podem-se observar os níveis de satisfação da população em relação aos serviços prestados pela prefeitura nos bairros.

Figura 3: Taxa de satisfação com a infraestrutura e serviços urbanos.



Fonte: SEPLAN/CASCVEL (2004).

Destaca-se mais uma vez a região norte (Interlagos, Brasmadeira, Floresta) como a que menos está satisfeita com a infraestrutura e os serviços urbanos. Comparando com o quadro dos homicídios por bairro percebe-se com clareza que onde há maior concentração de precariedades e constante insatisfação com as condições de vida, ocorre o maior índice de violência. Ao passo que bairros que não apresentam essas características de precariedade, igualmente apresentam baixas taxas de homicídio. Como no caso dos bairros centrais e seu entorno, que apresentam satisfação entre 90% e 100% para a infraestrutura e serviços urbanos apresentam taxas de homicídio abaixo da média do município.

Desta forma, fica claro que existe um processo de territorialização da violência em Cascavel, e também um movimento de degradação do espaço urbano nesses bairros. O esforço até aqui foi de mensurar e analisar em que medida esse tipo de configuração socioespacial interfere nas dinâmicas de violência entre jovens. Percebe-se que de acordo com os dados, são nos bairros com maiores limitações urbanísticas e com indicadores de vulnerabilidade elevados que se concentram as altas taxas de homicídios no município. No entanto, é necessário analisar aquelas violências sofridas e praticadas pelos jovens, a fim de compreender seu impacto ou desdobramentos na construção de subjetividades e identidades juvenis.

3.5 DELITOS E VIOLÊNCIA INTERSUBJETIVA: ATOS INFRACIONAIS NO CONTEXTO DAS IDENTIDADES JUVENIS

A configuração das situações concretas que envolvem violência e juventude pode ser observada a partir de alguns dados disponibilizados pela SEPLAN, que analisam as violências cometidas **contra** crianças e adolescentes, e cometidas **por** crianças e adolescentes no município de Cascavel. Dessa articulação entre violência e juventude em Cascavel, destaca-se a pertinência de uma investigação que descortine as dinâmicas envolvidas nesses processos de violências. O central é apresentar um quadro mais complexo que apenas altos índices de homicídios, reforçando que a juventude que se envolve em situações de violência como **autores**, igualmente estão inseridos em contextos outros como **vítimas** de violência.

Diferentemente do tratamento dado à violência como conceito genérico que se limita a analisar uma determinada forma de violência como resultado da disparidade de poder entre sujeitos, a violência intersubjetiva, que se apresenta aqui na análise detida das situações em que se **comete** e se é **vítima** de violência, vai aprofundar a análise incluindo o nível de exposição à vulnerabilidade sofrida por um determinado grupo social.

A violência intersubjetiva não se entende, unicamente, como o resultado de conflitos inerentes às relações de poder desigual entre diferentes sujeitos, mas sim como associada à vulnerabilidade à violência de um determinado grupo social. A exposição à violência contínua e a participação ativa em atos violentos (como vítima ou protagonista) desenha uma forma de relação específica, em que fatores estruturais, conjunturais e institucionais atuam conjuntamente no seu aparecimento. Trata-se de um tipo de violência que atua negativamente na autoestima (por exemplo, a violência doméstica) e na internalização do desprezo e o não-reconhecimento (por exemplo, na violência policial-institucional), gerando lesões na ordem social e normativa de enorme significação (GADEA, 2012, p. 12).

A violência intersubjetiva emerge como categoria que permite uma compreensão mais aprofundada das situações dos bairros da região norte de Cascavel e favorece uma abordagem que não criminaliza a pobreza, mas compreende a perversidade das exclusões a que são submetidas crianças, adolescentes e jovens nesses contextos.

De acordo com dados coletados no Centro Especializado de Assistência Social (CREAS – I), responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, o histórico de atendimentos entre os anos de 2001 a 2009 apresenta-se em constante elevação.¹⁶

Tabela 5: Histórico de atendimentos CREAS I

Ano	Abuso	Exploração	Psicológica	Física	Negligência	Total
2001	18	14	50	22	04	108
2002	32	11	71	18	03	135
2003	106	69	15	25	02	217
2004	98	45	16	51	09	219
2005	96	41	46	50	04	237
2006	96	16	49	43	06	210
2007	102	16	71	29	06	224
2008	139	14	65	49	21	288
Parcial de 2009	41	03	18	21	19	104

Fonte: CREAS I (2009); SEPLAN/ CASCAVEL, (S/D).

A tabela apresenta em destaque os números referentes ao ano de 2008, que confirmam os atendimentos para *abuso sexual e violência psicológica* como os mais recorrentes. Observa-se também que em 2001 foram 18 (dezoito) casos de abuso sexual, ao passo que em 2008 ocorre um salto para 139 casos. Esses dados são indicativos de um processo de piora nas condições de vida dos adolescentes e jovens de Cascavel.

Vale destacar que os casos registrados compreendem apenas uma parcela daqueles ocorridos, tendo em vista que a maioria permanece sem denúncia. Embora não existam dados concretos sobre os casos não denunciados, o que sustenta essa hipótese é o perfil dos agressores que contabiliza 40% não identificados pelo encaminhador, e os outros 60% indicando algum membro da família. Ou seja, as agressões são praticadas em sua maioria no convívio familiar, fazendo com que os canais de comunicação e pedido de ajuda sejam fechados pelos próprios agressores. É muito provável que um número muito maior de adolescentes e jovens sejam vítimas de violência.

¹⁶ Os dados a seguir que se referem ao CREAS – I foram coletados e apresentados no documento CASCAVEL/SEPLAN.

Com relação à divisão sexual das vítimas de violência, percebe-se a proeminência do sexo feminino. Em 2008 foram 206 casos para o sexo feminino contra 82 (oitenta e dois) casos para o sexo masculino.

Tabela 6: Casos de violência contra crianças e adolescentes atendidos pelo CREAS I (2008).

Tipos de violência	Masculino	Feminino	Total
Abuso sexual	30	109	139
Violência psicológica	26	39	65
Violência física	22	27	49
Negligência	04	17	21
Exploração sexual	0	14	14
Total	82	206	288

Fonte: CREAS I (2008).

Algumas considerações sobre esses dados podem ser pensadas, na medida em que em um espaço de quase dez anos (2001 a 2009) os números de casos de violência contra jovens tem aumentado sistematicamente, com destaque para a violência sexual cometida contra mulheres. Por outro lado, as ações de combate e diminuição dessas violências mostraram-se fracassadas, haja vista os índices que só aumentaram nos últimos anos. Isso corrobora o argumento de que o público jovem é o mais afetado quando se trata de pioras nas condições de vida em um determinado espaço, uma vez que a violência sofrida é a única maneira de mensurar essa situação de vulnerabilidade concreta.

Outro aspecto relevante é o modelo de políticas públicas que considera os problemas/desafios de uma determinada região, ou grupo social, para justificar uma ação concreta. Tal característica faz com que o potencial de prevenção às situações de violências seja diminuído, uma vez que as políticas públicas são formuladas como “emergenciais” e, portanto focalizadas em uma única área de ação, perdendo a abrangência necessária para abarcar fenômenos complexos como a violência juvenil.

Durante as observações realizadas no conselho municipal de juventude e suas reuniões, foi possível observar com bastante clareza essas dinâmicas no que se refere às políticas públicas para jovens. Embora contando com boa quantidade de pessoas envolvidas, os representantes dos diversos conselhos (cultura, esporte, bairros, saúde etc.) sempre apresentaram suas proposições e roteiro de atividades privilegiando suas respectivas áreas de referência. Em momento algum os sujeitos jovens foram vistos como eixos estruturadores das atividades dos diversos conselhos. Nem mesmo o conselho da juventude apresentou essa compreensão de que as ações poderiam ser articuladas de maneira conjunta e ter a categoria juventude como

articuladora das ações do município no âmbito das políticas públicas nos mais variados conselhos.

Essa constatação é bastante significativa pois indica que no âmbito das decisões políticas nas esferas estadual e nacional a dinâmica pode ser próxima ou semelhante ao que se observou em campo no município de Cascavel. Já existe uma compreensão de que essa abordagem deve ser superada, sobretudo em autores como Diógenes (2009), que visualizam a necessidade de uma ação orquestrada e conjunta, uma vez que a pluralidade de significados e sentidos entre os jovens desafia a abordagem clássica que pensa as políticas públicas desde os gabinetes dos gestores:

Descentralizar as políticas de juventude, ultrapassar as salas, os auditórios, os gabinetes de espaços de decisão de poder e produzir uma política que atue no lugar no qual as coisas aconteçam, nos lastros de sentidos compactuados por pessoas, grupos e comunidades. As mudanças ocorrem “por dentro” dos acontecimentos; são nas identificações e potencializações de *táticas* locais que se produzem indicadores eficazes para a construção de *estratégias* de inclusão social (DIÓGENES, p. 285, 2009).

Ainda de acordo com a autora, é necessário compreender as dinâmicas por dentro dos contextos, bairro por bairro, para então considerar algum tipo de impacto nas ações públicas focadas na juventude. Em última análise, as pautas e demandas sobre “o que” e “como fazer” políticas públicas para jovens, deve vir dos bairros e na voz dos próprios jovens.

Com relação à espacialização das violências **sofridas** pelos adolescentes e jovens de Cascavel destacam-se algumas regiões específicas. No quadro a seguir são apresentados os 64 (sessenta e quatro) casos de violência contra adolescentes e jovens para o ano de 2009, onde a região 1 (que é compreendida pelo Bairro Santa Cruz) aparece como mais afetada. Embora o Interlagos, como principal bairro da região norte não lidere a lista, ainda assim Periolo (bairro vizinho) e Interlagos juntos ocupam o segundo lugar na lista, indicando que existe uma concentração de violências contra adolescentes e jovens nos bairros da região norte.

Tabela 7: Espacialização da violência em Cascavel

Região	Quantidade
Região I – Santa Cruz	25
Região II – XIV de Novembro	12
Região III – Cascavel Velho	6
Região IV – Periolo	13
Região V - Interlagos	8

Fonte: CREAS I (2009); SEPLAN/ CASCAVEL (S/D).

No que se refere às violências **cometidas por** adolescentes e jovens em Cascavel, o relatório da SEPLAN apresenta dados obtidos no setor de estatística da Polícia Militar, indicando que para o ano de 2008 foram atendidas 572 ocorrências envolvendo jovens. As principais ocorrências foram: roubo (20% do total de casos), seguido de tráfico (15%), porte de arma (12%) e uso de substância entorpecente (11,5%)¹⁷. Quanto à idade, a faixa etária que se destaca é a compreendida entre 16 e 17 anos, que corresponde a 270 casos ou 61,6% do universo.

A combinação dos dados apresentados até aqui permite que o leitor visualize o quadro de concentração de vulnerabilidades nos bairros da região norte de Cascavel (Interlagos, Brasmadeira, Brasília, Periolo, Morumbi, Cataratas e Floresta). Ainda que outros bairros de outras regiões apareçam nos quadros a seguir, os bairros da região norte somados concentram algo em torno de 32% das execuções de medidas socioeducativas entre jovens na faixa entre 12 a 18 anos de idade. O quadro a seguir apresenta o ranking dos bairros com os maiores números de execuções de MSE (Medida Socioeducativa) entre os anos 2010 a 2014:

Quadro 13: Ranking de execuções MSE 2010 a 2014.

Colunas1	BAIRROS	TOTAL
1°	INTERLAGOS	251
2°	SANTA CRUZ	202
3°	CASCADEL VELHO	161
4°	BRASÍLIA	107
5°	BRASMADEIRA	103
6°	14 DE NOVEMBRO	101
7°	SANTA FELICIDADE	97
8°	SÃO CRISTOVÃO	97
9°	FLORESTA	95
10°	UNIVERSITÁRIO	93
11°	CATARATAS	77
12°	Sem endereço	75
13°	MORUMBI	71
14°	COQUEIRAL	66
15°	CANCELLI	63
16°	ESMERALDA	53
17°	CENTRO	49

¹⁷ Cabe destacar aqui um elemento muito importante que comprova o argumento defendido por nós: os jovens não são os maiores responsáveis pelo aumento da violência nas cidades, pelo contrário podem ser vistos como os que são mais vitimados: dos 103 homicídios cometidos em Cascavel no ano de 2008 apenas oito foram cometidos por jovens. Isso comprova que os crimes de maior gravidade são cometidos por adultos, restando aos jovens pequenos delitos e a má fama construída pela mídia sensacionalista.

18°	SANTO ONOFRE	46
19°	PARQUE SÃO PAULO	40
20°	NEVA	39
21°	ALTO ALEGRE	37
22°	PERIOLO	37
23°	GUARUJÁ	35
24°	MARIA LUIZA	18
25°	CANADA	15
26°	PIONEIROS CATARINENSES	15
27°	PARQUE VERDE	14
28°	SANTOS DUMONT	11
29°	RIO DO SALTO	9
30°	PACAEMBÚ	8
31°	JUVINÓPOLIS	6
32°	COUNTRY	4
33°	REGIÃO DO LAGO	4
34°	SÃO SALVADOR	4
35°	RECANTO TROPICAL	2
36°	SÃO JOÃO DO OESTE	2
37°	DIAMANTE	0
38°	ESPIGÃO AZUL	0
39°	SEDE ALVORADA	0
TOTAL		2107

Fonte: Autor; Dados obtidos pelo sistema de informações da Secretaria de Assistência Social.

Analisando o quadro, o que se destaca inicialmente é o número total de ocorrências envolvendo jovens de 12 até 18 anos nesse intervalo entre 2010 a 2014. Distribuídos anualmente, ocorreram mais de 400 execuções de medidas socioeducativas para adolescentes e jovens em decorrência do cometimento de alguma atividade delitiva. Isso significa que por dia, quase dois jovens são sentenciados a cumprir algum tipo de medida socioeducativa.

Esse indicador é extremamente significativo pois apresenta um panorama de uma juventude que faz uma experiência intensa de descumprimento das leis. Ainda que se considerada a população total para o município de Cascavel, nessa faixa etária (36.522 jovens, de acordo com Censo 2010), essa marca de pouco mais de 400 sentenças seja de pouca representatividade. Vale destacar que essas ocorrências são concentradas em alguns bairros da cidade, fato que potencializa o indicador.

É o que se observa no bairro Interlagos, que em 2010 contava com 2051 jovens nessa faixa etária sendo que 72 (setenta e dois) foram sentenciados ao cumprimento de medida socioeducativa. Isso representa algo próximo a 4% dos jovens do bairro. Se considerarmos os

dados para o total do município o indicador representa algo em torno de 1,2% da população jovem nessa faixa etária.

Outro aspecto que precisa ser ponderado é o que isso representa para o cotidiano desses jovens no contexto do Interlagos. Vivenciar situações em que descumprir normas sociais e até mesmo descumprir a lei são práticas comuns, terminam por fortalecer um imaginário de pouca integração social ou ausência de controle social institucional. A pouca representatividade das funções das leis nessa etapa da vida é importante para compreender comportamentos de violência em outros contextos. Mesmo que a maior parte dos jovens não esteja envolvido em situações de delito, o cenário cotidiano de violações tende a naturalizar situações de violências diversas.

Em relação aos tipos de delitos cometidos pelos jovens, de acordo com dados coletados na Secretaria de Assistência Social, na tabela a seguir o que se destaca é o tráfico de drogas como principal delito. Note que em relação ao terceiro lugar, roubo, o tráfico dobra o número de ocorrências. Essa constatação está intimamente ligada a lei 11.343/2006 que trata do crime tráfico de drogas. Trata-se de uma modernização da antiga lei de 1976 e pretende uma diminuição do número de pessoas presas por tráfico, uma vez que trouxe a diferenciação entre os tipos penais envolvidos na cadeia do tráfico de drogas. Assim, passa a existir categorias para aqueles envolvidos com crime organizado, o que teoricamente reduziria as prisões de pequenos traficantes.

No entanto, de 2006 para cá, o que se observou foi uma escalada no número de prisões, ou seja, a lei provocou o efeito contrário ao esperado. Em pesquisa publicada pelo NEV (Núcleo de Estudos da Violência) em 2012¹⁸, os autores analisam os desdobramentos dessa lei a partir de casos no estado de São Paulo. De maneira geral, compreendem que a lei não funcionou porque no texto não ficou clara as distinções entre o pequeno, médio e grande traficante, redundando na prisão da imensa maioria na categoria traficante. Para efeitos de comprovação, o texto apresenta que em 2006, o Brasil possuía 47.472 pessoas presas por tráfico, ao passo que em 2011 o número registrado subiu para 125.744 pessoas presas pelo mesmo crime.

De acordo com Gadea (2015), é importante ponderar esse “aumento” no número de pessoas presas por tráfico, pois, presume-se que antes do ano 2006 grande parte das abordagens não se desdobravam em prisões, ou seja, a categoria “usuário” era utilizada com mais frequência. No entanto, com o endurecimento da lei de 2006 que prevê penas mais severas para

¹⁸ Ver informe “relato de uma pesquisa sobre a Lei 11.343/2006”, in: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – link:http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4742-relato-de-uma-pesquisa-sobre-a-lei-11.343-2006 (Boletim 2011-2012, coord. Vilares, Fernanda Regina).

o “tráfico”, mas sem diferenciar exatamente o pequeno do grande traficante, o resultado foi a generalização da categoria traficante para todos os apreendidos com qualquer quantidade de droga. Assim, esse suposto aumento no número de envolvidos com tráfico pode ser fictício.

De qualquer forma, no contexto de Cascavel o delito que mais se repete entre os jovens na faixa dos 12 aos 18 anos é o tráfico de drogas, mesmo que isso signifique apreensão com quantidades mínimas de maconha, por exemplo.

Quadro 14: Ranking das execuções de MSE por tipo.

ORDEM	EXECUSÃO DE MSE POR TIPO	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
1º	TRÁFICO	105	87	88	124	99	503
2º	DIREÇÃO SEM CNH	45	107	50	39	36	277
3º	ROUBO	46	47	57	49	55	254
4º	PORTE ILEGAL DE AF	31	35	37	28	25	156
5º	LESÃO CORPORAL	4	23	31	57	30	145
6º	FURTO	28	18	19	38	40	143
7º	RECEPTAÇÃO	24	21	19	17	23	104
8º	AMEAÇA	7	13	16	21	29	86
9º	ASSALTO A MÃO ARMADA	18	20	22	8	3	71
10º	RIXA	8	15	21	14	4	62
11º	DESACATO	8	12	9	9	22	60
12º	DESCUMPRIMENTO DE MSE ANTERIOR	22	24	7	0	0	53
13º	DANO	15	8	9	5	8	45
14º	PERTURBAÇÃO	9	2	4	9	5	29
15º	TENTATIVA DE HOMICÍDIO	7	9	4	5	4	29
16º	ESTUPRO	3	4	9	4	7	27
17º	HOMICÍDIO	9	8	1	0	5	23
18º	VANDALISMO	0	0	11	1	0	12
19º	INJURIA	0	5	0	2	2	9
20º	DESOBEDIÊNCIA	0	0	1	0	4	5
21º	INCÊNDIO	2	0	1	0	0	3
22º	ESTELIONATO	1	0	1	1	0	3
23º	LATROCÍNIO	1	1	1	0	0	3
24º	CALÚNIA	0	1	0	1	1	3
25º	EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES	0	0	2	1	0	3
26º	MOEDA FALSA	0	0	0	0	3	3
27º	APROPRIAÇÃO INDÉBITA	1	0	0	1	0	2
28º	ABUSO SEXUAL	0	0	0	1	1	2
29º	PORTE DE ARMA BRANCA	0	0	0	1	1	2
30º	RESISTENCIA	0	0	0	0	2	2

31º	CONTRABANDO OU DESCAMINHO	1	0	0	0	0	1
32º	ABORTO	0	0	1	0	0	1
33º	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	0	0	0	0	1	1
34º	FALSO TESTEMUNHO	0	0	0	0	1	1
35º	FORMAÇÃO DE QUADRILHA	0	1	0	0	0	1
36º	MAUS TRATOS	0	0	1	0	0	1
37º	PEDOFILIA	0	1	0	0	0	1
38º	SEQUESTRO	0	0	1	0	0	1
39º	VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO	0	0	0	1	0	1

Fonte: Autor; Dados obtidos pelo sistema de informações da Secretaria de Assistência Social.

Analisando o quadro, é possível perceber que os delitos de maior gravidade são minoria entre os apresentados. Tentativa de homicídio e homicídio aparecem na décima quinta e décima sétima posições, respectivamente. Ao passo que dirigir sem habilitação e tráfico aparecem no topo da lista. Sem dúvida que existe sim um potencial de dano nessas práticas apontadas no quadro. No entanto, é preciso considerar que de certa forma os delitos cometidos por jovens não oferecem o potencial destrutivo que comumente se atribui a essa categoria de sujeitos.

Se de alguma maneira os jovens estão expostos a um tipo de violência como autores, o que se observa na tabela é que as práticas são de pequeno impacto à vida das pessoas. No entanto, conforme visto anteriormente no Mapa da Violência 2014, quando se envolvem como vítimas o resultado é a morte. Aparecendo nos altos índices de homicídios, sobretudo até os 20 anos de idade, os jovens são as principais vítimas da violência letal nos contextos de periferia.

Vale destacar que existe um conjunto de outras violências às quais os jovens estão submetidos. Trata-se das violações de direitos básicos assegurados pelo Estatuto da Criança e Adolescente. No quadro a seguir são apresentados os tipos de violências e o total de ocorrências entre os anos 2010 a 2014 para a cidade de Cascavel.

Quadro 15: Ranking tipo de violação de crianças 2010 a 2014.

	TIPO DE VIOLÊNCIA	TOTAL
1º	VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	712
2º	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	629
3º	VIOLÊNCIA SEXUAL/ABUSO	526
4º	NEGLIGÊNCIA	511
5º	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	417
6º	VIOLÊNCIA FÍSICA	416
7º	OUTRAS FORMAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITO	406
8º	TRABALHO INFANTIL	106

9º	NÃO IDENTIFICADA A VIOLAÇÃO	84
10º	AFASTAMENTO DO CONVÍVIO FAMILIAR	43
11º	VIOLÊNCIA SEXUAL/EXPLORAÇÃO	36
12º	VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL	35
13º	SITUAÇÃO DE RUA	29
14º	VIOLAÇÕES ASSOCIADAS AO USO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	18
15º	ABANDONO	14
16º	DESCUMPRIMENTO CONDICIONALIDADES DO PET	14
17º	DISCRIMINAÇÃO ORIENTAÇÃO SEXUAL	7
18º	DISCRIMINAÇÃO RAÇA/ETNIA	1

Fonte: Autor; Dados obtidos pelo sistema de informações da Secretaria de Assistência Social.

O primeiro elemento que se destaca no quadro é o volume de ocorrências envolvendo violências contra jovens na faixa etária dos 12 aos 18 anos. Se comparadas as ocorrências em que os jovens se envolveram como protagonistas da violência, fica bastante claro que, na realidade, os jovens mais “sofrem” violências do que “praticam” violências. Evidentemente que nem todos os eventos de infração cometidos pelos jovens redundam em sentença de cumprimento de medida socioeducativa, no entanto, para efeitos de comparação, a partir dos dados disponíveis aqui, o total de delitos praticados por jovens em Cascavel entre os anos 2010 a 2014 foi de 2.168 eventos. Ao passo que no que se refere às violências sofridas, considerando o mesmo período, o total de eventos registrados foi de 4.404 ocorrências.

Importa destacar com esses dados o argumento que sustenta a ideia de um tipo de “violência intersubjetiva”, que atravessa o cotidiano dos jovens, sobretudo os que estão em contexto de periferia, envolvendo-os como autores e como vítimas de violência. Um agravante desse quadro são os jovens assassinados, maioria de acordo com os mapas da violência dos últimos anos.

Considerar que existe um quadro de violências que se mistura no cotidiano dos jovens (pode estar em casa e ser abusado pelo pai, ou estar na rua e se dedicar ao tráfico a fim de conseguir algum dinheiro para lazer, por exemplo) reforça que a experiência de ser jovem em contextos de privação de direitos e dificuldades em conseguir algum tipo de reconhecimento social via capital cultural, haja vista os estigmas que se articulam ao viver na periferia, exige um nível de entendimento que expanda a compreensão do fenômeno da violência para além do mero “desvio” de conduta. Sobre isso, Gadea (2015) afirma que:

A violência, enquanto produzida numa ordem do conflito intersubjetivo, deve definir-se com uma “linguagem”, como uma maneira de expressar carências ou desarranjos

nos mecanismos diversos de integração social. Aborda-la tal qual a manifestação de um “desvio” de conduta não possibilita a sua compreensão na atualidade. A violência pode ser uma forma de “falar” quando outros meios de expressão social e cultural estão ausentes (GADEA, 2015, p. 36).

Nesse sentido, o quadro das violências praticadas e sofridas pelos jovens de Cascavel, bem como a constatação de que essas violências se concentram e se agudizam nos bairros da periferia, possibilita a análise dessas violências para além dos dados, ou supondo uma superação da violência enquanto dado “natural” que configura uma falha “moral” dos sujeitos que se envolvem em suas práticas.

A perspectiva “intersubjetiva” observada aqui nesse quadro de violências juvenis, aponta para graves problemas de exposição à violência entre os jovens da região norte de Cascavel. Conforme os dados, são nesses bairros onde crianças, adolescentes e jovens mais sofrem violências (tanto aquela violência que se refere às violações de direitos humanos básicos, quanto aquela mais grave, a violência letal, que se observa nos altos índices de homicídios nesses bairros, com prevalência da população jovem como vítima) e também mais se envolvem em delitos como autores.

Ainda considerando a tabela acima, as três primeiras posições no ranking das violências sofridas se referem a situações de violações que ocorrem no contexto da família. Essa constatação é por demais importante, pois conforme Cardia (2003) a exposição a situações de violência intrafamiliar potencializa o quadro das violências observadas no bairro. Ou seja, o jovem que vivência um cotidiano de abusos dentro de casa tende a manifestar-se no contexto do bairro, usando das mesmas “ferramentas” na resolução de conflitos. Compreende-se então, a consonância entre o número de violências sofridas por jovens ao número de delitos praticados pelos mesmos. O bairro Interlagos é o caso exemplar dessa constatação: ao logo dos últimos dez anos o local esteve na dianteira nos índices de homicídios, no número de casos de violações dos direitos dos jovens e também no número de delitos praticados e cumprimento de medidas socioeducativas.

Dessa forma, Cardia (2003) argumenta que essa proximidade e convivência a situações de violência generalizada potencializa a sensação de medo e insegurança entre os jovens, redundando em quadros de estresse e preocupação com sua segurança e da família. Por outro lado, a autora aponta para uma “dessensibilização” em relação a essa violência como estratégia de sobrevivência e manutenção da sanidade mental. Ou seja, atribui-se a responsabilidade para os eventos violentos observados no bairro às vítimas. Essa inversão de lógicas permite que se construa uma segurança subjetiva no sentido de afirmar-se como alguém que não estaria na

situação de potencial vítima. No entanto, retira-se qualquer forma de empatia com as vítimas e sua dor.

Isso se observa nos discursos midiáticos ou mesmo na perspectiva da própria polícia quando afirmam e reforçam que os homicídios ocorrem com jovens de “ficha suja” ou antecedentes e passagens pela polícia. Não deixa de ser verdade que grande parte dos jovens mortos possuem algum tipo de delito anterior, no entanto este argumento reforça a tipificação de possíveis vítimas e reforça a ideia de que somente esses é que se “permitem” morrer. No entanto, os efeitos nocivos de quadros de violência desse tipo se espalham e atingem toda a comunidade, sendo falacioso, portanto, afirmar que a culpa é da vítima, uma vez que essas situações ocorrem justamente por conta de uma teia complexa de situações, que envolve composição familiar, rendimentos por família, infraestrutura do bairro, mercado de trabalho, baixo rendimento escolar, constante violação de direitos humanos, entre tantas outras coisas conforme apontado até aqui.

É importante recuperar um aspecto essencial para não se perder nesse argumento que aponta um conjunto de questões estruturais como variável importante para compreensão da violência entre jovens: as transformações ou as condições de vida concreta por si só não explicam plenamente a adesão de jovens em delinquência, no entanto, as questões estruturais devem ser entendidas naquilo que transformam a experiência individual dos jovens. Ou seja, mais importante que o dado em si é aquilo que ele engendra nas relações sociais e práticas cotidianas. Gadea (2015) afirma que:

A diminuição das oportunidades de emprego, a defasagem escolar experimentada por muitos, os efeitos da segregação e a conseqüente falta de possibilidades de mobilidade na cidade, bem como o empobrecimento do capital social não explicam suficiente este fenômeno, mas na medida em que se torna fundamental a maneira como estes fatores impactam na experiência individual (GADEA, 2015, p. 38).

Compreende-se assim que os aspectos simbólicos que envolvem as violências no tempo da juventude são essenciais para compreender qual melhor forma de diminuição desse quadro em contexto de periferia. Essa forma de compreender está articulada aos pressupostos teóricos e metodológicos da Escola Sociológica de Chicago que, naquele contexto, produziu várias pesquisas procurando compreender essas interfaces entre condições ambientais das cidades e suas determinações estruturais aos comportamentos individuais e suas relações com a ordem social.

É nessa esteira que no próximo capítulo faremos a análise de questionários aplicados a um conjunto de jovens residentes na região norte de Cascavel, a fim de compreender as

percepções e representações construídas a partir do cotidiano, explorando temas variados focados na vida do bairro. Intenta-se traçar algumas linhas de raciocínio a partir dessa relação macro e micro social, para lançar luz aos dados que comprovam a grandeza do fenômeno violência juvenil no contexto de Cascavel e a região norte, bem como encontrar elementos que conectem essa configuração socioespacial aos imaginários e representações juvenis sobre a vida no bairro.

4 VALORAÇÕES E SIGNIFICADOS DAS VIVÊNCIAS JUVENIS: O QUE DIZEM OS JOVENS SOBRE SUA REALIDADE?

A fim de diagnosticar e analisar a realidade da violência e o contexto social da juventude em discussão, foi realizada uma pesquisa de campo com foco nas representações e valorações sobre a realidade do bairro e a contextualização de violência em suas vidas.

A pertinência dessas perguntas reside no desejo por compreender como a situação concreta de privações e violências apresentada no capítulo anterior se manifesta nas percepções cotidianas dos jovens quando falam sobre temas variados. Compreender o perfil dos jovens, suas impressões sobre a vida no bairro, seus desejos e os maiores desafios que encontram permite que no horizonte de ações concretas para juventude. Nota-se que o texto que segue seja considerado como ponto de partida para políticas públicas mais eficientes.

Embora o eixo central da pesquisa até agora tenha sido a situação de violências concretas, com destaque à questão dos homicídios entre os jovens, decidiu-se por aplicar um questionário com perguntas mais amplas, a fim de que o tema violência surja no bojo de outras questões e não como algo isolado ou separado das questões familiares, escolares, do lazer, das situações difíceis na vida do bairro, das atividades que gostariam de encontrar no bairro ou as situações que são mais problemáticas. Dito isso, as questões conectam os pontos apresentados anteriormente servindo de suporte empírico para as representações juvenis sobre os contextos concretos de vivência no bairro, e também servem de perspectiva para pensar novas pesquisas ou ações efetivas para diminuição da violência entre os jovens (será apresentado nas considerações finais).

Sendo assim, selecionou-se a área dos bairros Floresta, Interlagos e Brasmadeira para aplicação do questionário. Embora ao longo da tese o recorte tenha sido sobre os sete bairros da região norte, para a aplicação dos questionários selecionamos os três bairros mais violentos dentre os sete. Neste sentido, deu-se destaque para o contexto situacional dos jovens, aplicando um questionário detalhado sobre o local onde vivem, o que fazem e planejam fazer e como se sentem em relação à violência.

Conforme visto anteriormente, consideramos a faixa etária dos 12 aos 24 anos para responder ao questionário. O critério de seleção foi o local de moradia: jovens residentes nos bairros Floresta, Brasmadeira e Interlagos, localizados na Região Norte do município de Cascavel – PR.

O questionário contou com questões abordando os seguintes temas: dados gerais como identificação, estudo e trabalho; questões acerca da caracterização do bairro onde os entrevistados residem; sobre a escola e a educação como um todo; sobre preferências, valorações e políticas para a juventude; e por fim perguntas que investigam o contexto da violência especificamente.

Os questionários foram aplicados de forma aleatória nos colégios e em locais públicos de circulação dos jovens nos bairros Floresta, Brasmadeira e Interlagos. Foram entrevistados aproximadamente 80 (oitenta) pessoas, porém devido ao recorte de idade de 12 a 24 anos, utilizou-se para análise 60 (sessenta) questionários. Quanto aos objetivos do questionário, na primeira parte pretende-se identificar o perfil dos entrevistados, quantificando os bairros, idades, gênero, trabalho e estudo.

A segunda parte consiste na caracterização do bairro/região onde os jovens moram, apresentando as características dos lugares quanto às atividades disponíveis, quais são as opções de lazer e as preferências dos entrevistados por ficarem no bairro ou não. Em seguida, descreve-se a respeito das preferências e valorações, ou seja, o que é interessante nas atividades que já existem ou quais itens deveriam ser mais valorizados no bairro ou o que os jovens gostariam de fazer/frequentar. Bem como as perguntas acerca da política para a juventude.

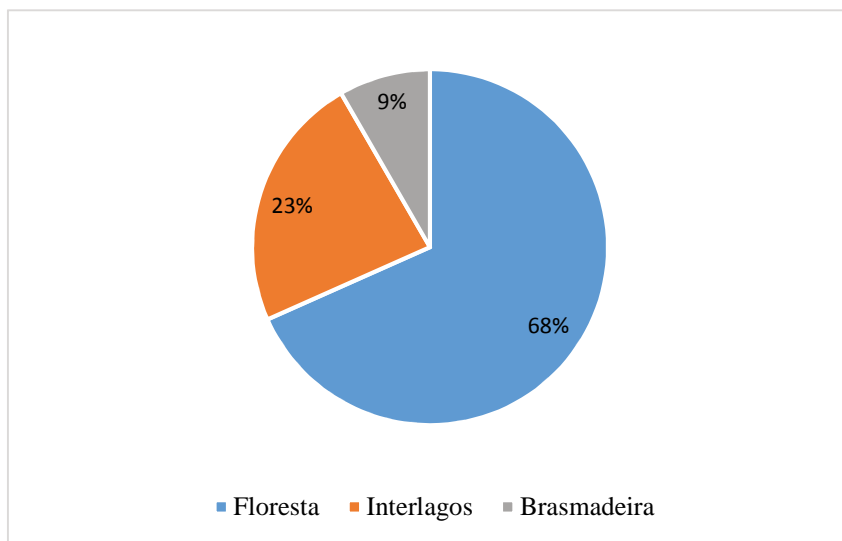
Por fim, as perguntas que investigam o contexto da violência retratam a opinião dos entrevistados sobre a realidade da violência no bairro e na região onde vivem, a avaliação da segurança pública, as situações concretas de violência sofridas entre outros itens de extrema importância para esta análise.

Os procedimentos adotados para a análise dos dados pautaram-se em tabular o que foi coletado por meio do questionário via entrevista pessoal. Na tabulação dos dados, optou-se por adquirir quantidades expressas em cada resposta das perguntas realizadas, tendo por base o valor da amostra de 60 (sessenta) questionários válidos. Ressaltando que algumas perguntas terão mais de 60 respostas, pois eram de carácter classificatório com mais de uma alternativa para escolha. As que não atingiram os dados válidos, se deve ao fato de que algumas questões não foram respondidas por todos os entrevistados ou responderam-nas de forma inadequada.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

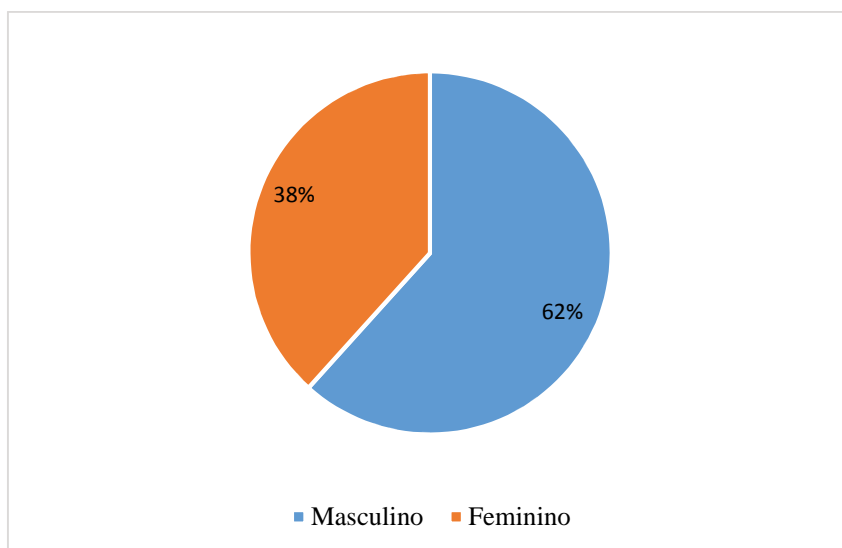
Os jovens entrevistados se caracterizam por bairro, gênero e faixa etária conforme Gráficos 2, 3 e 4.

Gráfico 2: Bairro

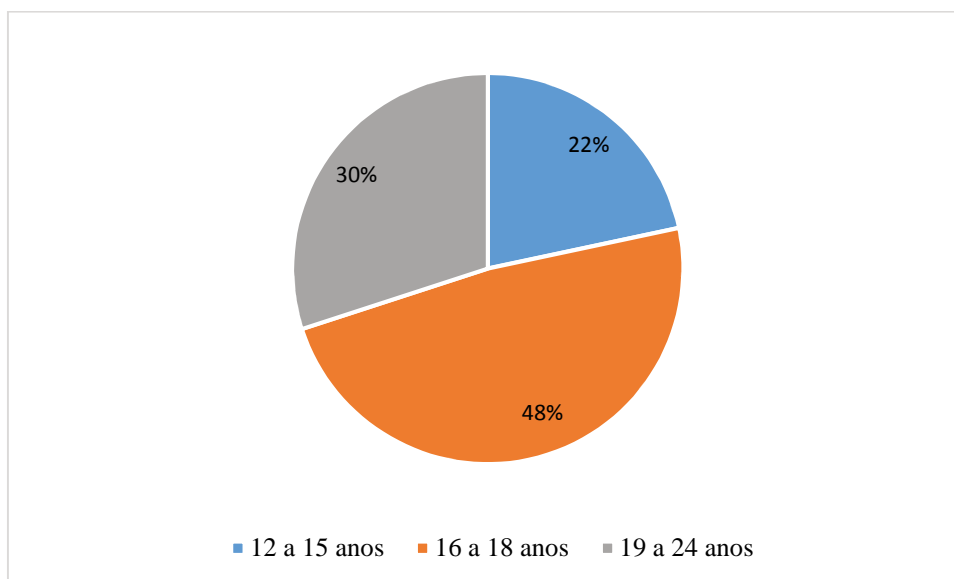


Fonte: Autor.

Gráfico 3: Gênero



Fonte: Autor.

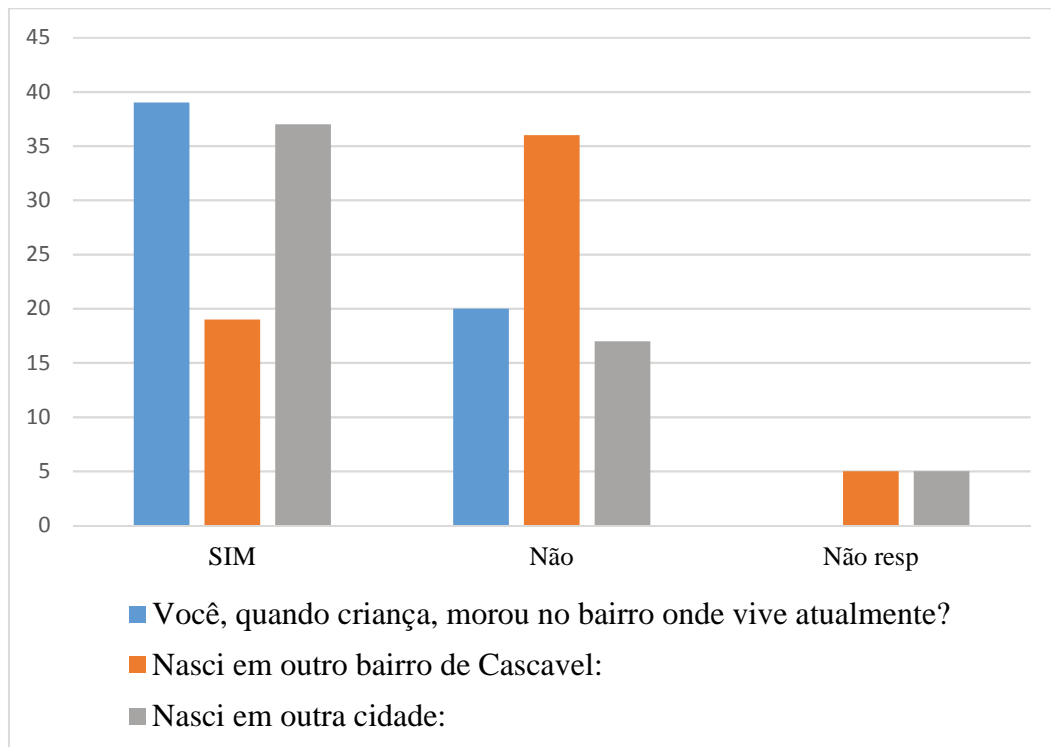
Gráfico 4: Idade

Fonte: Autor.

Observa-se que quanto ao bairro, a maioria dos jovens (68%) reside no Floresta, seguido pelo Interlagos (23%) e depois pelo Brasmadeira (9%). A quantidade de jovens corresponde proporcionalmente à densidade populacional dos bairros respectivamente. A diferença na quantidade de jovens entrevistados entre os bairros também se deve à maior facilidade de abordagem, pois uma vez que no Floresta existem mais jovens circulando pelas ruas do bairro, inversamente no Brasmadeira os locais de sociabilidades foram escassos e as entrevistas em menor quantidade.

Quanto ao gênero, a maioria dos entrevistados (62%), é do sexo masculino e 38% sexo feminino. A idade dos entrevistados concentra-se entre 16 e 18 anos (48%). Na sequência, jovens de 19 a 24 (30%) e a menor porcentagem (22%) corresponde aos adolescentes de 12 a 15 anos. Observar que a maioria dos entrevistados é menor de idade é relevante na medida em que nessa faixa etária ainda podem acessar os projetos sociais que normalmente ocorrem em bairros periféricos. Nesse sentido nas respostas sobre as políticas públicas, como veremos adiante, refletem com fidelidade os desejos e inquietações dos jovens que de fato poderiam usufruir desses empreendimentos.

Quando questionados sobre o tempo em que residem no bairro, as respostas obtidas apresentam-se no Gráfico 5:

Gráfico 5: Origem

Fonte: Autor.

É possível observar que a maioria (39) dos jovens responderam positivamente à pergunta “quando criança, morou no bairro onde vive atualmente? ”, outros 19 (dezenove) nasceram em diferentes bairros de Cascavel e um número expressivo de jovens (37) disseram ter nascido em outras cidades.

Os casos de resposta negativa revelam que 20 (vinte) jovens moravam em outros bairros quando eram crianças, 36 (trinta e seis) nasceram em outros bairros de Cascavel e 17 (dezesete) nasceram em outras cidades. Destaca-se nesse cenário que um número considerável de jovens (21) afirmou não ter passado a infância no bairro em que vive atualmente. Esse dado é indicativo de rupturas no processo de construção de laços sociais. Considere que na maioria são jovens entre 15 e 18 que nesse contexto vieram de outros bairros, ou de outras cidades, há pouco tempo, o que de alguma maneira repercute na desconformidade com o bairro onde moram atualmente e também nas práticas delitivas dentro do próprio bairro.

De acordo com Wacquant (2001), um agravante na situação de fragmentação dos vínculos sociais primários decorre grandemente das constantes mudanças nas redes relações sociais. Ou seja, o trânsito constante de um bairro a outro, que muitas vezes se explica na busca por alugueis

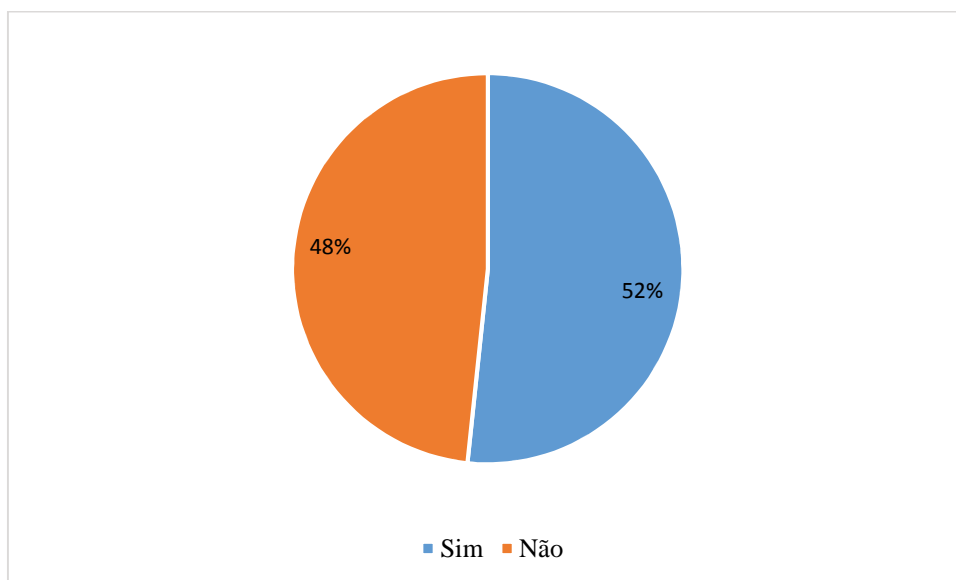
mais baratos, termina por enfraquecer os laços de pertencimento e vizinhança, redundando no sentimento de abandono e insegurança.

Tendo em vista que o tempo da juventude é marcado por definições de papéis sociais e experiências identitárias mais intensas, o fato de não se reconhecer com vínculos sociais dificulta os controles sociais informais que são exercidos pela comunidade.

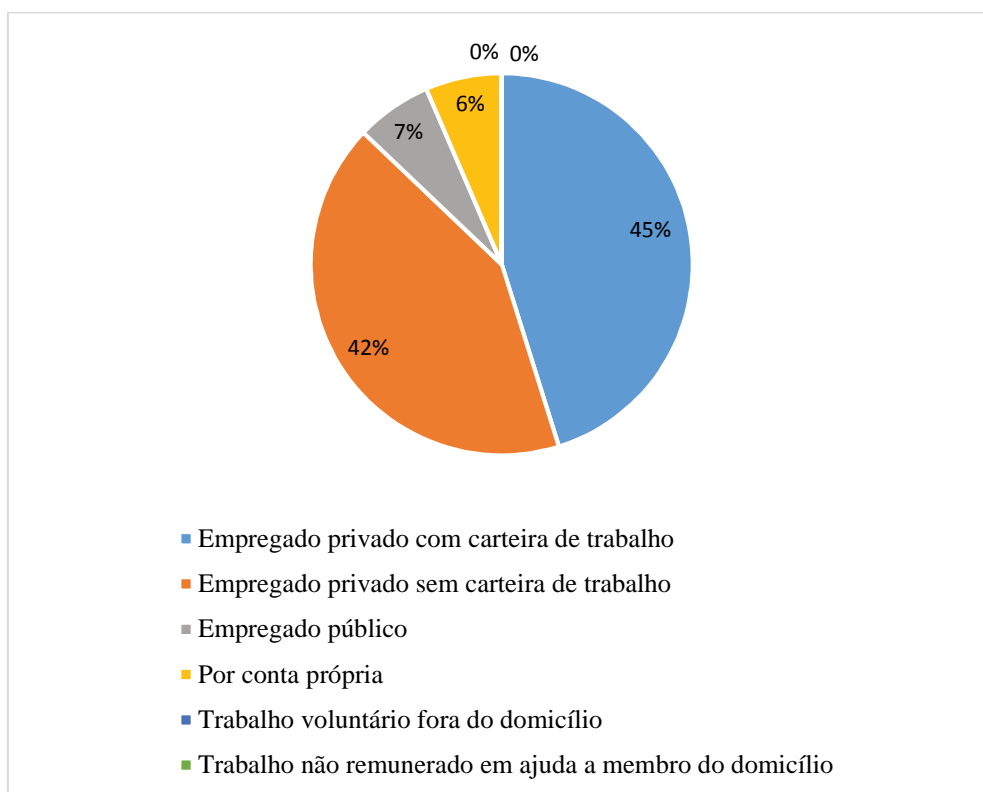
No que se refere a escolaridade dos entrevistados, todos afirmaram estarem estudando na ocasião da pesquisa. Esse dado destoa do que se observou com relação as taxas de evasão e distorção apresentadas no capítulo anterior. A tabela apontava algo em torno de 17 a 20% dos alunos em condição de repetência ou evadidos da escola. Nesse sentido é preciso ponderar essa afirmativa sobretudo quando se relaciona ao dado seguinte que trata dos entrevistados que trabalham.

Note que mais da metade dos jovens estudantes exercem algum tipo de trabalho remunerado, o que nos leva a considerar que ao menos entre esses que estão trabalhando existe uma relação diferenciada com a escola que pode contar períodos de baixa frequência às aulas ou baixo rendimento.

Gráfico 6: Entrevistados que trabalham



Fonte: Autor.

Gráfico 7: Situação da ocupação

Fonte: Autor.

A respeito dos dados acima apresentados, fica evidente que entre os entrevistados existe uma divisão entre os que trabalham ou não. Nota-se que 52% dos entrevistados trabalham atualmente e 48% não. Dentre os que trabalham, 45% dizem ter carteira assinada, 42% trabalhar sem carteira assinada, números que classificam praticamente a maioria dos jovens analisados. Os demais números cabem ao trabalho como funcionário público (7%) e por conta própria (6%).

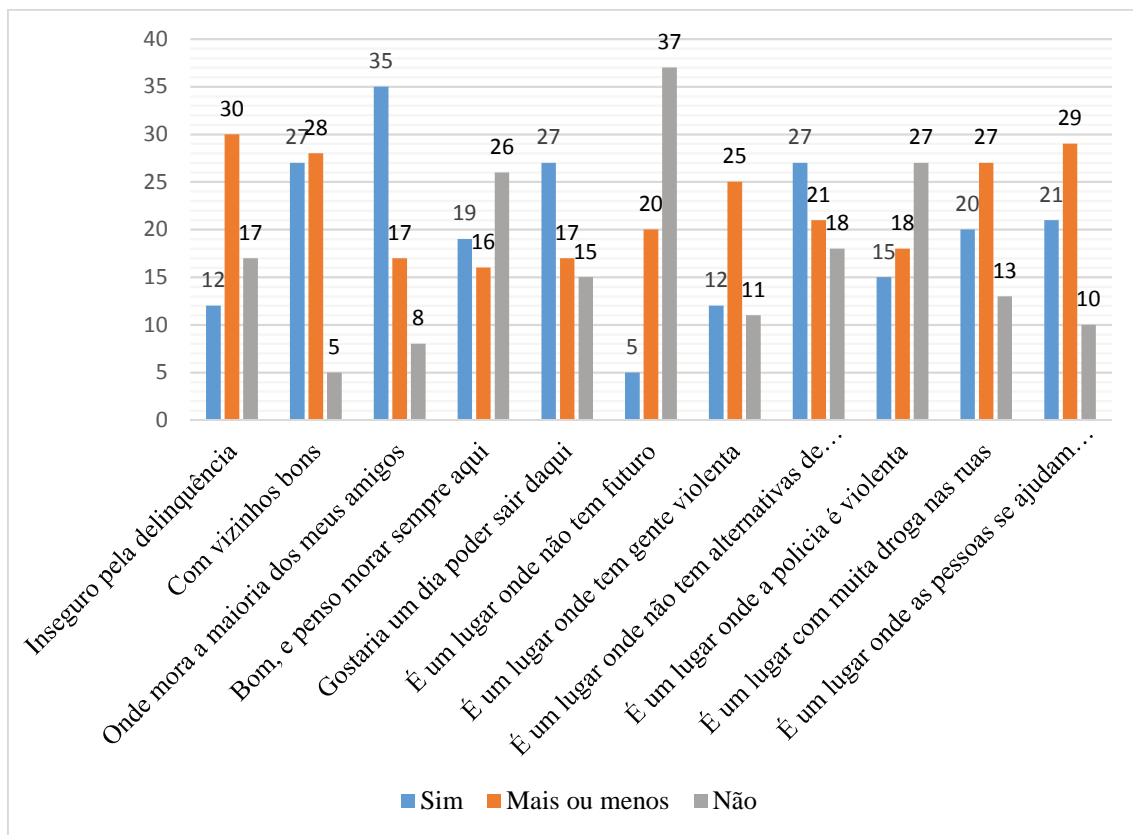
Vale mencionar que o que caracteriza situações de trabalho sem carteira assinada é a precariedade de condições e os baixos salários. Isso confirma a tabela do capítulo anterior sobre os baixos rendimentos da população jovem e também a ocupação caracterizada como “bicos”.

A questão do acesso ao emprego aparecerá repetidamente nos próximos gráficos indicando uma real preocupação dos jovens sobre esse aspecto. Vale mencionar que essa angústia sobre a inserção no mercado de trabalho relaciona-se com a possibilidade de uma saída do bairro, (como veremos a frente) e também por conta da necessidade de acessar lazer em outros lugares no centro, o que envolve investimento em transportes, roupas adequadas, ingressos e assim por diante.

4.2 BAIRRO

O bairro onde os jovens entrevistados residem pode ser caracterizado de várias formas. Quanto à opinião dos jovens sobre a descrição do bairro, têm-se os seguintes dados, conforme Gráfico 8:

Gráfico 8: Como descrevem o bairro



Fonte: Autor .

A partir dos dados acima apresentados, conclui-se que os dados mais relevantes para as respostas afirmativas, são de que é no bairro que mora a maioria dos amigos dos entrevistados (35), que tem vizinhos bons (27) e que as pessoas se ajudam entre si (21). Por outro lado, é um lugar onde não tem alternativas de lazer (27), com muita droga nas ruas (20) e que gostariam de poder sair dali um dia (27).

No quesito mais ou menos, destaca-se novamente o fato de terem bons vizinhos (28) e ser um lugar onde as pessoas se ajudam (29), porém, inseguro pela delinquência (30). As respostas negativas que mais se destacaram foi discordarem da afirmação que diz que é um

lugar onde não tem futuro (37), e também discordam em sua maioria que, é um lugar onde a polícia é violenta (27).

As respostas dos jovens no sentido das percepções sobre o bairro permitem que destaquemos alguns pontos importantes. Seguindo a pista apontada no gráfico 5 sobre a origem dos jovens, as repostas sobre “se gostaria de morar sempre aqui?” e se “gostaria de poder sair daqui” foram claras no sentido de demonstrar que a maioria dos jovens não considera a hipótese de viver para sempre no bairro e que gostariam de sair dali, assim que houver uma oportunidade. Essa constatação indica para um contexto em que os jovens não sentem-se pertencentes ou com “raízes” ao bairro que vivem. O fato de a maioria ter vindo de outros bairros ou outras cidades articula-se a esse desejo de poder morar em outro lugar.

Isso é interessante pois mesmo que a maioria tenha respondido que é no bairro onde moram seus amigos, isso não é considerado como um obstáculo para uma possível saída do bairro. De alguma maneira isso nos leva a pensar na “qualidade” desses vínculos sociais, uma vez que tradicionalmente nas ciências sociais o tema da vizinhança aparece como um valor essencial nas práticas cotidianas. Sarti (2003) em estudos sobre a “moral dos pobres” afirma que os laços de vizinhança nas camadas populares tendem a ser extremamente valorizadas, pois normalmente nesses bairros as famílias provem de outros lugares ou cidades diferentes, fazendo com que o vizinho seja aquele mais próximo com quem contar. Usa o exemplo das relações de compadrio, onde é comum “dar” um dos filhos para o vizinho batizar, como forma de fortalecer a relação.

No entanto, o que se observa nessa afirmativa dos jovens em estarem dispostos a sair do bairro, mesmo que seus amigos sejam vizinhos, é uma situação de desvalorização dos laços sociais, ou uma fragmentação desses valores associados à vida em comunidade, em favor de um projeto de realização individual. Em termos práticos por si só isso não seria problema, no entanto quando se observa que a maioria indicou que o bairro não possui opções de lazer e cultura e que as drogas aparecem como uma questão em evidência, esse desejo por deixar o bairro remete a uma sensação de insegurança e medo, e não como resultado de um projeto de melhoria de vida.

Isso se expressa na resposta maciça dos jovens quanto ao bairro como um lugar que não tem futuro. Trinta e sete (37) jovens negaram essa afirmação, o que poderia representar alguma esperança juvenil em relação ao bairro. No entanto, considerando uma avaliação geral do bairro no que se refere a aspectos negativo, onde prevaleceu respostas “mais ou menos” e afirmando

que desejam sair do bairro, cabe um questionamento sobre o que os jovens entenderam por “futuro”.

Como vimos no capítulo anterior, cenários em que se observam constantes violações de direitos humanos combinados à degradação socioespacial tendem a reforçar estigmas e sentimentos de subalternidade, o que se manifesta em um déficit de capital cultural e social. Nesse sentido as concepções de projeto de vida e de “futuro” ficam embaralhadas em um horizonte de poucas possibilidades reais de ascensão social.

É possível recuperar o conceito de “definição de situação” apresentada no capítulo primeiro, uma vez que o que está em questão aqui, é a forma como os jovens definem sua situação de vida na periferia a partir de uma constatação, ou condição social estrutural que os submete a um cotidiano de violências. Essas violências foram apontadas no capítulo segundo e aqui aparecem nas valorações juvenis acerca da vida no bairro.

De acordo com Thomas (2005), essa “definição de situação” compreende aspectos individuais, mas está ligada diretamente ao controle social exercido pela comunidade, uma vez que considera-se aqui uma tensão intrínseca nessa relação indivíduo/sociedade. Assim o fato de os jovens que responderam aos questionários refletirem sobre sua saída do bairro, mesmo considerando suas relações comunitárias (amigos) indica que esses jovens estão “definindo suas situações” em termos de desejos individuais, medo e insegurança em relação à vida no bairro.

Um aspecto interessante que pode ser mencionado, refere-se a pergunta sobre a sensação de insegurança em relação à violência: a maioria respondeu “não” e “mais ou menos”. De acordo com Cardia (2003), existe um movimento que se observa em situações de exposição extrema a violências: uma dessensibilização em relação ao sofrimento da vítima:

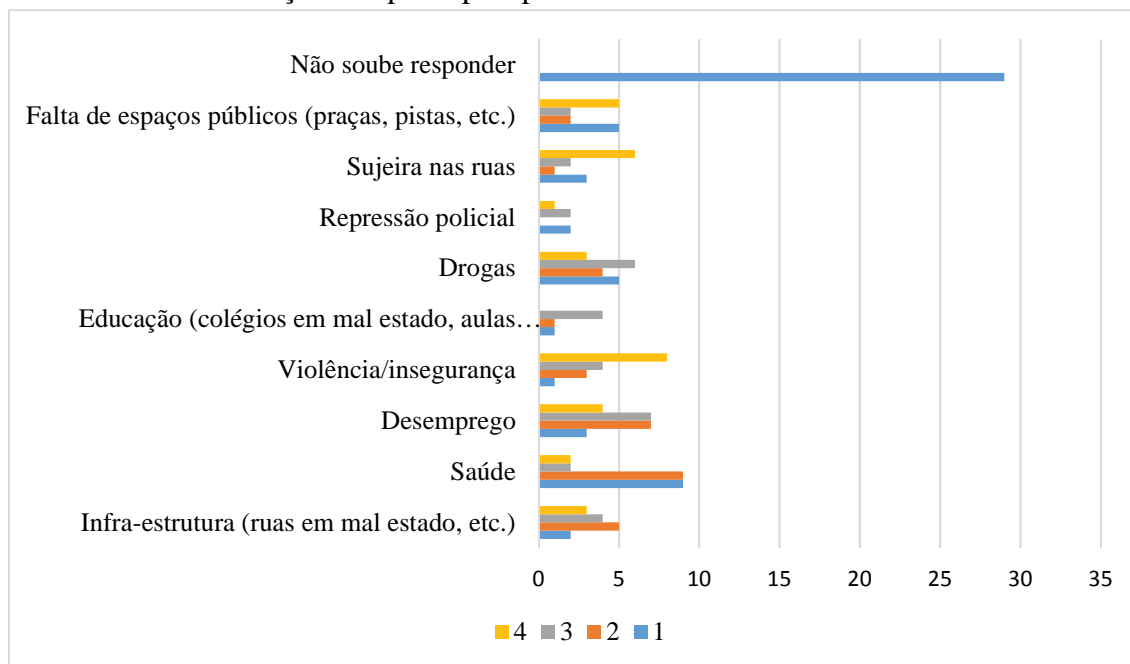
[...] dessensibilizar-se significa se desligar da dor das vítimas, um processo no qual a violência que as vítimas sofrem passa a ser considerada « normal ». A dessensibilização implica em subestimarem as consequências da violência para suas vítimas culparem as vítimas pelo que lhes ocorre, processo também denominado de exclusão moral – uma espécie de anestesia moral ou de desligamento baseado na crença em um « mundo justo » – coisas ruins acontecem às pessoas que fizeram algo ruim. Jovens expostos à violência crônica estariam mais passíveis de desenvolverem este tipo de estratégia de sobrevivência, e mais propensos a terem seu próprio desenvolvimento moral afetado por esta exposição: normalizar a violência resulta também em reduzida capacidade de confiar no outro, ou de se vincular ao outro (Kliewer *et al.* 2001) e menor interdição quanto a prática de violência (Hallyday-Boykins & Graham, 2001). (CARDIA, 2003, p. 301)

De alguma maneira é possível perceber traços do que a autora aponta, pois como foi visto no capítulo segundo, os três bairros em que aplicamos questionários são aqueles com os

maiores indicadores de violência tanto sofrida quanto praticada por jovens. O fato de afirmarem não se sentirem ameaçados pela violência pode ser um desdobramento dessa dessensibilização.

Sobre os problemas mais graves no bairro, os questionários revelaram aspectos muito relevantes para a pesquisa:

Gráfico 9: Classificação dos principais problemas do bairro



Fonte: Autor.

Nesta pergunta, os entrevistados deveriam, em uma escala de 1 (maior problema) a 4 (menor problema), elencar os principais problemas do bairro entre nove opções. Vale mencionar que muitos deles (28) não souberam responder: deixando em branco ou marcando várias opções. Entre as respostas obtidas adequadamente, têm-se como principais problemas classificados como 1 a falta de espaços públicos, as drogas e a assistência à saúde. Os problemas classificados como 2 são de maior número as drogas, o desemprego e a assistência à saúde. Dos classificados como 3, destacam-se o desemprego e as drogas. E dos classificados como 4, têm-se como maiores problemas a violência/insegurança, a sujeira nas ruas e a falta de espaços públicos.

Destaca-se nessa classificação dos problemas do bairro a falta de espaços públicos como praças, parques e áreas destinadas ao lazer. Embora não haja uma relação direta com as situações de violência, a falta de áreas de convivência coletivas afeta diretamente a qualidade das interações sociais no bairro. Note que os vínculos sociais se estabelecem e se fortalecem na medida em que criam-se ocasiões para trocas de experiências com a diversidade. A ideia de

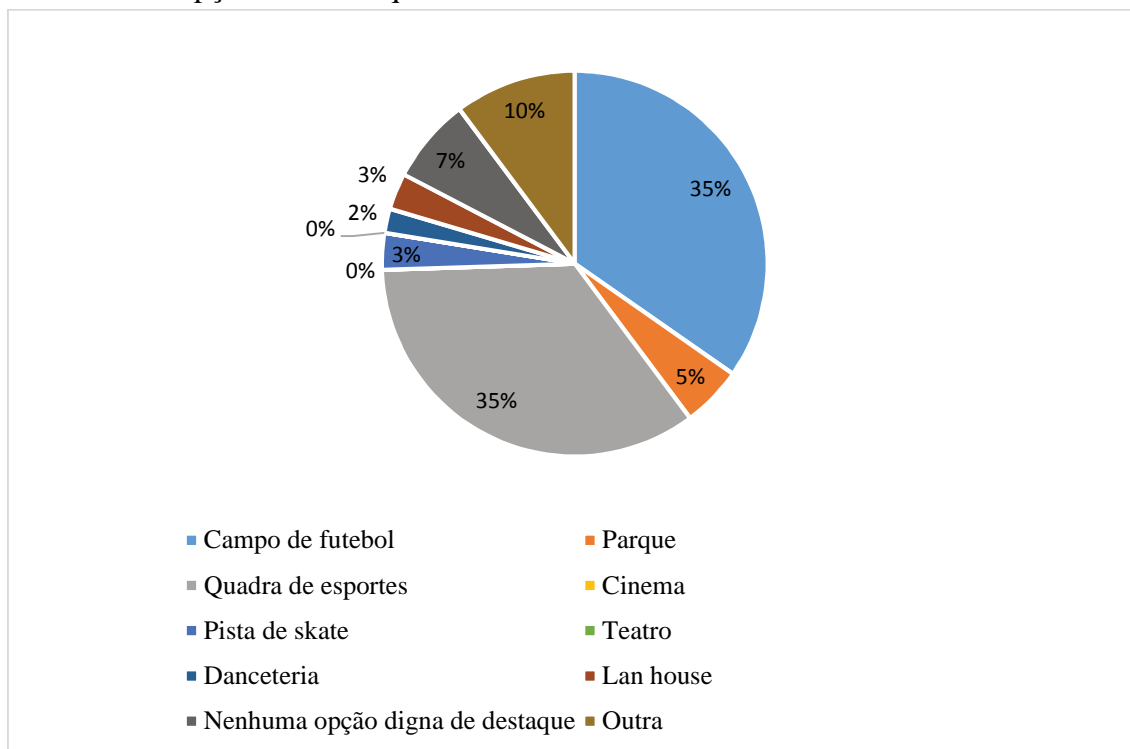
capital social está articulada à essa premissa de ampliar as redes de relações e assim expandir as possibilidades de leitura de mundo.

Sobre a questão do acesso à saúde, as respostas indicam uma preocupação dos jovens com um direito básico que, em contexto de periferia tradicionalmente é problemático. Isso indica que os jovens percebem as dificuldades que passam suas famílias e que existem processos reflexivos sobre problemas públicos no bairro. É o que se observa em relação ao consumo de drogas. Embora seja um comportamento que se liga ao tempo da juventude, marcado pela experimentação, reflexivamente os jovens entrevistados apontam como um comportamento problemático, a ponto de interferir nas dinâmicas do bairro.

No que se refere as opções de lazer existentes no local, as respostas obtidas estão no Gráfico 10 e demonstram que os aparelhos públicos disponíveis limitam-se a questão do esporte. Isso indica o quanto a política social para juventude nesse cenário permanece ancorada a perspectiva de controle do corpo e do tempo dos jovens.

No gráfico 13 veremos que as atividades que os jovens mais praticam são reunir-se com amigos, ir ao centro de Cascavel e por último praticar esportes. Essa correlação é importante, pois das opções de lazer existentes no bairro e apontadas pelos jovens não representam ou oferecem aquilo que eles normalmente praticam.

Gráfico 10: Opções de lazer que existem no bairro



Fonte: Autor.

Nota-se que o mesmo percentual (35%) de entrevistados afirma que o campo de futebol e a pista de *skate* são as principais opções de lazer no bairro. Em seguida, a *lan house* é outra opção mais mencionada (10%), nenhuma opção digna de destaque (7%), parque foi classificada por apenas 5%, e por fim pista de skate, danceteria e outros sendo mencionadas por porcentagens menores.

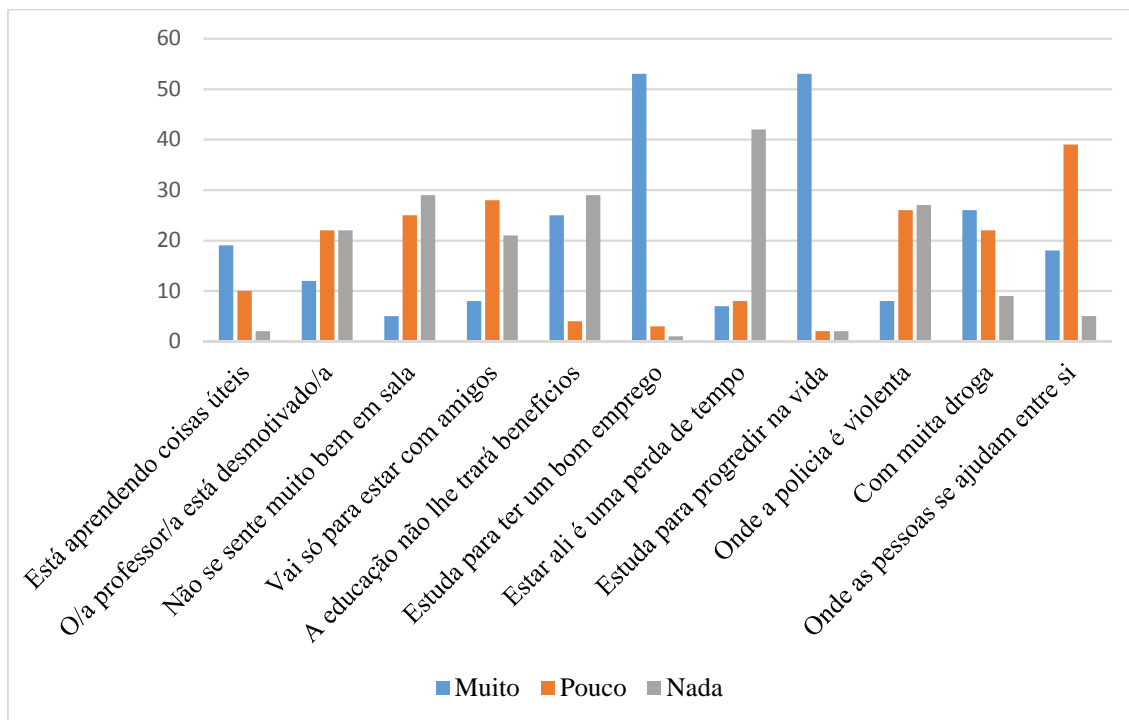
Merece atenção o fato de a variável *lan house* aparecer em segundo lugar dentre as opções de lazer que os jovens visualizam. A possibilidade de conexão permite que os jovens ampliem suas redes de relações e de alguma maneira ultrapassem os limites do bairro e seus problemas. O acesso à internet e redes sociais é uma pauta bastante importante, uma vez que surge como excelente oportunidade de inserção social e fortalecimento de vínculos com a comunidade.

Vale mencionar que no campo “outra”, vários jovens indicaram o Supermercado Irani e o calçadão da avenida principal como opções de lazer dentro do bairro. Note que mesmo frente às dificuldades em relação aos espaços públicos no bairro, os jovens constroem e ressignificam lugares, transformando-os em oportunidades para interagir socialmente.

4.3 EDUCAÇÃO

Quanto à educação, o Gráfico 11 apresenta as impressões dos jovens quando vão ao colégio. As questões foram formuladas pensando em compreender qual é a importância e as limitações do contexto escolar para os jovens.

Gráfico 11: Contexto situacional da escola/colégio



Fonte: Autor.

Sobre o contexto situacional do colégio, as respostas dadas pelos jovens aos significados de “ir à escola” foram majoritariamente duas: afirmaram estudar para ter um bom emprego e disseram estudar para progredir na vida.

Dos itens classificados como “pouco” presentes, estão em destaque os que estudam para se “encontrar com os amigos”; que no ambiente “as pessoas se ajudam entre si” e que “não se sentem muito bem em sala”.

Para os itens classificados como nada importante na escola, estão entre os que mais se repetem “estar ali é uma perda de tempo” e que a “educação não trará benefícios concretos”.

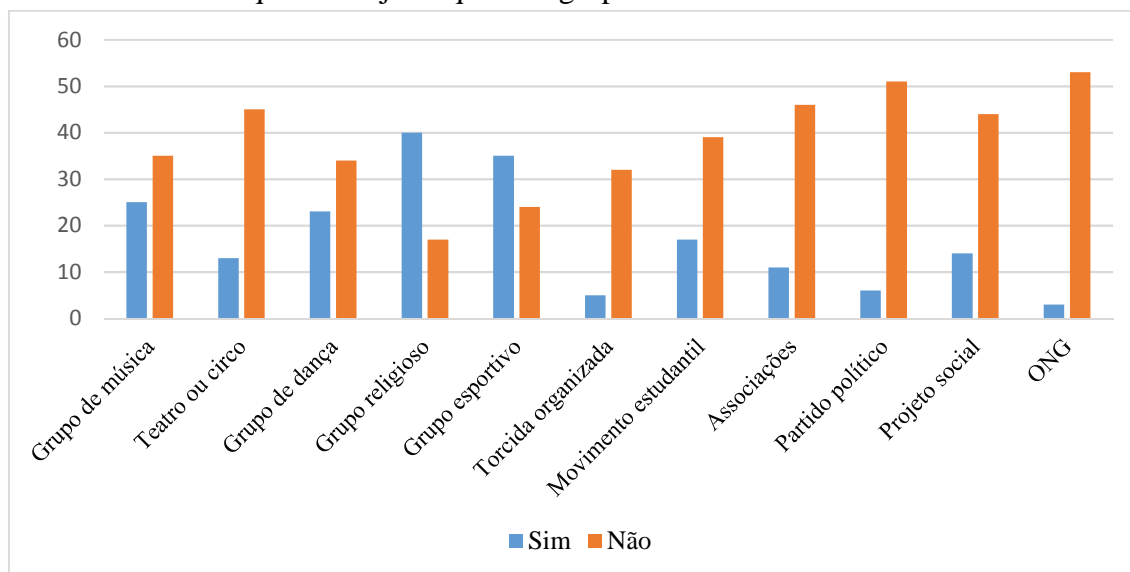
Percebe-se que as representações sobre a escola são bastante positivas entre os jovens, com destaque para essa dimensão instrumental da educação como forma de ascensão social via trabalho. Essa legitimidade do saber escolar entre os jovens destoa dos dados apresentados no capítulo segundo sobre evasão e repetência e sugerem que, mesmo diante da crise da instituição escolar, a educação ainda é um horizonte que pode trazer benefícios.

Outro aspecto que aparece e reforça a questão dos laços sociais é o “ir para escola encontrar amigos” que aparece com pouca representatividade. Ou seja, a escola não se constitui no espaço clássico de socialização secundária dos adolescentes e jovens, mas como um espaço “útil” que se frequenta para ter um bom emprego. Vale destacar que a variável “com muita droga” também apareceu com mais respostas, indicando que o contexto da escola está articulado ao consumo de drogas nas ruas enquanto se vai à escola.

4.4 ATIVIDADES REALIZADAS PELOS JOVENS

A respeito das atividades realizadas pelos jovens entrevistados, obteve-se os seguintes dados conforme gráficos 12 e 13. Os gráficos indicam as preferências e valorações dos jovens, bem como as dinâmicas de sociabilidades grupais.

Gráfico 12: Se frequenta ou já frequentou grupos de atividades diversas



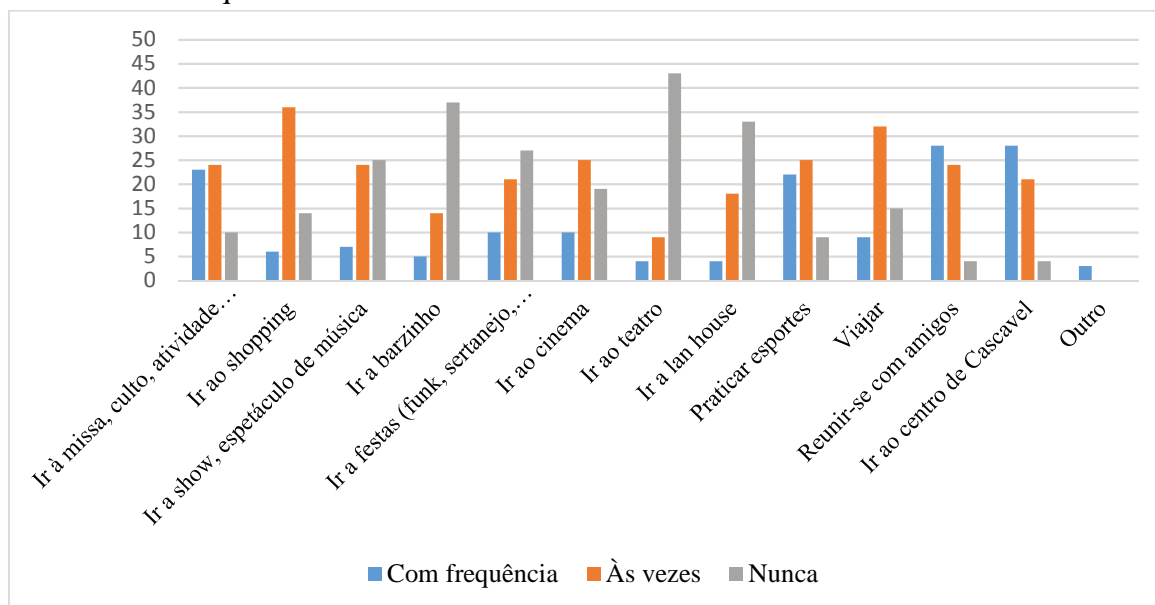
Fonte: Autor.

Como pode-se observar no gráfico, a maior parte das respostas foi negativa para as atividades elencadas no questionário. Destaca-se que um grande número de entrevistados (51) não frequenta atividades de partidos políticos; ONGs (52), associações em geral (47) e grupos de teatro ou circo (45). Soma-se ainda a baixa adesão a projetos sociais, o que reforça o argumento sustentado no capítulo anterior onde questiona-se a efetividade dos projetos sociais desenvolvidos nos bairros da região norte, haja vista que durante quase dez anos os índices de homicídios foram os mais elevados nessa região. A baixa adesão juvenil representa uma falta de identificação com as atividades propostas por esses projetos sociais.

Referente aos que disseram sim, estão entre os mais votados os itens: grupo religioso (40), grupo esportivo (35) e grupo de música (24). Importante ponderar que no que se refere a sociabilidade grupal participar de um grupo esportivo não implica adesão a um conjunto de valores ou afinidades entre pares. Dificilmente os jovens poderiam estar inseridos em grupos sociais cuja finalidade principal seria ligada ao esporte. No entanto, a adesão a práticas esportivas articula-se ao fato de que as duas opções de lazer indicadas pelos jovens é “campo” e “quadra de esporte”.

Já ao que se refere em frequentar grupos religiosos, isso sim solicita uma análise mais detida, pois como sabe-se a religião tem essa capacidade de incutir normas e construir valores a partir de crenças coletivas, o que interfere nas leituras de mundo e posições individuais. Não foi objeto de pergunta do questionário, mas algumas pesquisas têm indicado um gradual avanço de religiões pentecostais nas periferias o que aponta para possíveis construções simbólicas atreladas à Deus e sua vontade¹⁹.

Gráfico 13: Frequência das atividades



Fonte: Autor.

Sobre as atividades que são realizadas com frequência, as mais atribuídas pelos jovens foram: Ir ao centro de Cascavel (28), reunir-se com os amigos (28) e praticar esportes (22). Acerca das atividades que são executadas às vezes, os entrevistados relataram ir ao shopping (36), viajar (32) e reunir-se com os amigos (24). Por fim, aos itens mencionados por eles como “nunca”, estão as atividades culturais como ir ao teatro (43), ir a barzinho (37) e ir a *lan house* (33).

Destaca-se nesse sentido, o investimento dos jovens em atividades de fruição como reunir-se com amigos. Não há uma pauta definida nessas atividades e o formato dos encontros não obedece aos critérios fixos. É o que se observa nas esquinas dos bairros pesquisados, onde grupos de jovens se reúnem para “ficar à toa”. Na mesma medida são os deslocamentos até o

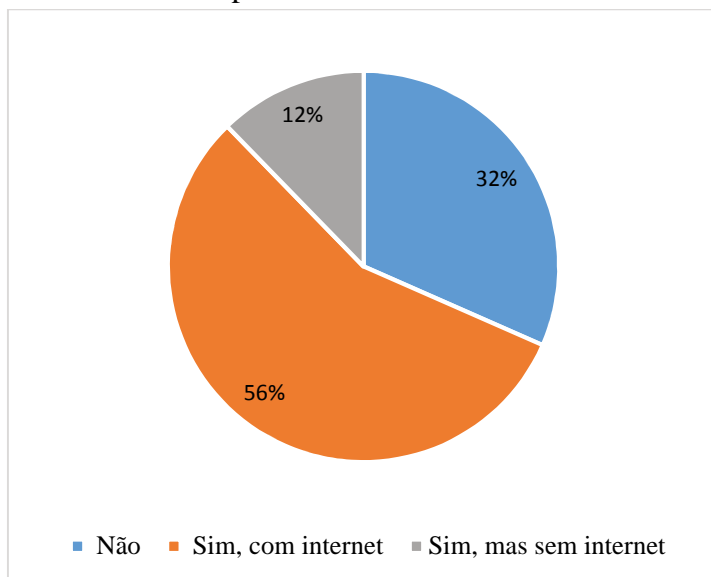
¹⁹ Para um aprofundamento sobre as questões sociológicas do protestantismo no Brasil confira o texto de MARIANO (1999).

centro da cidade, onde os jovens “às vezes” vão ao shopping e ao cinema. As atividades de cunho cultural não são disponibilizadas nos bairros, tanto que ir ao teatro é a atividade com menos participação.

4.5 TECNOLOGIA

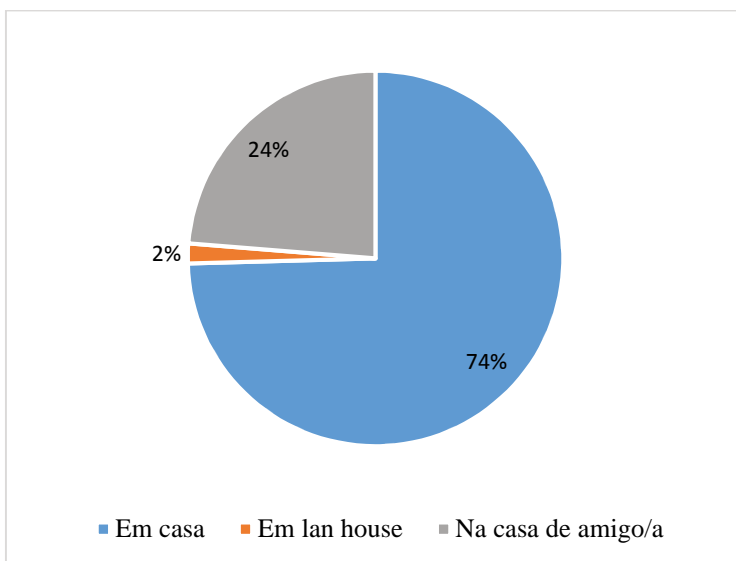
No que se refere à tecnologia foram levantados dados sobre o uso de computador em casa; onde acessam a internet; para que usam a internet e se os entrevistados têm perfis em redes sociais. Os dados tabulados seguem-se nos Gráficos 14, 15, 16 e 17.

Gráfico 14: Computador em casa



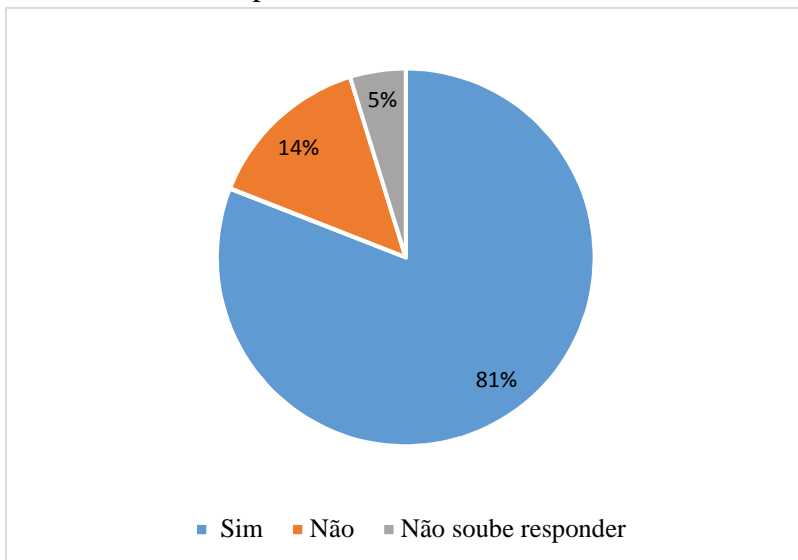
Fonte: Autor.

Nota-se que a maioria (56%) dos jovens entrevistados tem computador com internet em casa. Em seguida, um número secundário (32%) dos mesmos não tem computador em casa e por fim, um número pequeno (12%) dos entrevistados tem computador, mas não tem conexão com a internet. Percebe-se que a conexão é uma constante na vida desses jovens, como veremos no gráfico a seguir, aqueles que não conseguem se conectar em casa, usam as casas dos amigos *ou lan house*. Importante destacar que o uso de smartphones com acesso à internet tem crescido substancialmente, o que de certa forma dispensa o investimento em aquisição de computador de uso doméstico.

Gráfico 15: Onde acessa internet

Fonte: Autor.

Quando questionados a respeito do local onde acessam a internet, os mesmos relataram em sua maioria (74%), que acessam a internet de suas próprias casas, 24% acessam na casa de amigos e apenas 2% dizem usar a internet em *lan houses*.

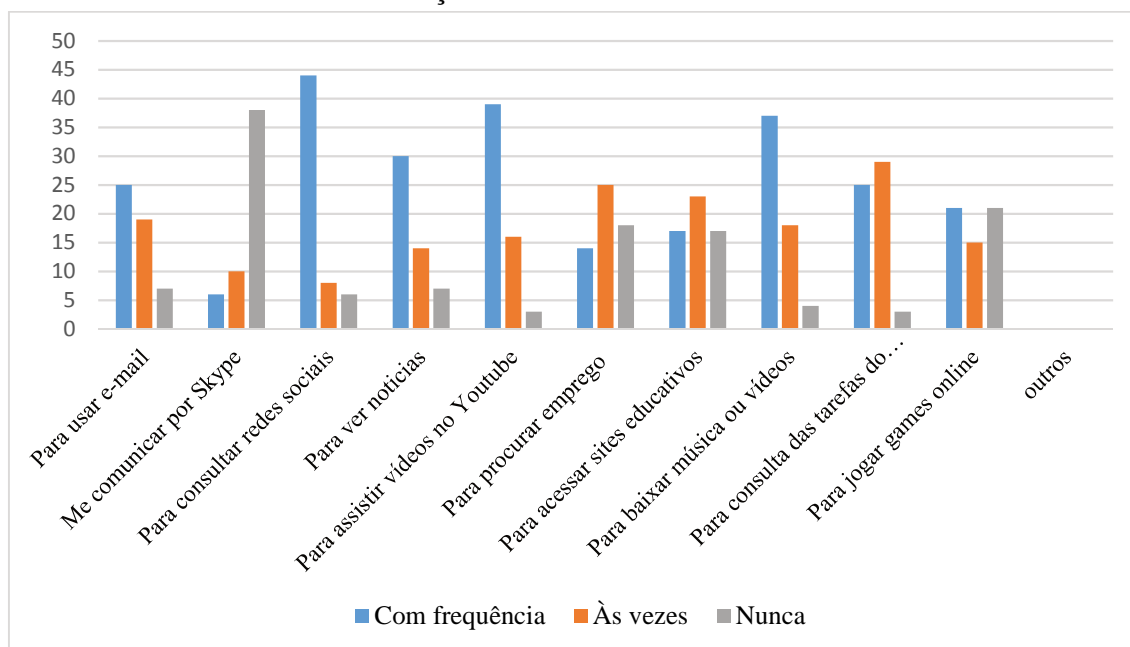
Gráfico 16: Participa de redes sociais

Fonte: Autor.

Sobre ter perfis em redes sociais, a grande maioria dos jovens da amostra (81%) dos jovens diz sim, uma parcela relativamente menor (14%) diz não e 5% não responderam. O fato de a maioria dos jovens possuírem contas em redes sociais reforça a importância da

conectividade. Considerando um contexto em que as redes de relações sociais face a face são fragmentadas, o mundo virtual se transforma em um campo fértil de novas sociabilidades mediatizadas por informações e entretenimento.

Gráfico 17: Finalidade da utilização da internet



Fonte: Autor.

A finalidade com que os entrevistados usam a internet foram evidenciadas com frequência os itens: para consultar as redes sociais (44), para assistir vídeos no Youtube (39) e para baixar vídeos ou músicas. (37). Note que as redes sociais aparecem em destaque seguido de atividades no Youtube, que podem ser vídeos diversos de bloggers famosos ou mesmo notícias.

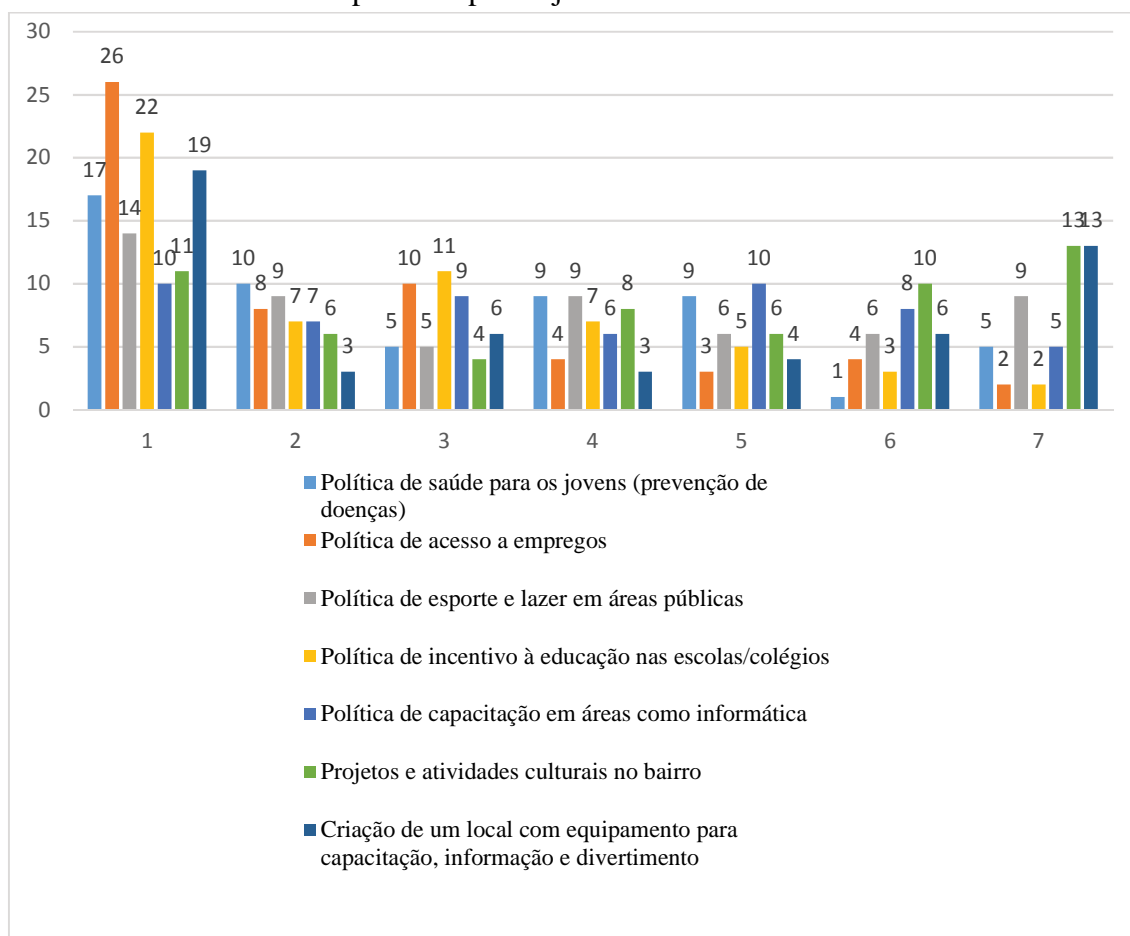
E para os itens que os jovens nunca usam a internet estão: se comunicar pelo Skype (38), jogar games online (21) e para procurar emprego (18). Destaca-se nessas respostas negativas a baixa adesão dos jovens aos jogos on-line, tendência da juventude conectada e pauta de muito debate, sobretudo ao que se refere às interferências desses jogos no rendimento escolar. Pode ser que esse baixo interesse tenha relação com o pouco domínio da língua inglesa (ferramenta indispensável para se comunicar durante o jogo) ou mesmo a um tipo de interesse mais concreto durante o tempo que passa conectado: visitando perfis no Facebook, vendo clipes de músicas no Youtube ou interagindo em fóruns.

4.6 CONHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Os próximos gráficos apresentam os dados acerca das prioridades a serem atendidas pelas políticas públicas para juventude. Esse item do questionário é extremamente relevante pois oferece uma leitura desde os próprios jovens sobre quais atividades eles gostariam de participar e que fossem oferecidas no bairro.

Na pergunta os jovens deveriam colocar em uma ordem escalar de 1 a 7 sendo que “1” seria de máxima prioridade e “7” mínima prioridade. Os entrevistados classificaram em uma escala de importância de 1 a 7 os itens de boa política para a juventude. Os resultados com maior relevância foram os seguintes: política de acesso a empregos (26), política de incentivo à educação (22), criação de um local com equipamento para capacitação, informação e divertimento (19), política de capacitação em áreas como informática e saúde (17) e política de esporte e lazer em áreas públicas (14).

Gráfico 18: Prioridade de políticas para a juventude



Fonte: Autor.

Note que a preocupação dos jovens com acesso a emprego e educação se manifesta nos dois indicadores com maior número de respostas. Novamente fica evidente que a questão do trabalho é uma variável importante para os projetos de vida desses jovens. No entanto, vale mencionar que no Gráfico 9 sobre os principais problemas do bairro o item que mais se repetiu foi a “falta de espaços públicos”, as “drogas” e a “assistência à saúde”; a questão do desemprego e educação aparecem na segunda posição em diante.

É interessante destacar isso pois, aquilo que foi apontado como maior problema no bairro: falta de espaços públicos (praças, pistas, etc.) aparece como foco de política pública com menos respostas (14). E ainda sobre o emprego, no gráfico anterior vimos que a internet quase “nunca” é usada para procurar emprego.

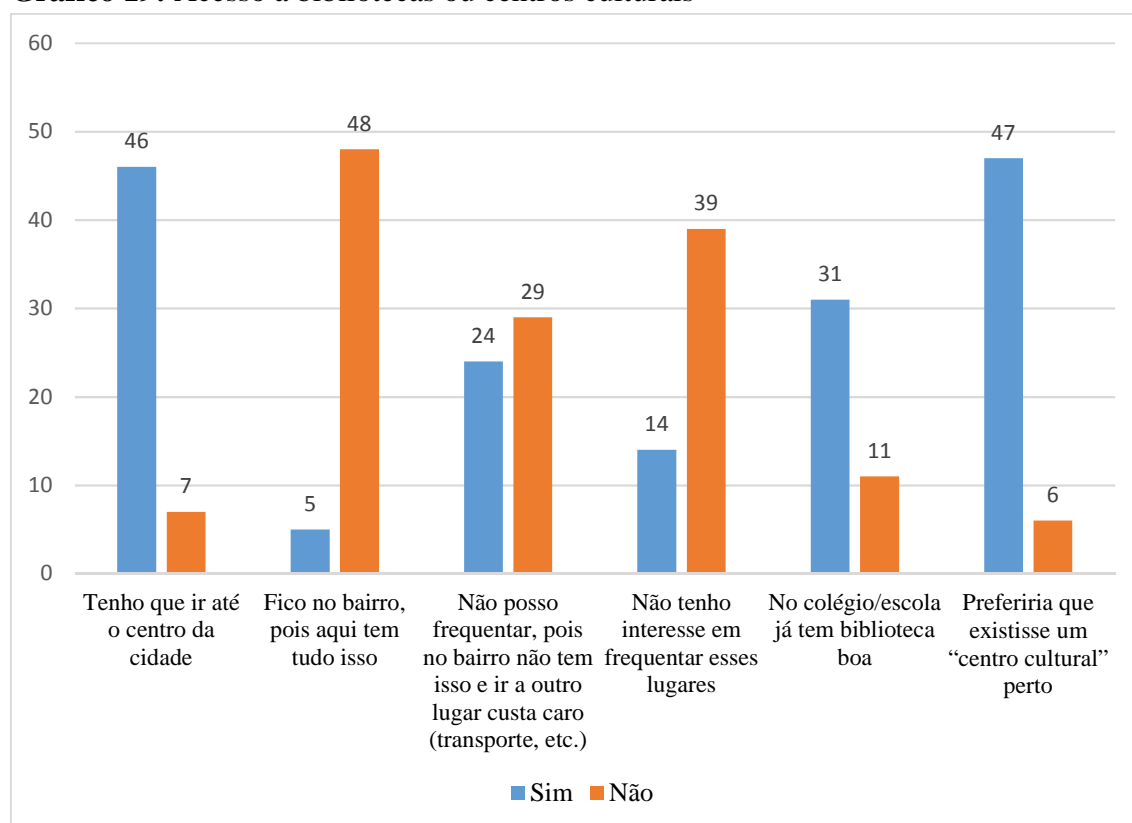
O que estamos querendo demonstrar é que essa questão sobre política pública para juventude remete a um discurso mais “sério” ou sobre como as coisas “deveriam ser”. Ou seja, pode existir uma distância entre aquilo que os jovens realmente desejam para seu bairro, como por exemplo mais espaços públicos de lazer e sociabilidades, menos presença de drogas no bairro, menos violência/insegurança. E aquilo que no contexto “sério” da vida seria o mais adequado (até mesmo mais aceito socialmente) como “política de acesso a empregos” e “incentivos à educação nas escolas”.

Dito isso, é interessante destacar que a “criação de um local com equipamento para capacitação, informação e divertimento” e “política de capacitação em áreas como informática” aparecem com prioridade maior que uma “política de esporte e lazer em áreas públicas”. Como vimos no gráfico sobre as atividades que mais realizam “praticar esporte” está entre as primeiras. Ao que, essa constatação de prioridades sobre política para juventude, reforça nossa hipótese de que a prática de esporte se destaca como atividade praticada, por conta de que as únicas opções de lazer são “campo” e “quadra de esporte”. Na realidade a noção de lazer e divertimento para os jovens tende a ser muito mais ligada a tecnologia que a atividades físicas. Importante destacar ainda que a opção de “projetos e atividades culturais no bairro” foi apontada poucas vezes. Os gráficos a seguir mostrarão quais percepções os jovens têm sobre acesso à cultura.

A disseminação da cultura é um fator de extrema importância para o desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens. Sendo assim, levantou-se dados sobre o acesso à cultura no bairro onde residem e também sobre as expectativas e desejos sobre cultura. As respostas obtidas estão apresentadas nos gráficos a seguir.

A primeira questão apresenta as impressões dos jovens sobre a frequência a bibliotecas e centros culturais (entendidos como espaços com cinema, teatro, shows). Os resultados indicam que no bairro não existe nada que atenda a essa demanda e que para poder acessar esses eventos precisam se deslocar até o centro da cidade.

Gráfico 19: Acesso a bibliotecas ou centros culturais

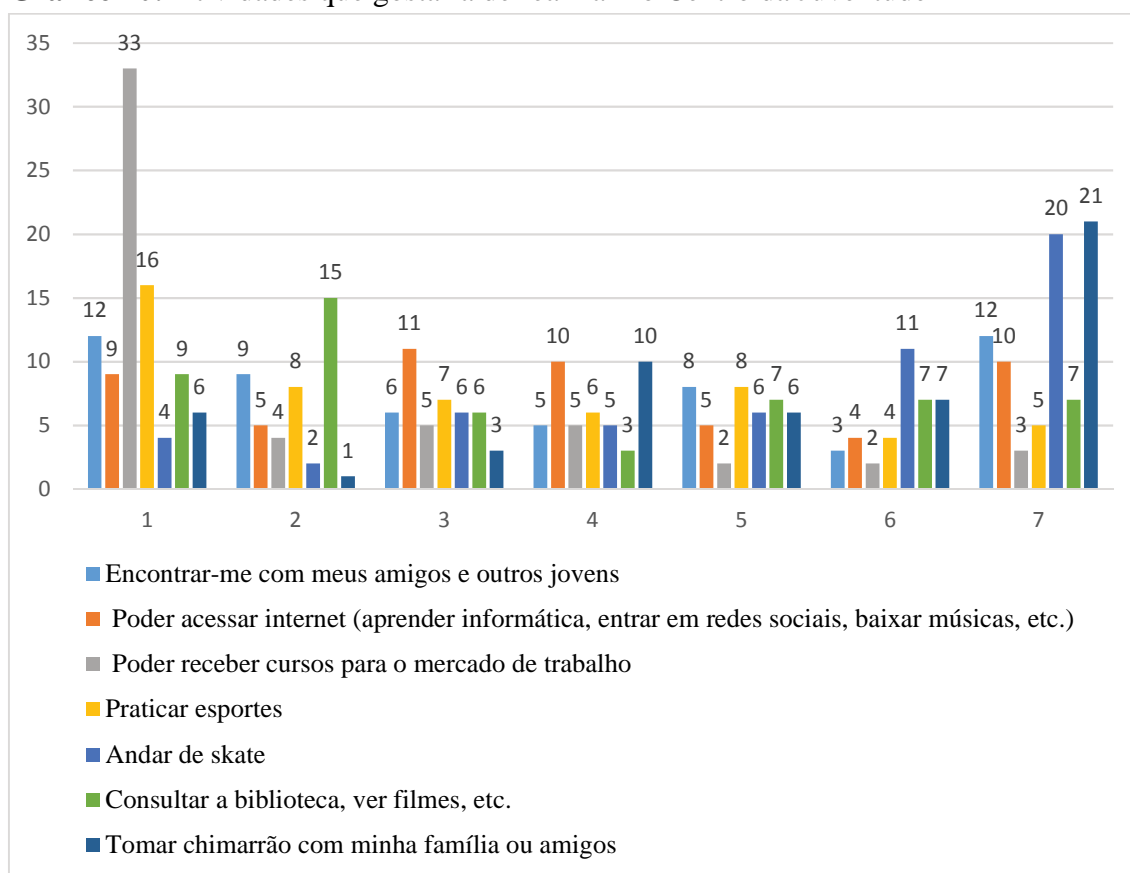


Fonte: Autor.

Entre as respostas afirmativas, os números mais altos referem-se a: preferiria que existisse um centro cultural perto de casa (47) e tem que ir até o centro da cidade para ter acesso à cultura (46). Mas afirmam também ter biblioteca boa na escola onde estudam (31).

Percebe-se que os jovens gostariam que houvesse um centro cultural no bairro. Vale lembrar que uma grande parcela dos jovens se desloca até o centro para acessar atividades de lazer e também que aqueles que permanecem indicaram como lugar de lazer um supermercado e uma avenida central do bairro. Isso ilustra a precariedade de opções disponíveis nesse cenário. Um espaço adequado e democrático criaria uma atmosfera de pertencimento e de novas relações com o que se entende por cultura.

No gráfico a seguir, considerando um possível Centro da Juventude no bairro, os jovens apontaram quais atividades eles mais gostariam que existisse.

Gráfico 20: Atividades que gostaria de realizar no Centro da Juventude

Fonte: Autor.

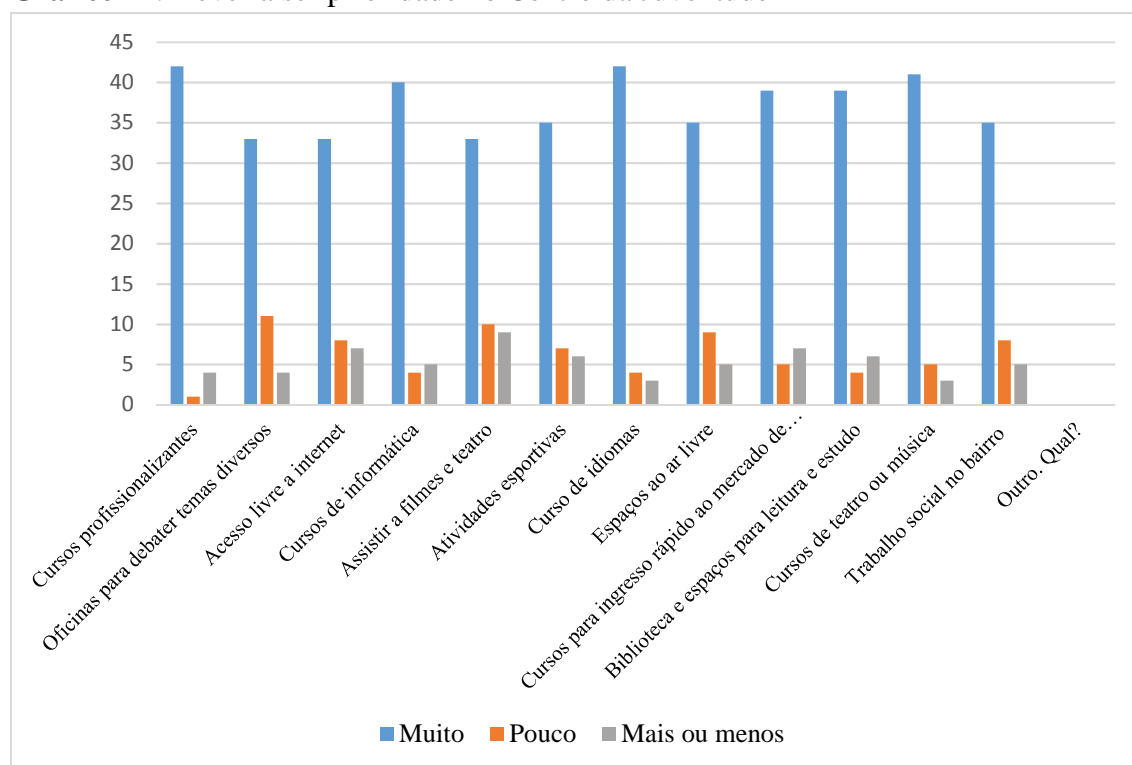
As atividades que os jovens mais gostariam de realizar no centro da juventude do bairro são: poder receber cursos para o mercado de trabalho (33), praticar esportes e encontrar-se com os amigos e outros jovens.

É importante destacar que novamente a preocupação com o mercado de trabalho aparece. De acordo com Gadea (2015, p.105) em pesquisa semelhante realizada entre os jovens de alguns bairros de Porto Alegre, percebeu que igualmente os jovens apresentaram essas atividades ligadas ao trabalho e esporte como centrais para os Centros da Juventude. O autor argumenta que: “Não é que, de fato considerem que seja esse tipo de atividades as que se deveriam privilegiar em concordância com as suas preocupações concretas, e sim que essas deveriam ser as que um Centro da Juventude pressupõe que os jovens estariam aguardando como tarefa a ser desenvolvida”.

Nisso compreende-se a distância entre suas preocupações com os problemas concretos do bairro e as sugestões de atividades organizadas pela instituição pública em espaços destinados aos jovens. Parece que existe um olhar reverso que incorpora o discurso institucional sobre “o que é bom para a juventude” e se manifesta em suas falas que referendam essa perspectiva arcaica de inclusão da juventude via trabalho e esporte.

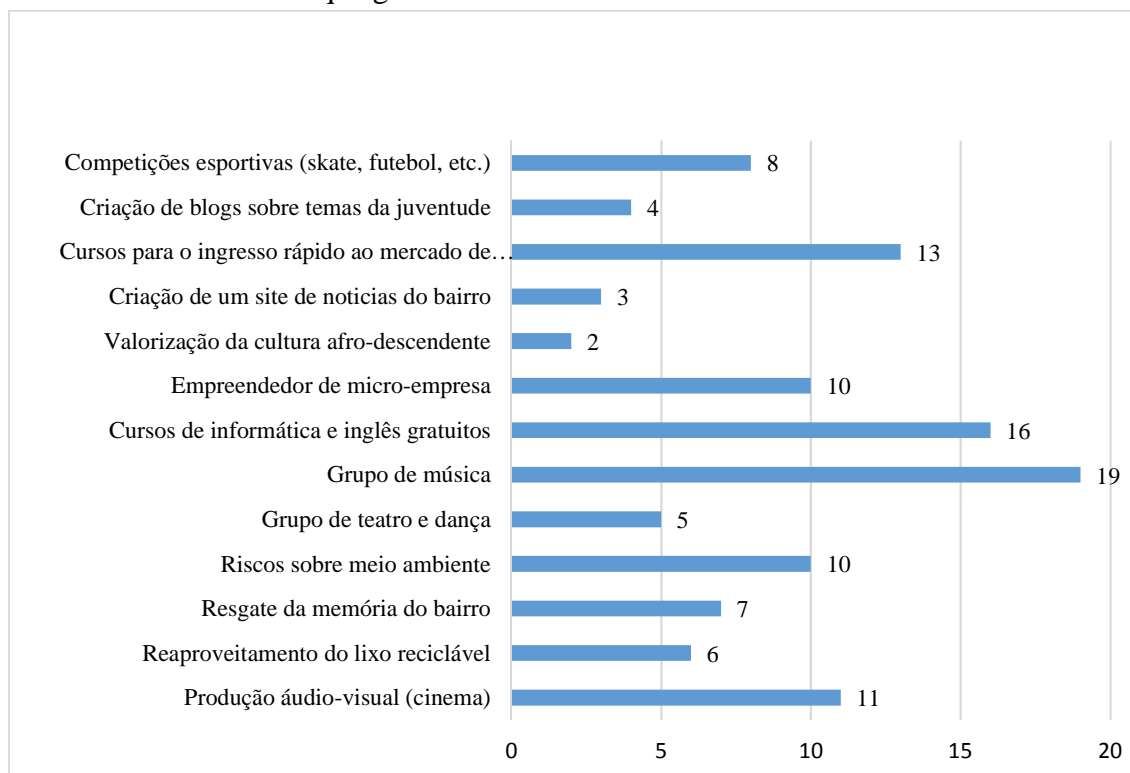
O gráfico a seguir mostra quais deveriam ser as prioridades de um Centro da Juventude. Percebe-se que praticamente todas as opções foram marcadas como prioridade. Em acordo com o gráfico anterior se destacam: cursos profissionalizantes e curso rápido para ingresso no mercado de trabalho. Por outro lado, surge com repetidas respostas: curso de informática; curso de idiomas; curso de teatro e música e também biblioteca e espaço para leitura e estudo. Isso demonstra que a noção de “ingresso no mercado no trabalho” não se materializa em atividades concretas, como foi visto por exemplo no uso da internet como ferramenta de busca de emprego: seu uso é praticamente nulo entre os jovens.

Gráfico 21: Deveria ser prioridade no Centro da Juventude



Fonte: Autor.

Sobre as atividades que gostariam de realizar no Centro da Juventude, os jovens apontaram questões muito pertinentes. O gráfico a seguir mostra isso:

Gráfico 22: Atividades que gostaria de realizar

Fonte: Autor.

As atividades mais mencionadas pelos jovens entrevistados são grupos de música (19) curso de informática e inglês (16), curso para ingresso rápido no mercado de trabalho (13) e produção de material audiovisual (11).

Note que quando o tema é qual atividade gostaria de frequentar aparecem outras que não ligadas diretamente ao ingresso no mercado do trabalho. Grupo de música por exemplo é o caso com mais indicações, o que indica que mesmo que não tenham apontado como prioridade “projetos e atividades culturais no bairro”, quando isso se desdobra em atividade concreta os jovens visualizam seus interesses. Certamente um grupo de música teria muito mais aceitação que um curso rápido de garçom, por exemplo. O que estaria de acordo com a indicação de “curso rápido para ingresso no mercado de trabalho”.

Nessa mesma ordem aparece o interesse por idiomas e informática, atividades que não capacitam diretamente para o mercado de trabalho (profissões de tradutor ou programador dependem de anos de estudo) mas que despertam o interesse dos jovens por representar algo de impacto prático no dia a dia: saber inglês para poder jogar on-line ou assistir os seriados sem dublagem. Ou então saber de informática para poder editar fotos ou vídeos para postagem em redes sociais.

Interessante notar que desde o ponto de vista dos interesses dos jovens, se faz necessário interpretar e situar as falas e impressões. Fica claro que a narrativa institucional sobre o que é o “melhor” para os jovens aparece repetidamente nas questões respondidas (como no reforço da questão do trabalho), no entanto quando algumas questões subvertem essa lógica e lançam situações ligadas a atividades livres (sociabilidades) e indicações de problemas imediatos (drogas nas ruas) os jovens apresentam suas prioridades em outros termos que não somente o acesso a emprego.

Isso é muito importante na medida em que estabelece um pano de fundo para pensar alternativas de ações públicas fora do eixo trabalho e focados naquilo que a própria juventude qualifica como relevante para si. É nesse contexto que passamos agora a indicar um horizonte para pensar algumas ações possíveis a partir do quadro apresentado por essa pesquisa.

Trataremos da experiência de Medellín na Colômbia, e o caso do urbanismo social que vem transformando a vida dos cidadãos ao pensar políticas públicas desde o espaço urbano e direcionada aos que mais necessitam. Vale mencionar que nas respostas ao questionário os jovens manifestaram o desejo de reconhecimento social via trabalho e educação e a criação de espaços de pertencimento e cultura dentro do próprio bairro. Fato que vai ao encontro de uma política pública renovada e que vislumbra o espaço urbano como elemento essencial para promoção de cidadania. Assim, a violência deixa de ser tratada como problema pontual e isolado e passa a ser uma das situações a serem trabalhadas a partir do investimento público nos bairros periféricos e com altos índices de violência.

Essa perspectiva de ação é conhecida como urbanismo social e vem sendo utilizado para nomear o conjunto de transformações urbanas ocorridas nas cidades de Medellín e Bogotá na Colômbia. A fim de contextualizar o surgimento do conceito, faremos uma retomada breve do histórico da cidade de Medellín e de como se chegou ao modelo de Urbanismo Social e qual seu significado no planejamento de políticas públicas de combate à violência e promoção de cidadania entre jovens.

De acordo com Gozáles Vélez e Catalina (2011),²⁰ a noção contemporânea sobre o que é uma cidade está articulada a uma série de questões como crescimento econômico, concentração de poderes, centralidade política e mudança nas relações comunitárias (baseadas na personalidade) para relações societárias (baseadas na impessoalidade). No que se refere ao conteúdo simbólico, destaca-se o ideal de “bem viver” na construção da cidade que se reveste

²⁰ As próximas análises estão embasadas no artigo “Entre La planeación urbana, La apropiación del espacio y la participación ciudadana. Los pactos ciudadanos y el Parque Biblioteca España de Santo Domingo Savio”.

de um imaginário de progresso evolutivo, ou seja, a cidade é o resultado de uma evolução que culmina no homem civilizado.

Esses ideais de “bem viver” estiveram presentes desde o princípio de Medellín. Sua fundação, passando de categoria de vila à de cidade em 1813 foi acompanhada de um intenso processo de modernização e expansão demográfica. Já em 1890 era um importante centro urbano e industrial, fato que exigiu da administração local um conjunto de documentos a fim de orientar a população ao “bem viver” na cidade:

Planes como el primer Plan de Medellín Futuro (1890), retomado nuevamente por iniciativa de La Sociedad de Mejoras Públicas en el año 1913, el Plan Piloto aprobado em 1951, la creación de la oficina de Planeación en la década del sesenta y posteriores proyectos como el Plan de Desarrollo Metropolitano aprobado em los años ochenta, entre otros, dan cuenta de un proceso de ciudad donde el tema de la planeación se posicionó en el discurso y gestión de la administración municipal, pese a que, en muchos casos, los planes no lograron realizarse o culminarse a cabalidad, debido a la primacía de intereses privados sobre intereses públicos. (GOZÁLES VÉLEZ; CATALINA, 2011, p. 121).

O fato é que em meados do século XX esses planos de “bem viver” na cidade foram borrados pelo crescimento da violência, sobretudo aquela localizada no campo, resultado do fortalecimento de grupos paramilitares e de medidas capitalistas que enfraqueceram os camponeses em benefício do modelo de latifúndio. Frente à crescente pobreza rural, a cidade surgiu como possibilidade de melhores condições de vida.

Nesse sentido, Medellín passou a receber milhares de migrantes que se instalaram nas margens da cidade, formando bolsões de pobreza que mais tarde se configurariam em “favelas” dominadas pelo narcotráfico e grupos paramilitares. Vale destacar que a partir dos anos 1960, as administrações locais passaram a debater sobre reforma agrária, no intuito de devolver essa população ao seu lugar de origem: o campo.

Percebe-se que por trás do discurso revolucionário de reforma agrária estava a imagem dos camponeses como origem da desordem social da cidade de Medellín. O caos se instalou na medida em que abandonaram o campo e “invadiram” a cidade, desrespeitando os vários planos de “bem viver” na cidade. Até então, o planejamento urbano da cidade havia sido pensado para elite, o que combinou um duplo processo de segregação urbana: seja pelo lado dos investimentos do estado, que nunca existiram pelo fato de considerarem essas áreas ocupadas como espaços de ilegalidade; seja pelo lado simbólico que estigmatizou os moradores dessas áreas classificando-os como marginais pertencentes a grupos paramilitares.

Ao longo da década de 1980 foi marcada pelo crescimento da violência e pelo isolamento das áreas periféricas, atingindo seu ápice nos inícios da década de 1990 onde se alcançou a taxa de 381 mortos para cada cem mil habitantes (nessa ocasião Medellín era a cidade mais violenta do mundo).

Nesse cenário, o poder público (nacional, estadual e municipal) se uniu para pensar alternativas de superação para um quadro de total desesperança. Amparando-se em pesquisas interdisciplinares deu-se início, em meados dos anos 1990 ao que ficou conhecido como urbanismo social.

De este proceso histórico, que de manera alguna puede reducirse a un par de cifras y a una descripción simplista de causas, consecuencias y factores se ocupa la rica perspectiva teórica y metodológica abierta por los estudios de Historia Urbana, apoyados por las aproximaciones de la Sociología y la Antropología, en los que se exploran, por ejemplo, las representaciones y los imaginarios de la ciudad asociados a la idea de progreso o a los que dan lugar hechos históricos concretos como la presencia del narcotráfico, el conflicto, o la llegada a las laderas de aquellos pobladores desplazados por la violencia. Estas perspectivas teóricas señalan, asimismo, la importancia de considerar y de abordar la construcción y el desarrollo de la ciudad a través de las prácticas cotidianas de quienes la conforman, a la hora de entender las condiciones de posibilidad y de emergencia de los problemas, y las soluciones. (RESTREPO, 2014, p. 208).

Destaca-se a mudança de perspectiva de uma lógica que pensava a cidade como “privilégio” de uma elite para uma cidade que é “direito” de quem a constrói cotidianamente. Sob essa nova ótica as ações públicas passaram a ter a cidade como principal elemento de referência para tratar de outros problemas urbanos como a violência e pobreza. Vale destacar que a gênese desse pensamento é a Escola Sociológica de Chicago, conforme visto anteriormente no primeiro capítulo.

De modo mais preciso, o termo Urbanismo Social (U.S) refere-se às transformações urbanas ocorridas na cidade de Medellín nas administrações municipais de Sergio Fajardo Valderrama (2004 – 2007) e Alonso Salazar Jamarillo (2008-2011). O destaque ao nome dos prefeitos deve-se ao perfil municipalista das ações que transformaram a cidade. Uma das medidas tomadas ao final da década de 1990 foi o de aumentar o poder do município para propor medidas de enfrentamento dos problemas locais. Nisso o prefeito se transforma no personagem que é responsável pelo compromisso de melhorar as condições de vida da população, estabelecendo um local “real” para debater as ações. Segundo Restrepo (2014):

El Plan de Desarrollo Municipal 2008-2011 define al US como una de las áreas de gestión de la transformación urbana de Medellín y se plantea, de manera estratégica, como un modelo de intervención del territorio que comprende simultáneamente la

transformación física, la intervención social, la gestión institucional y la participación comunitaria. Dicho modelo se implementa para promover la equidad territorial, privilegiando la acción del Estado en las zonas periféricas de la ciudad con menores índices de desarrollo humano y calidad de vida (RASTREPO, 2014, p.201).

Nesse sentido, o Urbanismo Social parte de uma proposta orgânica que visa reconstruir o tecido urbano e assim restabelecer as redes sociais locais onde, historicamente, houve um processo de desagregação e abandono por parte do Estado. Assim o discurso que fundamenta a proposta do Urbanismo Social se baseia na inclusão, nos direitos sociais, na participação cidadã, no compromisso com o melhoramento das condições da cidade, na efetividade das ações políticas e na transparência do uso de recursos públicos. Objetiva-se com isso uma reavaliação do Estado que até então sempre foi visto como corrupto, evasivo e opressor.

De modo diverso ao caso do Brasil, onde tradicionalmente as políticas públicas são pensadas para resolver problemas focalizados, apresentando baixo índice de sucesso, sobretudo no que se refere aos índices de violência. No caso de Medellín as políticas públicas são pensadas a partir do direito à cidade considerando as necessidades locais, matizadas pelo conjunto de representações que orientam o cotidiano dos bairros. Assim consegue-se alcançar algum nível de envolvimento da comunidade com os projetos, uma vez que se cria um espaço de diálogo e compromisso entre governo e comunidade local.

A primeira medida de grande impacto foi a construção do “*metrocable*”: um sistema de teleférico que ligou os morros de Santo Domingo Sávio ao centro, possibilitando transporte interligado à maior parte da cidade. Dotados de maior mobilidade a população de Santo Domingo pode acessar vários espaços de consumo e produção de renda, ampliando as alternativas de vida para o público jovem, uma vez que o tráfico deixa ser a primeira opção para geração de renda e reconhecimento social.

Figura 4: *Metrocable* – Santo Domingo Sávio – Medellín



Fonte: Gondolaproject (2015).

Além do transporte, foram ampliadas escolas dotando-as de equipamentos de qualidade; construídos postos de saúde; revitalizados e construídas novas áreas de lazer; além da organização de um projeto permanente de desenvolvimento da região chamado *Proyecto Urbano Integral* (PUI)²¹ composto por membros da comunidade com acesso direto à prefeitura.

Nesse cenário de transformações foram construídos os *Parque Biblioteca*, projetados a partir das necessidades da comunidade que, elegeu os espaços, a finalidade e as atividades a serem desenvolvidas, bem como acompanhou o andamento da obra, fiscalizando e participando das tomadas de decisões.

Paulatinamente, llegaron al barrio diferentes personas de la Empresa de Desarrollo Urbano (EDU), encargada de la construcción de la biblioteca, a realizar convocatorias abiertas a la comunidad en pro de desarrollar un proyecto de transformación arquitectónica y urbana que tuviera un componente de participación, en el que la comunidad pudiera decidir sobre sus necesidades en el sector. Probablemente los líderes barriales que participaron desde La Mesa en varios de los talleres convocados por la EDU, solo en ese momento pensaron en una biblioteca; pese a esto, comenzaron a imaginarla y a tejer a través de recorridos por el barrio y discusiones, memorias de barrio: lugares, necesidades, recuerdos que fueron insumos no sólo para la biblioteca sino la construcción de planes maestros de transformación. (GOZÁLES VÉLEZ; CATALINA, 2011, p. 131).

²¹ Los PUI “constituyen un modelo de intervención cuyo objetivo es transformar positivamente, desde los componentes social, físico e interinstitucional, un territorio determinado, al incorporar todos los elementos del desarrollo de forma simultánea y planeada, mediante obras de infraestructura que cumplan con los más altos estándares de calidad y con el ingrediente de la participación comunitaria para garantizar su sostenibilidad”. Bajo esta concepción se han realizado diferentes PUI (PUI centro oriental, PUI borde urbano nororiental, PUI Comuna 13, PUI borde urbano noroccidental, PUI Altavista y PUI Iguañá) que buscan la intervención en sectores con bajos índices de desarrollo humano. (GOZÁLES VÉLEZ; CATALINA, 2011, p. 131).

O que se destaca ao analisar o Parque Biblioteca é o impacto estético provocado no cenário do bairro, bem como o aumento da autoestima da comunidade. Projetos grandes e repletos de tecnologia rompem com o paradigma eminentemente funcional dos prédios públicos: mais que atender a uma necessidade da população, as obras pretendem criar um espaço que promova uma experiência estética positiva, favorecendo o desenvolvimento de vínculos com o espaço.

Os resultados alcançados por Medellín são extremamente positivos e tem se tornado referência internacional. No caso da taxa de homicídio passou de 385 mortos por cem mil habitantes em 1991, para 38,5 mortos por cem mil habitantes em 2013. Evidentemente que continua sendo um índice muito elevado, e que tem sofrido algumas variações, indicando que o Urbanismo Social não é uma “fórmula mágica” perfeita para diminuir a violência. No entanto, é preciso reconhecer o mérito de, em um contexto de América Latina marcada por pobreza e por violências as mais diversas, conseguir um curto espaço de dez anos uma diminuição tão significativa. O fragmento a seguir apresenta os vários prêmios internacionais recebidos como reconhecimento pelos resultados alcançados:

Además de los constantes artículos que hablan de su transformación, la ciudad ha sido galardonada y elogiada por algunos concursos internacionales, entre ellos el Premio Global Knowledge Partnership 2007, por su Red de Bibliotecas; el Premio Internacional de Hábitat Dubai 2008; el Premio City to City Barcelona FAD 2009, por el proyecto “Medellín, la más educada”, premio que otorga la entidad catalana Foment de les Arts Decoratives y que se convirtió en un reconocimiento que resaltó la iniciativa de política pública urbana para transformar y mejorar la calidad de vida en la ciudad. En esta dirección, el reconocimiento más reciente concedido a la ciudad fue el de la *ciudad más innovadora del mundo*, entregado en marzo de 2013 por Citi y *The Wall Street Journal*. Por otro lado, en un hecho que ha sido entendido como una muestra de confianza en la transformación urbana de Medellín de los últimos años, la ciudad fue designada como sede oficial del séptimo Foro Urbano Mundial celebrado en abril de 2014. (RESTREPO, 2014, p. 209).

A pretensão de retomar o modelo do Urbanismo Social como referência para pensar políticas públicas para juventude e diminuição da violência no Brasil, especificamente em Cascavel, não sugere uma adoção irrestrita das atividades desenvolvidas em Medellín, mas propõe o modelo como alternativa para pensar as especificidades de Cascavel, mais ainda, especificamente a região norte de Cascavel e desenvolver políticas públicas que considerem a cidade como um organismo integrado.

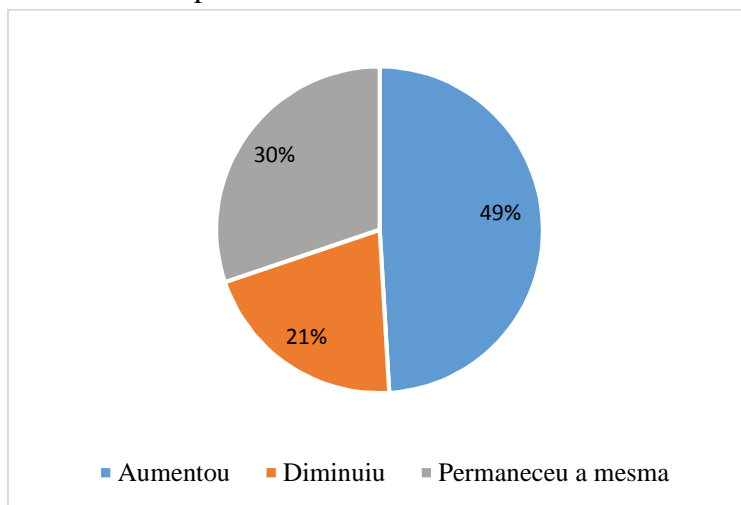
De algum modo essa forma de pensar políticas públicas para diminuição de violência e promoção de qualidade de vida entre os jovens permite que se compreenda que a violência pode ser diminuída a partir de ações marginais. Ou seja, investimento em espaço urbano qualificado,

bem como investimento em qualidade de vida para a população que mais necessita, se desdobra em diminuição de homicídios e de violências de maneira geral.

4.7 VIOLÊNCIA

As perguntas sobre as percepções sobre as violências no bairro são apresentadas nos gráficos a seguir.

Gráfico 23: Opinião sobre a violência em Cascavel

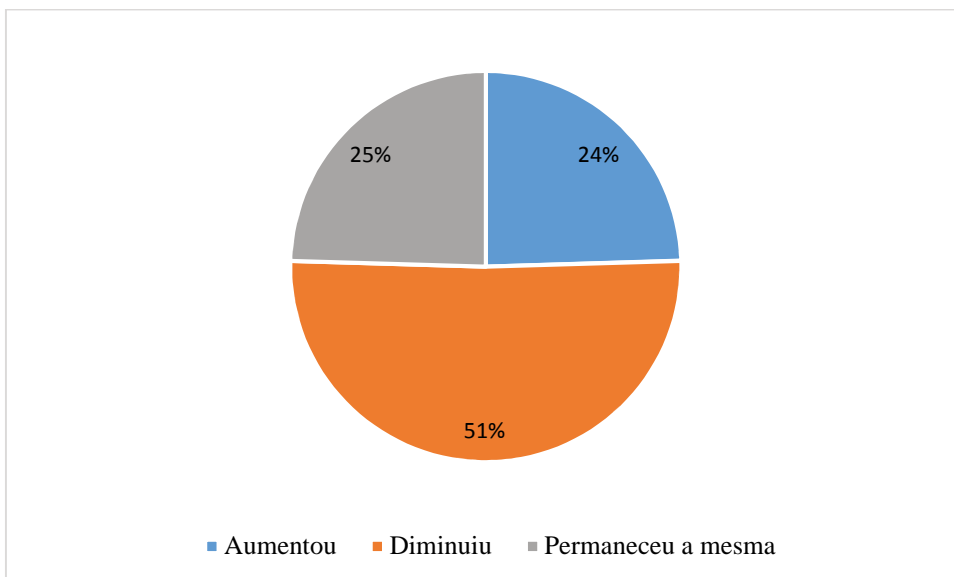


Fonte: Autor.

Quando perguntados sobre o aumento da violência, nota-se que a maioria dos jovens entrevistados (49%), acredita que a violência aumentou na cidade de Cascavel. Contra o número médio de 30% que consideram que a violência permaneceu a mesma e 21% acham que diminuiu. Esse parecer dos jovens ao que se refere a violência na cidade ilustra as tabelas do capítulo anterior que apresentam as altas taxas de homicídios e os casos de violência sofrida pelos jovens. Existe uma percepção de que o contexto de vivências para os bairros da região norte é marcado por violências concretas e também agora, toma corpo a partir das falas dos jovens uma situação de percepção de violências mesmo, que representa 79% das respostas.

No entanto quando questionados sobre o bairro em que residem, especificamente, os resultados diferem, conforme aponta o próximo gráfico:

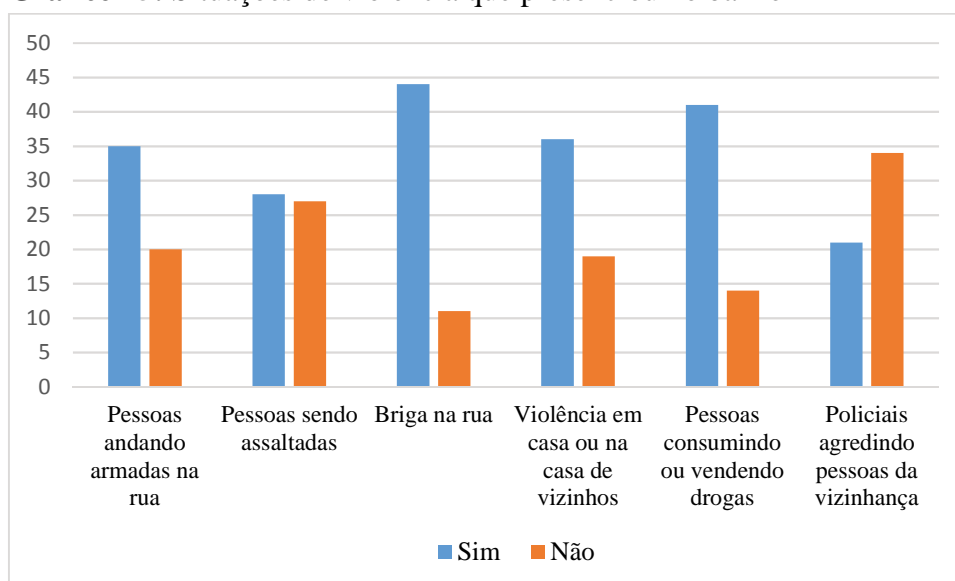
Gráfico 24: Opinião sobre a violência no bairro



Fonte: Autor.

Para a maioria (51%) dos entrevistados a violência no bairro onde moram diminuiu. Contra 25% que consideram ser a mesma de um ano atrás e 24% que acham que a violência aumentou. É interessante perceber que mesmo diante de um contexto de fragmentação de laços sociais existe alguma “resistência” em “desqualificar” o bairro de moradia como violento. Como veremos no próximo gráfico os mesmos jovens diagnosticaram em sua maioria, casos em que a violência foi explícita no bairro, no entanto, 51% asseguram que a violência diminuiu.

Sem dúvida que, em alguma medida existe sim uma tendência de queda nos indicadores de violência para Cascavel, sobretudo a partir de 2012. Nesse sentido a percepção de diminuição da violência nos bairros investigados pode ser de acordo, ou uma forma de organizar e manter algum tipo de pertencimento ao local de moradia.

Gráfico 25: Situações de violência que presenciou no bairro

Fonte: Autor.

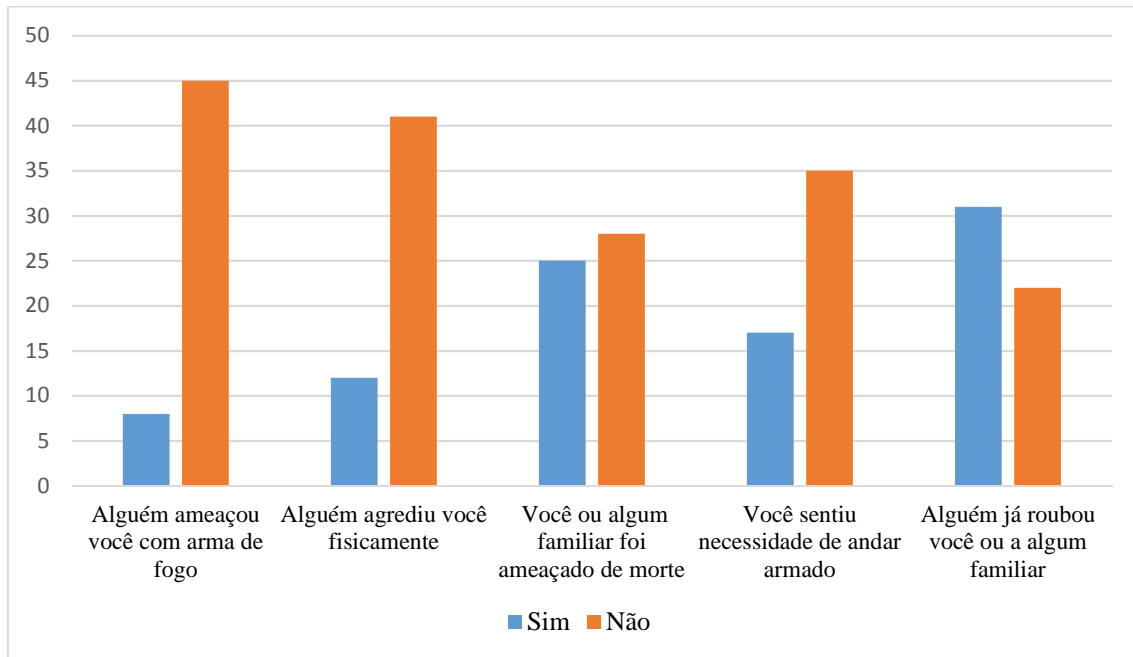
Referente as situações de violência que presenciou no bairro, as respostas afirmativas correspondem a: briga na rua (44), pessoas consumindo ou vendendo drogas (41), violência em casa ou na casa de vizinhos (36), pessoas andando armadas na rua (35), pessoas sendo assaltadas (28) e policiais agredindo pessoas (21).

Note que a única opção que não recebeu maioria de respostas afirmativas foi a violência policial. Nesse sentido percebe-se que os jovens estão imersos em cenários de violências diversas. O tema do consumo de droga novamente aparece e agora acompanhado por situações de briga na rua. Se considerarmos que 35 jovens afirmaram terem visto pessoas andando armadas na rua, é possível visualizar o potencial destrutivo das situações de conflito entre jovens, o que é de acordo com os dados do capítulo segundo que apontam para a proeminência de vítimas jovens em situação de homicídios.

Outra resposta que merece atenção é a constatação de violências na própria casa e casas de vizinhos. No capítulo anterior vimos que a maior parte das situações de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro da família.

No que se refere as situações de violências ocorridas com os entrevistados as respostas foram negativas em sua maioria. Isso indica que mesmo em um contexto de violência difusa, as ocasiões em que se expõe diretamente são menores que as situações em que se observam práticas violentas. Note que a única resposta que supera as negativas são as situações de roubo.

Gráfico 26: Situações de violência que já ocorreram com os entrevistados.



Fonte: Autor.

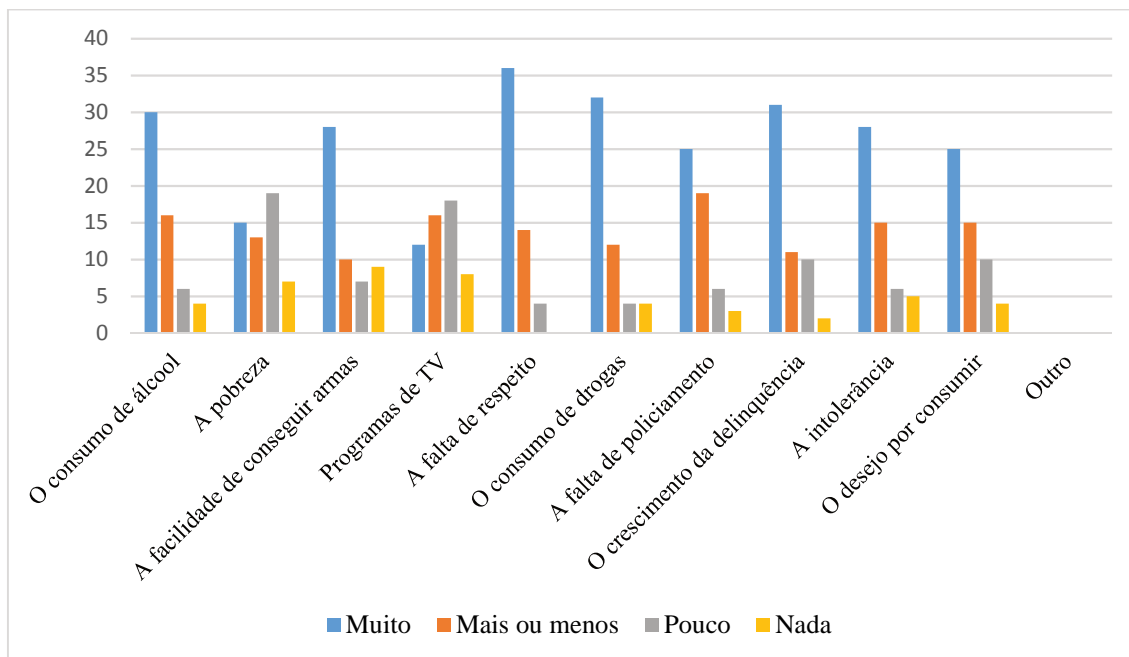
As respostas afirmativas se apresentaram da seguinte forma: trinta e um (31) dos entrevistados afirmaram que alguém já os roubou ou a algum familiar. Vinte e cinco (25) deles disseram que eles ou algum familiar já foram ameaçados de morte. Dezesete (17) deles afirmaram que já sentiam necessidade de andar armado, doze (12) foram agredidos fisicamente e oito (8) já foram ameaçados com arma de fogo.

Vale destacar as situações de ameaças. Embora as respostas que envolvem maior impacto, como “sofreu agressão física”, tenham sido em menor escala, o clima de insegurança e medo pode ser confirmado quando se observa as situações em que o jovem ou algum familiar foi ameaçado de morte. Nisso retoma-se o argumento de que cenários de violência difusa fortalecem o medo e a insegurança e, invariavelmente expõe toda comunidade aos seus prejuízos.

Sobre os fatores que influenciam ou incentivam as situações de violência apontadas pelos jovens, o gráfico a seguir aborda situações interessantes. A resposta que mais se repetiu foi que “a falta de respeito” influencia diretamente para que exista violência na sociedade.

Esse dado é relevante na medida em que coloca a importância das dinâmicas de reconhecimento social entre os jovens como variável importante para os desfechos violentos. Mesmo o consumo de drogas, que foi apontado anteriormente como principal problema dos bairros, aparece em segundo lugar como responsável pelas violências.

Gráfico 27: Fatores que influenciam ou incentivam a violência



Fonte: Autor.

Classificaram como “muito” o fator que influencia a violência: a falta de respeito (36), o consumo de drogas (32), o crescimento da delinquência (31), o consumo de álcool (30), a facilidade de conseguir armas (27) e a intolerância (28). Como fatores que influenciam “mais ou menos” na violência estão: a falta de policiamento (18), os programas de TV (16), o consumo de álcool (16), o desejo por consumir (15) e a pobreza (13).

Note que a falta de policiamento aparece como “mais ou menos” na visão dos jovens. Isso indica que mesmo com aumento de policiamento no bairro a sensação de insegurança não tende a diminuir, haja vista que o incentivo à violência aparece como desdobramento da falta de respeito, intolerância, consumo de drogas e facilidade em conseguir armas.

Essa variável que se refere à força policial no bairro apareceu com pouca representatividade. Os jovens de maneira geral consideram que a polícia realiza um bom trabalho, sem uso excessivo de violência. No entanto, indicam que uma presença mais ostensiva no bairro não é essencial para diminuição da violência. De acordo com as respostas, as ações deveriam circular entre fortalecimento de vínculos de reconhecimento social e também com políticas antidrogas e diminuição do acesso a armas.

Considerando o conjunto de questões apontadas a partir das respostas do questionário, é possível visualizar que as características socioespaciais que se articulam a condições concretas de existência nos bairros, conforme apresentado no capítulo segundo, tomam forma no cotidiano dos jovens naquilo que foi representado nos gráficos. As altas taxas de violência, particularmente os homicídios e as violências sofridas, se manifestam nas situações de

violências presenciadas pelos jovens e na constatação de que a falta de respeito, consumo de álcool e o fácil acesso a armas é o motor que incentiva as situações de violência. No que se refere a percepção dessas violências, apenas 21% considerou que ela diminuiu, o que reforça que entre os jovens existe uma sensação de insegurança e medo.

A estrutura física do bairro não foi apontada como um elemento central no questionário, no entanto os jovens percebem que existe uma carência de opções de lazer e cultura no bairro. Para conseguirem algum tipo de experiência com a diversidade, precisam se deslocar até o centro da cidade, o que se limita a uma pequena parte desses sujeitos, possivelmente somente aqueles que tem algum trabalho (52%). Os demais permanecem no bairro dedicados a frequentar grupos religiosos ou atividades esportivas.

Disso decorre a indicação de que gostariam de morar em outro lugar, não obstante os vínculos sociais estabelecidos, ainda que frágeis. Merece destaque o fato de grande parte dos jovens serem de outros bairros ou cidades, o que indica um tipo de pertencimento territorial precário. Nisso, o conceito de “homem marginal” é adequado pois, do ponto de vista do próprio bairro o jovem não se sente afetivamente conectado e, por outro lado quando colocado em relação ao restante da cidade não encontra reconhecimento justamente por estar nessa “margem”. É o sentimento de ambiguidade que caracteriza o estrangeiro em sua própria pátria. Não se identificam com o local onde estão e anseiam por um reconhecimento que lhes é negado, justamente por conta da condição de ser jovem, pobre e morador de periferia.

De maneira geral, os desdobramentos do capítulo segundo e os dados dos questionários fundamentam o entendimento de que existe uma centralidade no ambiente de sociabilidades, ou seja, a realidade urbana e as redes de relações e laços sociais estabelecidos nesse contexto. Pautar as características do espaço urbano em que se estabelecem essas relações, com suas condicionantes concretas e em seguida analisar como essas situações se materializam nos valores e nas representações individuais é elementar para se pensar alternativas para compreensão da violência juvenil e também para apontar possibilidades de superação desse quadro tão trágico.

Nas considerações finais faremos um apanhado das conclusões mais relevantes da pesquisa e indicaremos algumas possibilidades para se pensar políticas públicas para juventude de modo eficaz e inovador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como ponto de partida o marco teórico e metodológico desenvolvido pela Escola Sociológica de Chicago, procuramos estabelecer umnexo entre a situação de violências generalizadas que se apresentam em projeção nacional, ao contexto das vivências concretas de jovens em uma cidade de médio porte do interior do Paraná, em Cascavel especificamente. Como herdeira dessa tradição sociológica, a preocupação de fundo para as demais questões apresentadas na tese foi a identificação da primazia do espaço urbano e as configurações concretas do espaço de sociabilidades juvenil articuladas às redes de relações e laços sociais estabelecidos. O eixo central da argumentação se sustenta na hipótese de que ao negligenciar o aspecto urbano e a configuração concreta dos bairros específicos em que ocorrem a maioria dos eventos violentos, perde-se a oportunidade de compreender os significados da violência juvenil e também a possibilidade de agir positivamente na diminuição dessas violências.

Por meio desse trabalho, o leitor pode constatar que a violência é um fenômeno de extrema relevância, e que a juventude se apresenta como principal vítima nos casos de homicídios e violência intersubjetiva. Partimos do pressuposto de que no quadro das violências em nível nacional, as cidades de médio porte se inserem em um contexto de interiorização das mortes violentas e que Cascavel, embora apresente bons índices de desenvolvimento social, sofre com um quadro de altas taxas de homicídios que se concentram em uma região específica: região Norte.

Analisando os contextos concretos dos bairros da região norte pudemos perceber que além dos altos índices de homicídios, existe uma combinação perversa de elementos que coloca a juventude em constante exposição à situação de violências: nesses bairros ocorrem constantes violações de direitos básicos como acesso à saúde debilitado e violência doméstica familiar. As condições de infraestrutura são precárias com baixas taxas de pavimentação de ruas, ausência de equipamentos públicos destinados a lazer e também ineficiência em serviços públicos como coleta de lixo e transporte público. No que se refere ao acesso a direitos econômicos e sociais, o que se observou foi uma grande proporção de lares chefiados por mulheres com baixos rendimentos, além de altas taxas de evasão e repetência escolar.

Nesse contexto, em que múltiplas formas de carência se “superpõe” e onde existe uma concentração maior de jovens, o destaque é o envolvimento desses jovens como vítimas de violência e também como autores: os índices são elevados nos dois sentidos, com destaque para as ocorrências de violência contra crianças, adolescentes e jovens, que apresentam um percentual bem mais elevado. Isso demonstra o caráter intersubjetivo das violências e o quanto

ela pode significar e comunicar dramas individuais, ou mesmo estratégias de sobrevivência. O caráter intersubjetivo permitiu que pudéssemos deslocar o olhar do jovem unicamente como vítima ou como autor, para um olhar que o localiza em um contexto muito complexo em que aspectos estruturais que condicionam a vida concreta na periferia se cruzam com símbolos e representações dessas experiências vividas. Nesse sentido, as violências se colocam nessa trama do social como desdobramento de diferentes lógicas situacionais.

É nessa direção dos sentidos e significados que os questionários aplicados aos jovens trouxeram as perspectivas e as valorações acerca dos bairros e de suas experiências juvenis naquele contexto. O leitor pode perceber que os contornos das sociabilidades marcadas por violências, carências e violações de direitos aparecem no conjunto de representações sobre a vida no bairro: são jovens na maioria vindos de outros locais da cidade e pouco apegados ao bairro de moradia e que alimentam o desejo de ir para algum lugar melhor. Logo, as redes de relações sociais e o sentimento de pertença territorial são frágeis, o que provoca pouca empatia com o espaço urbano que ocupam, bem como limitadas possibilidades de desenvolver capital social.

Dentre os principais problemas no bairro, apontados pelos jovens, estão o consumo de drogas e a falta de locais públicos para socialização o que redundam em atividades de baixa aquisição de capital social. As atividades, majoritariamente, são frequentar grupos religiosos ou praticar esportes. Vale mencionar que passear no supermercado ou na avenida principal surgiu como único momento de socialização para aqueles que não tem condições de sair do bairro.

No que se refere ao lazer e sociabilidades, as respostas dos jovens destacaram a carência de espaços para atividades culturais e também para encontro com os amigos. A maioria indicou que vão ao centro da cidade com frequência a fim de participar de shows e eventos. Quando perguntados sobre o que mais falta no bairro a resposta de maior peso foi a criação de um local com equipamento para capacitação, informação e divertimento, que cumpriria o que entendem por preparação para o mercado de trabalho e uma ampliação do acesso à educação.

Os jovens demonstraram uma capacidade de reflexão bastante apurada, na medida em que indicaram que a educação permanece como uma variável importante em suas trajetórias, bem como a importância do ingresso no mercado de trabalho como principal caminho para ascensão social. No entanto, no plano das representações, seus discursos permanecem articulados a um “dever ser” juvenil, o que se observa na persistência do tema “política de

acesso a empregos” que, de certa forma se adequa à perspectiva tradicional de inclusão juvenil via trabalho e esporte.

No entanto essa constatação não desqualifica as repostas dos jovens pois, no que se refere às atividades que gostariam de realizar destacaram com clareza as atividades culturais e ligadas ao lazer: grupos de música; curso de idioma; acesso livre à internet com espaços para estudo e biblioteca. Essa dinâmica nas respostas permite que se perceba o quanto os jovens estão preocupados com seus futuros (anseio por garantir um emprego digno) mas também apontam para outras carências de ordem imaterial (conectividade; segurança; cultura e lazer). Esse quadro é indicativo do desafio de ser jovem entre as pressões institucionais materializadas em políticas públicas de caráter impositivo e seus desejos por reconhecimento social via acesso à cultura, informação e lazer.

O contexto de privação e carências desenhado no capítulo segundo aparece com clareza quando respondem às questões sobre as violências. A maioria respondeu já ter presenciado ou sofrido algum tipo de violência no bairro. Brigas na rua ou na casa de vizinhos foram as situações mais presenciadas. Ameaças de morte e roubos foram as situações mais sofridas. O indicativo para as causas dessas situações de violências foi apontado como “falta de respeito” e “consumo de álcool e drogas” o que de alguma maneira atesta que na leitura dos jovens as violências no bairro estão articuladas diretamente a aspectos intersubjetivos, onde o ser vítima ou autor se apresentam como horizonte palpável para maioria desses jovens. A maioria considera que a violência aumentou ou permaneceu a mesma no último ano.

No plano simbólico, o que se destaca é um sentimento de desenraizamento que aparece no desejo por deixar o bairro, ou mesmo no pouco valor atribuído às relações de vizinhança. Outro aspecto que se destaca é uma falta de sensibilidade em relação ao quadro de violências que se observa nos bairros: a maioria das respostas considera que a violência em nível municipal aumentou, ao passo que quando questionados sobre o próprio bairro a maioria respondeu que ela diminuiu. Entretanto, quando apresentam as situações de violência que já observaram no bairro, as repostas foram majoritariamente positivas para “pessoas andando armada na rua”; “gente consumindo drogas na rua”; “gente sendo assaltada” conforme demonstrou o gráfico 25.

De certa forma, isso nos informa que o cenário das vivências nos bairros é marcado por situações de violência difusa e intersubjetiva. No entanto, os jovens apresentam alguma resistência a reconhecer isso, o que consideramos como uma estratégia de sobrevivência e manutenção de um imaginário positivo para suas trajetórias. Vale mencionar que no bojo dessas

observações, existe igualmente uma falta de empatia pelas vítimas, o que de certa forma fortalece a naturalização das violências.

De modo sistemático, as principais conclusões a que chegamos com essa pesquisa são as seguintes: o contexto do crescimento urbano observado no Brasil desde a década de 1950 ocasionou várias complicações para a vida das pessoas em contexto de metrópole, sobretudo o fenômeno do aumento da violência. Desde o ano 2000 houve um crescimento das cidades de médio porte fora de regiões metropolitanas, fazendo com que a violência homicida passasse a fazer parte do cotidiano de cidades entre 100 e 500 mil habitantes. Nisso concluímos da necessidade de estudos mais detidos sobre violência urbana no contexto dessas cidades e investigações que considerem a importância do espaço urbano como variável essencial para compreender as dinâmicas de violência.

Partindo para o campo específico da pesquisa, a cidade de Cascavel no Paraná, observamos que a distribuição dessas violências (elegemos a taxa de homicídios como representante do fenômeno) apresenta grandes desigualdades entre diferentes bairros da cidade. Sendo necessário, portanto, levantar dados para cada bairro e região da cidade individualmente, a fim de ser mais preciso nas análises. Nisso concluímos com base em dados produzidos por nós que, os bairros da região Norte (sete bairros) da cidade concentram as maiores taxas de homicídios, permanecendo nas primeiras posições há pelo menos uma década. E de acordo com a tendência em nível nacional, as principais vítimas desses homicídios são jovens na faixa dos 15 aos 24 anos, normalmente do sexo masculino.

Seguindo com a análise dos contornos das sociabilidades juvenis nos bairros selecionados foi possível comprovar que existe um conjunto de condições que termina por potencializar a exposição desses jovens às situações de violências. Os dados comprovaram que a pobreza desses bairros não é a única variável que se articula aos altos índices de violência, mas várias outras igualmente importantes se destacaram: alta densidade populacional; maior concentração de jovens que a média municipal; grande número de lares chefiados por mulheres; altas taxas de abandono escolar; constantes violações de direitos básicos como saúde e educação; grande número de ocorrências de violências contra crianças e adolescentes além de baixa qualidade nos serviços públicos como coleta de lixo; iluminação pública; pavimentação de ruas e redes de esgoto.

Foi possível concluir após a análise das situações concretas das sociabilidades juvenis que o bairro, enquanto espaço urbano carregado de significados é uma peça chave para compreender as dinâmicas de violência. Isso na medida em que os jovens permanecem a maior

parte do tempo sociabilizando nesses espaços e que o sentimento de pertença repercuta diretamente na qualidade dos laços sociais que estabelecem. Se o contexto das vivências concretas apresenta carências de várias ordens, foi necessário ouvir os jovens sobre suas impressões acerca da vida no bairro e às situações específicas de violência.

Nas respostas ao questionário, os jovens deixaram claro que o bairro de moradia não é o lugar onde gostariam de viver e que se pudessem iriam para um lugar melhor. Igualmente indicaram que no que se refere às atividades culturais e de lazer o bairro não oferece nada que seja atrativo, o que provoca o deslocamento de uma maioria desses jovens ao centro da cidade. Nesse sentido, o pertencimento territorial não é um elemento que aglutina as experiências juvenis positivas, antes fortalece um sentimento de subalternidade e indiferença.

Os altos índices de homicídios observados nos dados aparecem influenciando as percepções dos jovens sobre a violência na cidade. A maioria considerou que a violência aumentou ou permaneceu a mesma, indicando inclusive várias situações em que presenciaram casos como briga de rua, pessoas andando armadas ou consumindo drogas nas ruas. Nesse sentido concluímos que a variável urbana interfere nas percepções juvenis sobre a violência e também produz um quadro de insegurança e medo que fragmenta os laços sociais.

De maneira geral, a precariedade dos serviços públicos e a nula oferta de atividades culturais e de lazer reforçam a percepção de que as políticas públicas para promoção da juventude são ineficazes no contexto dos bairros da região norte de Cascavel. As carências de poder econômico, de acesso à saúde, de acesso à cultura e lazer, de acesso a emprego digno e formal, de acesso educação de qualidade, de acesso a um bairro bonito e iluminado, de acesso a segurança, de acesso a um horizonte para planejar o futuro, de acesso à cidade, se concretizam nas tabelas que comprovaram que nos últimos dez anos esses bairros concentraram os maiores índices de violências da cidade.

De alguma maneira a contribuição da tese reside no fato de recuperar um debate sobre taxas de homicídios entre jovens no contexto de cidades de médio porte e localizar esses eventos no nível de bairros, além de diagnosticar as situações concretas das vivências juvenis e seus dilemas identificando as impressões e valorações construídas pelos jovens naquele contexto. No limite aponta-se para a necessidade de pensar políticas públicas para juventude tendo o urbano como eixo e o fortalecimento de vínculos sociais e pertencimento territorial como objetivo.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel, (2002). Las politicas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, cidadania y nueva condicion juvenil. *Última Década*, Viña del Mar, CIDPA, no 16, p. 119-155, mar.

ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA. Fundação João Pinheiro, 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Data de acesso: 15/10/2016.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **O Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF)**. Brasília: Ipea, 2003. (Texto para discussão n. 986).

BECKER, Howard. A Escola de Chicago. **Mana – Revista de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.

BIRNBAUM, Pierre. Conflitos. In: RAYMOND, Boudon (org.) **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro, 1995.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp/Ed. 34, 2000.

CARDIA, Nancy. **Exposição à violência : seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos**. *Lusotopie 2003* : 299-328.

CARDIA, N.; ADORNO; S.; POLETO, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, 2003.

CARDOSO, Ruth; SAMPAIO, Helena. **Bibliografia sobre a juventude**. São Paulo: EDUSP, 1995.

CARRANO, Paulo. Juventudes: as identidades são múltiplas. **Movimento – Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 11-27, 2000.

CASCAVEL. **Plano Diretor de Cascavel**. Câmara Municipal, 2006. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/22052014_lei_compl__28-2006_-_plano_diretor-com__alteracoes.pdf. Data de acesso: 10/03/2014.

_____. Prefeitura Municipal de Cascavel. Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), s/d.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas**: políticas de/para/com juventude. Brasília: UNESCO, 2003.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2016**. Brasília: IPEA, Nota Técnica nº 17, 2016.

CERQUEIRA, Daniel R. C. e COELHO, Danilo S. C. (2015). **Redução da Idade de Imputabilidade Penal: Educação e Criminalidade**. Rio de Janeiro: Ipea, Nota Técnica nº 15.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano – As artes de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

DEBERT, Guita Grin. (2010, jul.-dez.). **A dissolução da vida adulta e a juventude como valor**. Horizontes Antropológicos, 34, 49-70. (Ano 16). Porto Alegre (RS).

DIOGENES, Glória. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. __in: MENDONÇA FILHO, M., and NOBRE, MT., orgs. **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa** [online]. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. 368 p. ISBN 978-85-232- 0624-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

EISENSTADT, Shmuel. Grupos Informais e Organizações Juvenis nas Sociedades Modernas. In: BRITO, Sulamita (Org.). **Sociologia da juventude IV**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 13-30.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.

FOOTE WHYTE, William. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FORACCHI, Marialice. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez/EDUSP, 2000.

_____. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 133-165, 2005.

GADEA, Carlos Alfredo. A violência e as experiências coletivas de conflito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra-Portugal, 92, março de 2011: p. 75-98.

_____. **Itinerários juvenis em situação de vulnerabilidade social: Diagnóstico sobre a realidade juvenil e a violência intersubjetiva e o impacto dos Centros POD Juventude em Porto Alegre – RS**. Projeto de Pesquisa. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - Observatório Juvenil do Vale, 2012.

_____. **Itinerários juvenis em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil e a violência intersubjetiva e o impacto dos Centros POD Juventude em Porto Alegre – RS**. Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS. 2013.

_____. O significante “negro” e a pós-africanidade: *diáspora haitiana em Miami (território, periferia e saberes)*. in: GADEA, Carlos A. e MELO, José Luiz Bica de. e LOPES, José Rogério (orgs) **Periferias, territórios e saberes**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

_____. **Realidade juvenil e violência intersubjetiva em bairros de Porto Alegre: contextos, situações e perspectivas**. Porto Alegre: Cirkula, 2015.

GONDOLA PROJECT. **The Gondola Project**. Disponível em: <http://gondolaproject.com/> (2015). Data de acesso: 15/10/2016.

GONZÁLEZ VÉLEZ, María Eugenia. CARRIZOSA ISAZA, Catalina. (2011). Entre La planeación urbana, La apropiación del espacio y la participación ciudadana. Los pactos ciudadanos y el Parque Biblioteca España de Santo Domingo Savio. **Estudios Políticos**, 39, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, (pp. 117-140).

HALLYDAY-BOYKINS, C.A & GRAHAM, S. 2001, « At Both Ends of the Gun : Testing the Relationship between Community Violence Exposure and Youth Violent Behavior », *Journal of Abnormal Child Psychology*, XXIX (3) : 383-402.

HANNERZ, Ulf. **Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology**. New York: Columbia University Press, 1980.

IANNI, Otávio. O Jovem Radical. In: BRITO, Sulamita (Org.). **Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 37-68.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Data de acesso: 15/10/2016.

JORNAL ZERO HORA. **Brasil bate recorde de homicídios, aponta pesquisa**. 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/07/brasil-bate-recorde-de-homicidios-aponta-pesquisa-4541553.html>. Data de acesso: 15/10/2015.

KLIEWER, W. *et al.*, 2001 « Exposure to Violence against a Family Member and Internalizing Symptoms in Colombian Adolescents: the Protective Effects of Family Support », **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, LXIX (6): 971-982.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LASWELL, Harold Dwight. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LEITE, Tiago Pereira. **Jovens na Esquina: dramas e sociabilidades entre jovens da periferia**. Porto Alegre: Trajeto Editorial, 2015.

LYNN, Laurence E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

MAGNANI, José G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, 2005.

MANNHEIM, Karl. El Problema de Las Geraciones. *REIS – Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 62, p. 123-132, abr./jun. 1993.

MARGULLIS, Mário; URRESTI, Marcelo. **La juventud és más que una palabra**. Buenos Aires: Biblios, 1996.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: Sociologia do novo protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. *São Paulo em Perspectiva*, 14 (4): 21-33, 2000.

MARTINS, Helena. **Jovem, homem, negro é o perfil dos que mais morrem de forma violenta no país**. Agência Brasil. (2014). Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-07/p-quarta-jovem-homem-negro-esse-e-o-perfil-dos-que-mais-morrem-de-forma-viol>. Data de acesso: 15/10/2015.

MEAD, Lawrence M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, *Policy Currents*, Fevereiro: 1-4. 1995.

MELO, Dorian Luis Borges de. CANO, Ignácio (Orgs). **Índice de homicídios na adolescência - IHA 2012**. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 5, n. 6, p. 05-14, maio/dez. 1997.

MERTON, Robert. **Social theory and social structure**. New York: The Free Press, 1968.

MISSE, Michel e WERNECK, Alexandre (Orgs.). **Conflitos de grande interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MISSE, Michel A violência como sujeito difuso. In: FEGHALI, Jandira et all. **Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2003.

MONTOYA RESTREPO, Nataly. (2014). Urbanismo social en Medellín: una aproximación desde la utilización estratégica de los derechos. *Estudios Políticos*, 45, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, pp. 205-222.

MOURA, R; MAGALHÃES, M. V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. *Revista Paraná Desenvolvimento*, n. 88, p. 3-21, maio/ago. 1996.

NEV (Núcleo de Estudos da Violência) - Lei 11.343/2006”, in: **Instituto Brasileiro de Ciências Criminais** – Disponível em: http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4742-relato-de-uma-pesquisa-sobre-a-lei-11.343-2006 (Boletim 2011-2012, coord.Vilares, Fernanda Regina). Data de acesso: 15/10/2016.

NIRENBERG, Olga. **Participación de adolescentes em proyectos sociales:** aportes conceptuales y pautas para su evaluación. Buenos Aires: Paidós, 2006.

NOVAES, Regina. **Juventude:** conflito e solidariedade. Comunicações do Iser 50. ISER: São Paulo, 1998.

NUNES, Adérito Sedas. O conceito de “geração demográfica”. In: _____. **Sociologia e ideologia do desenvolvimento.** Lisboa: Moraes, 1969, p. 75-93.

PARK, Robert. The City: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. **American Journal of Sociology.** v. 20, n. 5, p. 577-612, Mar. 1915.

_____. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Guanabara. 1987, p. 26-67.

PARSONS, Talcott. **Essays on sociological theory.** New York: Free Press, 1964.

PETERS, B. G. **American Public Policy.** Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PIAIA, V. **A ocupação do Oeste do Paraná e a formação de Cascavel:** singularidades de uma cidade comum. 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

RAMÃO, FERNANDA PAMPLONA. **Espaço urbano e criminalidade violenta:** análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel/PR. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

REDFIELD, Robert. **Tepoztlán:** a mexican village – a study of folk life. Chicago: The University of Chicago Press, 1974.

REZENDE, Cláudia Barcellos. Identidade. O que é ser jovem? **Revista Tempo e Presença,** n. 240, p. 4-5, 1989.

ROSA, Fátima Sabrina da. **BONDES, PERIFERIAS E CONFLITOS: SOCIABILIDADES JUVENIS EM PORTO ALEGRE.** Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2014.

RUA, M.G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In___. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.* 2 vol. Brasília: CNPD, 1998.

SARTI, Cyntia. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** Laura Teixeira Motta (Trad.); Ricardo Doniselli Mendes (Ver. Téc.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN. **Perfil Municipal da cidade de Cascavel 2004.** Disponível em: <www.cascavel.pr.gov.br>. Acesso em 03/04/2015.

SHAW, Clifford. **The jackroller: a delinquent boy's own story**. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.

SILVA, C.R; LOPES, R. E. **Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas**. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar, São Carlos, Jul-Dez, 2009.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: E. Morais (Org.). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. **Sobre a individualidade e as formas sociais**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

SOUZA, Celina. “Políticas públicas: uma revisão da literatura”. In: **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

SPERANÇA, A. **Cascavel: a história**. Curitiba: Lagarto, 1992.

SPOSITO, Maria Encarnação. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: s.e., 2001, p. 609-643.

SPOSITO, Marília Pontes & CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2003 No 24.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. Tempo Social; **Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 5(1-2): 161-178, 1993 (editado em nov. 1994).

THOMAS, W.I.; ZNANIECKI, F. *The Polish Peasant in Europe and America*. Chicago: The University of Chicago Press; Boston: Badger, 1918-1920. 5 vol.

THOMAS, William I. (2005) (tradução de Eva Aladro), “La definición de la situación”, **Cuadernos de Información y Comunicación**, 10, s/1 [1a ed.: 1923].

THRASHER, Frederik. **The gang: a study of 1313 gangs of Chicago**. Chicago: The University of Chicago Press, 1963.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014 – Os jovens dos Brasil**. Flacso. Brasília, 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016 – Homicídios por armas de fogo no Brasil**. Flacso. Brasília, 2016.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 90-113.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, 13(3), 1999.